

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
E DO CENTRO DE ESTUDOS DE ETNOLOGIA PENINSULAR

VOL. XVIII — Fasc. 1-2
(NOVA SÉRIE — DA SOCIEDADE E DO CENTRO)



PORTO — 1960-1961
INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA — Faculdade de Ciências

Trabalhos de Antropologia e Etnologia



TRABALHOS

DE

Antropologia e Etnologia

PUBLICAÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E
ETNOLOGIA E DO CENTRO DE ESTUDOS DE ETNOLOGIA PENINSULAR

VOLUME XVIII

(NOVA SÉRIE — DA SOCIEDADE E DO CENTRO)

SUBSIDIADO PELO INSTITUTO DE ALTA CULTURA

PORTO

Sede da Soc. e do Centro: INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DR. MENDES CORRÊA
UNIVERSIDADE DO PORTO

Vidros romanos em Portugal

Breves notas

POR

Abel Viana

I — Considerações preliminares

*Ao Ex.^{mo} Senhor Prof. Doutor António
Augusto Esteves Mendes Corrêa.*

Creemos não estar em erro ao pensarmos na inexistência de um trabalho de conjunto que nos proporcione visão suficientemente informativa do que, em matéria de vidraria romana, se tem descoberto em Portugal.

Tal como a respeito de outros géneros de achados arqueológicos, se tratássemos, apenas, de inventariar o que está publicado, o quadro ficaria imensamente incompleto, visto nos museus públicos e colecções particulares, de norte a sul do país, haver incalculável quantidade de materiais não dados ao conhecimento geral dos investigadores e estudiosos. Pretender determinar tudo quanto, de facto, se verificou até hoje, quanto aos vidros, quer fabricados na própria região, quer importados, é pretensão de todo irrealizável, dado que, segundo julgamos, só de uma pequeníssima percentagem de modelos chegaram até nós algumas peças inteiras ou completas, embora estilhaçadas, ou fragmentos capazes de nos darem ideia da forma, tamanho e mais particularidades dos objectos a que pertenceram.

Por sua própria natureza, as peças de vidro são fragilíssimas, mas a facilidade de total destruição torna-se ainda maior pela grande expansão dos gargalos, bordos e asas, sobretudo pela delgadeza das paredes, em relação ao tamanho das mesmas peças.

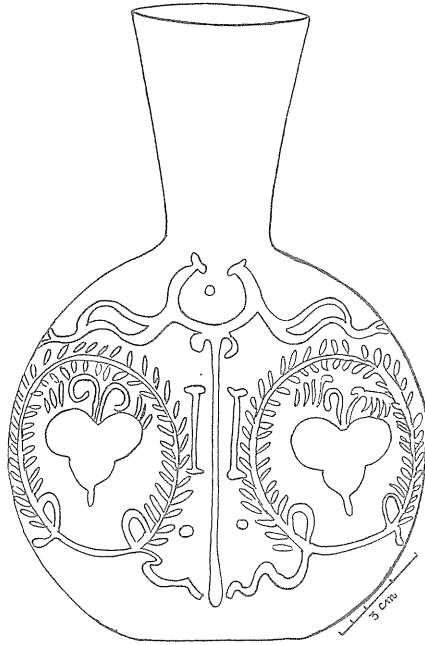


Fig. 1 — Garrafa de vidro esverdeado, com ornato gravado. Da necrópole romana do Bairro Letes, Faro. (Do Museu de Faro).

Nas ruínas de edifícios, tanto de cidades como de pequenos povoados, o vidro aparece, por assim dizer, sem excepção, completamente esmigalhado, o que se explica pela maneira violenta por que tais edifícios caíram em ruína total ou foram abandonados — demolições e incêndios de guerra, pestes erasmadoras, terramotos, malfetorias —, não dando azo a que de seu recheio alguma coisa perdurasse capazmente nos entulhos.

São, ainda, os monumentos tumulares que transmitiram à posteridade os melhores testemunhos arqueológicos.

Ao nosso território o vidro deve ter chegado pela mão do mercador fenício, intensificando-se a sua introdução com os

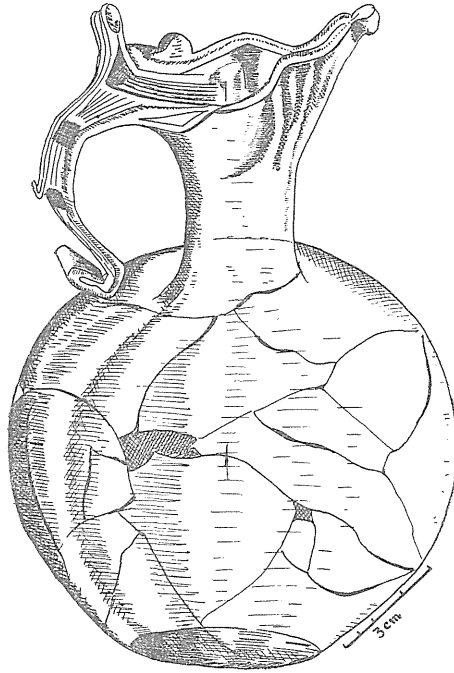


Fig. 2 — Garrafa da necrópole de Serrones, Freg. de Vila Fernando, Elvas. (Paço Ducal de Vila Viçosa).

púnicos. A esta parte oés-meridional da Península, todavia, a generalização do uso do vidro só se teria feito mediante o comércio romano com as actuais comarcas do Alentejo e Algarve, a partir do séc. I a. C.

É claro que no breve relance aqui apresentado havemos de nos cingir ao pouco que sabemos, tanto por colheita na bibliografia a nosso alcance como pela experiência directa das inves-

tigações nossas próprias e daquelas em que temos participado. Não nos deteremos a analisar as diversas opiniões correntes acerca da descoberta ocasional do vidro, ou sua invenção propositada, cerca de 2.500 antes da nossa era, na Mesopotâmia, na Fenícia ou no Egipto, assim como sobre sua provável indus-

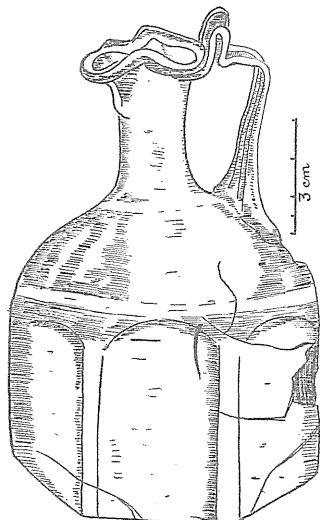


Fig. 3 — Garrafa de secção sextavada, da necrópole de Jerumenha
— Escola. (Paço Ducal de Vila Viçosa).

trialização em antiquíssima data, por artífices vidreiros deste último país.

Em Portugal, os primeiros objectos de vidro de possível registo entre os achados arqueológicos são as contas de colar das estações da Idade do Ferro, nomeadamente as de Fonte Velha (Bensafrim), Silves, Estômbar, Torre d'Ares, Milreu, Cômoros da Portela, todas do Algarve, e a de Almogrebe (Odemira) (1). Estes adornos acham-se no Museu Etnológico, salvo parte das

(1) Estácio da Veiga — *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, Vol. IV, Lisboa, 1891.

contas de Almogrebe (1). Ainda do Algarve são as contas da Corte de Pero Jaques, também da freguesia de Bensafrim, con-

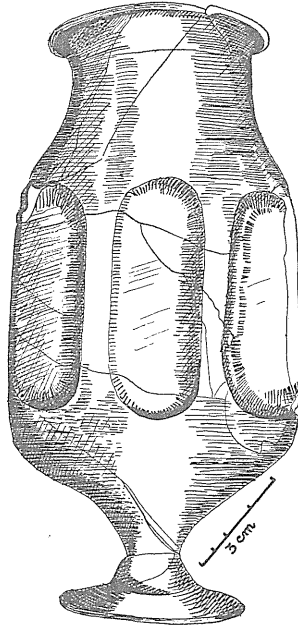


Fig. 4 — Copo com seis facetas côncavas, da necrópole do Padrão, freg. da Ajuda, Elvas. (Paço Ducal de Vila Viçosa).

celho de Lagos (2). Ajuntaremos ao rol as 23 contas desta espécie achadas em Conímbriga.

(1) Disse Estácio da Veiga que elas pertenciam a El-Rei D. Carlos. Passaram à posse do pintor Henrique Casanova, o qual presenteou com parte delas a D. José Ramon Mélida, dando a outra parte a José Leite de Vasconcelos (Vid. *De Campolide a Melrose*, Lisboa, 1915, pág. 23, nota 3), segundo informa o ilustre fundador do Museu Etnológico Português. A notícia da oferta vem no Vol. XIII, pág. 378, de *O Archeologo Português*, Lisboa, 1907. «Aquisições do Museu Etnológico Português».

(2) Abel Viana, José Formosinho e Octávio da Veiga Ferreira — *De lo Prerromano a lo Árabe en el Museo Regional de Lagos*, «Archivo Español de Arqueologia», Madrid, 1953, pág. 4 da separata.

Estas pequenas peças de adorno, assim como algumas *tes-sellae* vítreas empregadas neste ou naquele pormenor mais delicado de pavimentos de mosaico (*opus vermiculata*), não constituem, todavia, o assunto determinante das presentes notas. Pretendemos,

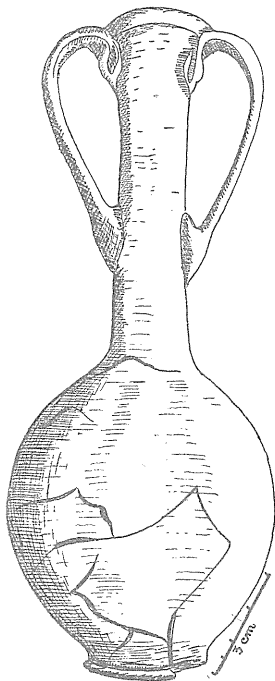


Fig. 5 — *Anforeta* da sep. 52 da necrópole do Padrãozinho, freg. de Ciladas, conc. de Vila Viçosa. (Paço Ducal de Vila Viçosa).

sim, falar dos recipientes de vidro, romanos, ou da época da dominação romana, e, para isso, reportar-nos-emos, primeiro, às notícias escritas, de nosso conhecimento, tratando, depois, dos dois até agora mais importantes núcleos conhecidos de vidraria romana exumada em terra portuguesa: Elvas e Aljustrel.

As primeiras resumem-se quase exclusivamente ao que se nos depara na 1.^a série de «O Archeologo Português», o mais

importante dos nossos repositórios de notícias e estudos arqueológicos. Assim, temos:

— Vol. II (1896), págs. 152-153 — Monsenhor-Cónego J. M. Pereira Botto, «Archeologia do Algarve — Aro de Tavira». Res-

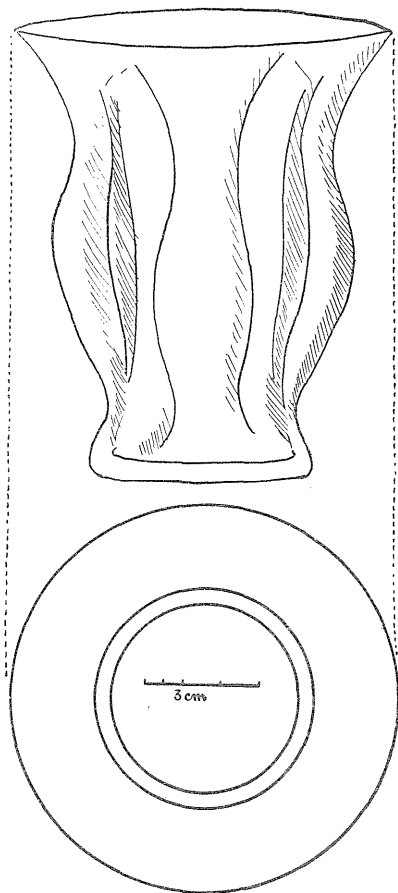


Fig. 6 — *Copo aos gomos, de cor esverdeada, da necrópole do Bairro Letes, Faro. (Museu de Faro).*

peita a cinco unguentários de quatro modelos diferentes, de uma sepultura da Quinta das Antas (ruínas de *Balsa*), Tavira.

— Vol. V (1900), págs. 102-104 — José Joaquim Nunes, «Necrópole luso-romana nos arredores de Lagos». Fala-nos de três unguentários e uma garrafa de bojo esferoidal exumados na importante estação pré-romana do Monte Molião. Desta mesma

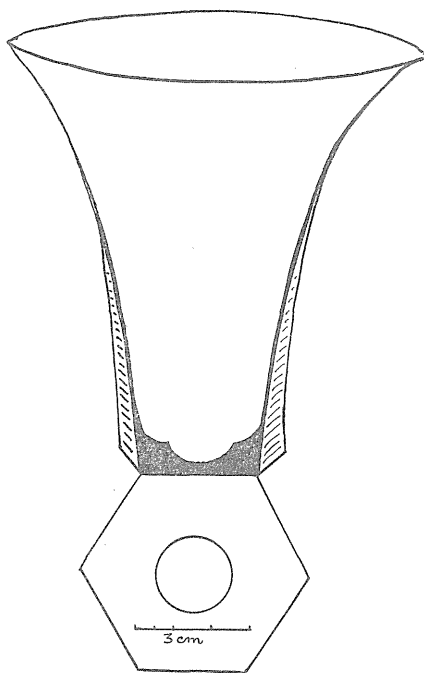


Fig. 7 — Copo de vidro verde-claro, de fundo sextavado e boca circular, em forma de tulipa. (Museu de Faro).

estação se guardam no Museu de Lagos quatro unguentários que foram publicados na «Revista de Guimarães» (1).

— Vol. VI (1901), pág. 222 — A. Tomás Pires, «Catalogo do Museu Archeologico de Elvas». Trata de um frasco de vidro

(1) Abel Viana, José Formosinho e Octávio da Veiga Ferreira — *Alguns objectos inéditos do Museu Regional de Lagos — Monte Molião*, «Revista de Guimarães», LXII, págs. 133-142, Guimarães, 1952.

esverdeado e secção quadrangular, com 0^m,170 de altura e 0^m,090 de lado, na base, achado no Cerro dos Fungueiros, freg. de São Brás de Varche, conc. de Elvas.

— Vol. VII (1902), pág. 192 — Fragmento de vidro branco, ornamentado, do bojo de uma vasilha. Achado em Beja.

— Vol. X (1905), pág. 165 — Unguentário de gargalo largo e bojo esferoidal proveniente de uma das sepulturas que se descobriram ao construir-se a estação ferroviária de Beja.

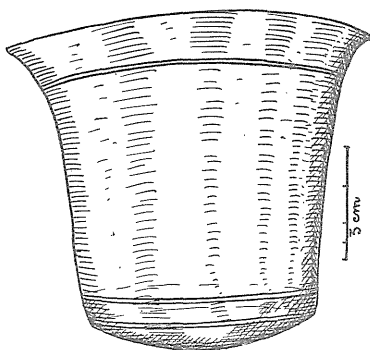


Fig. 8 — Copo muito alto, de fundo e boca circulares. (Col. Arqueol. das Minas de Aljustrel).

— Vol. XI (1906), pág. 236 — Pedro A. de Azevedo, «Noticias varias». Aparecimento, em Condeixa-a-Velha, de uma garrafa de vidro branco, cheia de líquido.

— Vol. XIV (1909), pág. 48 — A. dos Santos Rocha, «Thezouro funerario da Lameira Larga. Epoca luso-romana». Dele faziam parte um unguentário, uma taça e um gomil, de 190, 36 e 135 milímetros de altura, respectivamente. Diz Santos Rocha que a taça é semelhante a outras, da Fonte Velha.

— Idem, pág. 57 — Unguentário piriforme, de Mombeja, oferecido ao Museu Etnológico.

— Vol. XV (1910), pág. 55 — A. I. Marques da Costa, «Estações prehistoricas dos arredores de Setubal». Pequeno fragmento

de vidro azul, opaco, decorado com uma cebola (bolbo e folhas) feita de esmaltes amarelo, verde e branco, do qual dá uma estampa colorida.

— Idem, pág. 222 — Estácio da Veiga (publicação póstuma), «Antiguidades Monumentaes do Algarve». Uma «clepsidra de vidro, em forma de pinha», do Monte Molião, Lagos.

— Idem, pág. 251 — «Acquisições do Museu Etnologico Português». Um «lindo vaso de vidro».

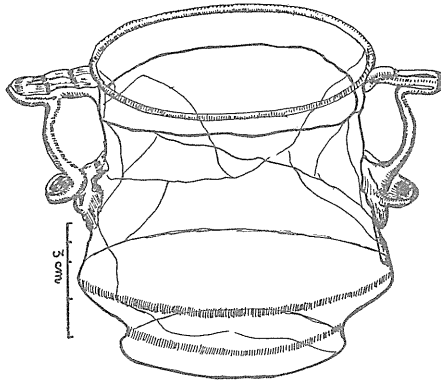


Fig. 9 — Urna com duas asas, da necrópole de Cardeira, Jerumenha. (Paço Ducal de Vila Viçosa).

— Vol. XX (1915), pág. 268 — Luís Chaves, «Segunda exploração arqueológica do Outeiro da Assenta (Termo de Óbidos)». Pedaco de um gargalo de vidro, abraçado por uma série de anéis.

— Vol. XXIII (1918), pág. 1 — J. L. de V., «Antigualhas da Beira Baixa»: Um unguentário de um dos tipos mais vulgares e uma «espécie de bule», de 0^m,102 de altura, «objecto muito raro» de que José Leite disse não conhecer paralelos na nossa arqueologia.

— Vol. XXIV (1919), pág. 230 — J. L. de V., «Coisas Velhas». Taça de vidro, com 0^m,041 de altura e 0^m,150 de diâmetro,

da quinta de Torre d'Ares (ruínas de *Balsa*), Tavira. No mesmo sítio apareceram outros objectos vítreos (1).

Conforme se verifica, e atendendo a que a 1.^a série de «O Archeologo» se estendeu desde 1895 a 1933, a colheita não é considerável.

No catálogo do Museu da Figueira da Foz (2), Santos Rocha inventariou muitas espécies recolhidas em Bensafrim sem, contudo, dado o carácter sumário daquela publicação, as descrever (3); assim como aponta duas peças de Tavarede (4).

Nas «Religiões da Lusitânia», vol. III, pág. 187, publicou o Prof. Leite de Vasconcelos outro frasco prismático, de secção quadrada, achado no Pombalinho.

Há, certamente, mais que apurar na bibliografia portuguesa, mas não nos ocorre qualquer outra nota recolhida no decurso de nossas leituras.

Parece-nos, todavia, que a melhor descrição entre nós até agora feita de um conjunto de vasos de vidro, da época romana, é a de Santos Rocha, ainda a respeito da necrópole luso-romana da Fonte Velha, Bensafrim (5).

O ilustre figueirense, neste belo estudo, mais uma vez se nos revela situar-se no mais alto plano da investigação arqueológica

(1) Vid. Abel Viana — *Balsa y la necropolis romana de As Pedras d'El Rei*, «Arch. Esp. de Arqueologia», págs. 261-285, Madrid, 1952.

(2) António dos Santos Rocha — «O Museu Municipal da Figueira da Foz — Catálogo Geral», Figueira, 1905.

(3) N.ºs 4378 (vaso de perfumes); 4448 a 4466 (19 vasos?); 4468 a 4471 (4 vasos?).

(4) N.º 1866 (?) e 1867 («fragmento de vasinho de vidro azul, esmaltado de amarelo e verde, tipo fenício»).

(5) A. dos Santos Rocha — *Notícia de algumas estações romanas e árabes do Algarve* — 3.º. *Antiguidades do concelho de Lagos*, «O Arch. Port.», Vol. I, págs. 327-337, Lisboa, 1895.

nacional, a par de Martins Sarmiento, Félix Alves Pereira e ninguém mais, se considerarmos a sabedoria teórica ligada à competência do escavador e sua capacidade de raciocínio.

Santos Rocha diz ter ali achado «numerosos fragmentos de vasos de vidro», salientando as seguintes peças:

— Vaso em forma de gônil, de vidro esverdeado, «recordando perfeitamente a *oinchoé* dos gregos»; tinha o colo elevado e 0^m,150 de altura, aproximadamente.

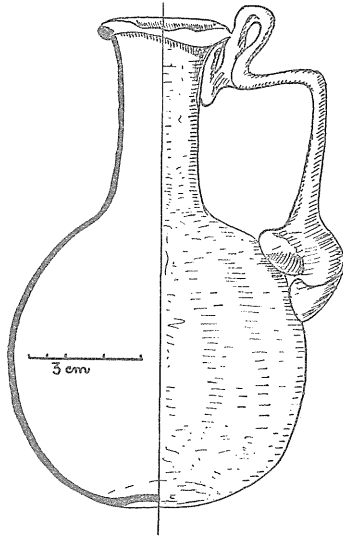


Fig. 10 — *Garrafa com asa*, da necrópole de Valdoca, Aljustrel.
(Col. Arqueol. das Minas de Aljustrel).

— Dois copos grandes, como alguns dos «copos da actualidade»: um de vidro muito fino e diáfano, campanulado, com 0^m,093 de alt.; o outro de vidro esverdeado, com faixas esmerilhadas, que devia ter tido pé, e lhe pareceu ser do tipo do da Fig. 207 da obra «Rome», de Guhl e Koner; tem de altura 0^m,100.

— Outro com ornatos em relevo, do tipo de *aryballos*; alt. — 0^m,080.

— Outro do tipo do anterior, mas sem asa e de vidro tão delgado como folha de papel, pelo que só foi possível restaurar a parte superior.

— Restos de uma taça ondulada, com «fundo de prato, guarnecida de faixas esmeriladas».

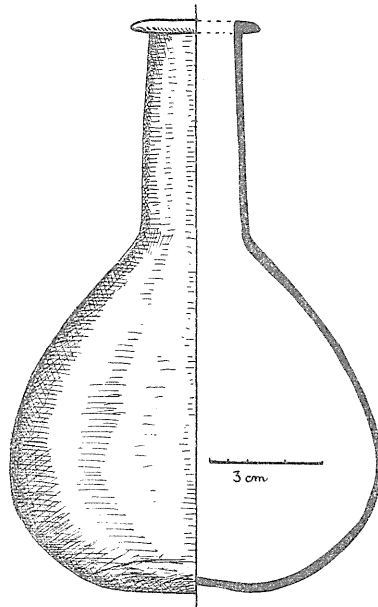


Fig. 11 — Garrafa sem asa, da necrópole de Valdoca, Aljustrel.
(Col. Arqueol. das Minas de Aljustrel).

— «Uma elegante garrafinha de vidro amarelo, de colo alto e estreito e com o bojo em forma de taça». Alt. — 0^m,165.

— Outra, de vidro esverdeado, sem pé, com o bojo aumentando de diâmetro para a base.

— Diversos pequeninos vasos que «pertencem indubitavelmente ao tipo do *alabastron*» mas com o gargalo mais desenvolvido.

— Restos de um vaso despolido, com ornatos em relevo, do tipo *oinochoé*.

Entende que os vasos de boca larga, tais como a *oinochoé*, as taças, copos e outros assim, e tais como alguns dos vasos de barro, se destinaram às libações. Quanto às garrafinhas e ao

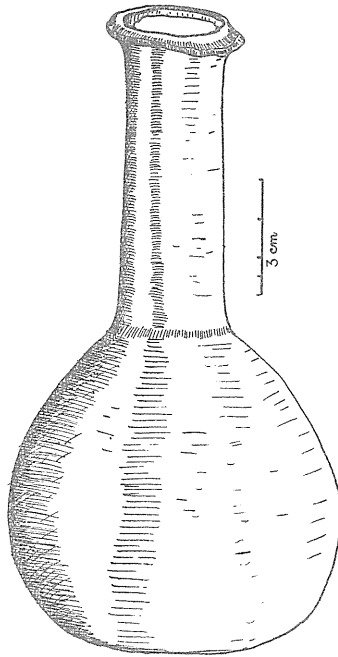


Fig. 12 — Garrafa da necrópole de Cardeira, Jerumenha.
(Paço Ducal de Vila Viçosa).

alabastron, que por muito tempo se julgaram (e não falta quem ainda hoje os julgue) destinados à recolha das lágrimas dos parentes do morto, acha mais próprio, por razões que apresenta, incluí-los no tipo de *unguentarium*, isto é, dos frascos de perfumes. Segue, neste ponto, a opinião de Rich, e a propósito cita o passo de um poeta latino, sobre a versão de E. Breton — «O teu herdeiro,

furioso de ver os bens diminuídos, desprezará o festim do teu funeral, encerrará na urna os teus ossos sem perfumes».

Conclui dizendo-nos que as circunstâncias da tumulação dos vidros em Bensafirim são semelhantes às da necrópole de Poitiers, mandada explorar pelo governo francês e atribuída à época galo-romana.

Notou, ainda, que alguns dos vasos foram deformados pela acção do fogo. O facto está hoje comprovadíssimo. Leite de Vas-

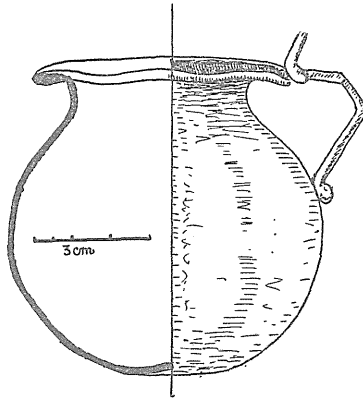


Fig. 13 — *Urna de Valdoca*, Aljustrel. (Col. Arqueol. das Minas de Aljustrel).

concelos assinalou-o também e, relativamente às nossas explorações pessoais, não nos faltam exemplos da deformação dos vasos vítreos por motivo de um mais ou menos adiantado começo de fusão (Vid. n.^{os} 100 e 104).

Nas sepulturas de inumação, os vasos de vidro acham-se, por via de regra, colocados em escaninhos formados nas paredes laterais da caixa tumular, quando esta é feita de tijolos ou de fragmentos de tégula, pela supressão de alguns desses elementos cerâmicos. Em tais condições foi encontrada a garrafa com ornato

gravado, que representamos na Fig. 1 (1). Mas também os colocavam ao lado do cadáver, umas vezes por detrás da cabeça, como geralmente o faziam nos vários tipos de sepultura da segunda época do Bronze, outras à altura dos joelhos, ou um pouco acima deles.

As sepulturas mais ricas de mobiliário, porém, são as que, prosseguindo no rito de incineração da 2.^a Idade do Ferro, nomea-

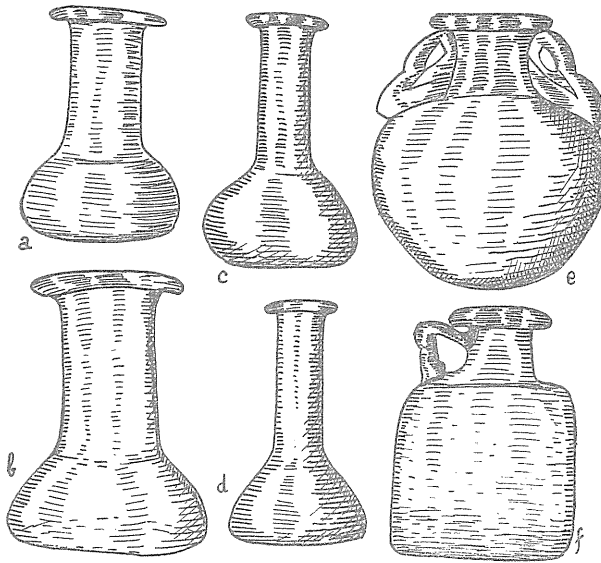


Fig. 14 — a, b, c, d, e — Arredores de Alcanena; f — Azinheira, Golegã.
(Museu de Torres Novas).

damente post-hallstático, correspondem às populações indígenas romanizadas, cronologicamente pertencentes ao longo período decorrente desde o 1.^o século a. C. até o 3.^o, inclusive, da nossa

(1) Vid. Abel Viana — *O cemitério luso-romano do Bairro Letes (Faro)*, «Brotéria», Vol. LIII, Figs. 7 e 9, Lisboa, 1951; *Balsa y la necropolis romana de As Pedras d'El Rei*, Fig. 7.

era. Na maioria destas necrópoles deparam-se-nos, um a par do outro, os ritos de inumação e incineração.

As deste último rito são sempre as grandes fornecedoras de materiais cerâmicos, vítreos e metálicos.

É o que sucede nas regiões de Elvas, Aljustrel, Marim e Bensafrim ⁽¹⁾.

Entre nós, os recipientes de vidro surgem nas necrópoles transtaganas a partir do Séc. I a. C., pelo Algarve, Baixo Alen-

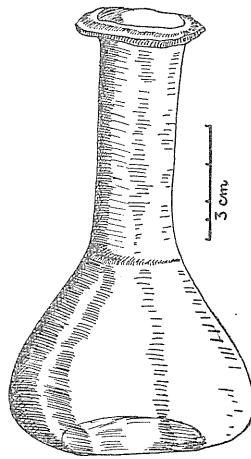


Fig. 15 — *Frasco da necrópole de Cardeira, Jerumenha.*
(Paço Ducal de Vila Viçosa).

tejo e região elvense, as duas primeiras desde cedo influenciadas poderosamente pelo comércio romano, a terceira vivendo intensamente o ambiente cultural emeritense. Reportamo-nos, evidente-

(1) Chamamos mais uma vez a atenção para o facto de, em Bensafrim, se ter escavado uma necrópole de gente romanizada, dos últimos tempos da Idade do Ferro, sobreposta a outra possivelmente contemporânea das de Alcácer do Sal e Quinta dos Patuos, estudado pelo Prof. Mendes Corrêa o material desta última. Entre ambas as épocas se situariam as necrópoles da Chaminé e Cardeira, do termo de Elvas.

mente, ao que a tal respeito se conhece. Não acreditamos que no Alto Alentejo sòmente se tenha de considerar o que se sabe através das explorações de António Dias de Deus, feitas a sós ou connosco, pois, certamente, muito há ali por descobrir, e muitíssimo mais tem de ser o que se perdeu e o que, por falta de vigilância e de providências razoáveis, se continua a perder.

Do mesmo modo, não podemos conceber que na região ebo-rense e outras do Alto Alentejo, assim como no Baixo, fora de Aljustrel, o mesmo tipo de necrópoles se não tenha fartamente multiplicado durante os três ou quatro séculos, desde a ocupação do nosso território meridional, pelos romanos, até fins do III (1). No Baixo Alentejo e Algarve devem ter sido já destruídas muitas necrópoles deste tipo, sem que a seu respeito ficasse a menor notícia. Pela descrição feita de algumas escavações nas ruínas de Meróbriga (Santiago de Cacém), persuadimo-nos de que algumas

(1) Sobre necrópoles desta espécie, vid, Abel Viana e António Dias de Deus: *Necropolis celtico-romanas del concejo de Elvas (Portugal)*, «Arch. Esp. de Arqueol.», n.º 80, Madrid, 1950; *Exploração de algumas necrópoles celtico-romanas do concelho de Elvas*, «XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências», Tomo VIII, Lisboa, 1950; *Notas para el estudio de la Edad del Hierro en el concejo de Elvas (Portugal)*, «Cronica del VI Congreso Arqueologico del Sudeste — Alcoy, 1950», Cartagena, 1950; *Nuevas necropolis celto-romanas de la región de Elvas (Portugal)*, «Arch. Esp. de Arqueol.», Madrid, 1955. *Necropolis de la Torre das Arcas*, «Arch. Esp. de Arqueol.», 2.º Sem., Madrid, 1955; *Campos de urnas do concelho de Elvas — Paço Ducal de Vila Viçosa — Materiais da Secção Arqueológica*, «O Instituto», Vol. 118, Coimbra, 1958 (trabalho redigido em 1950). — António Dias Ferreira, P.º Henrique da Silva Louro e Abel Viana — *Apointamento de estações romanas e visigóticas da região de Elvas*, «Crónica del III Cong. Arqueol. Nacional — Galicia, 1953», Zaragoza, 1955. — Abel Viana — *Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas*, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Vol. XII, Porto, 1950; *Notas de Arqueologia alto alentejana. (Materiais do Museu Arqueológico do Paço Ducal de Vila Viçosa)*, «A Cidade de Évora», n.ºs 33-34, Évora, 1955.

casas de época romana foram construídas sobre o cemitério pré-romano (1).

II — Descrição de materiais

Como parte principal desta muito incompleta nota, reproduzimos, fotograficamente e pelo desenho, as peças mais apresen-

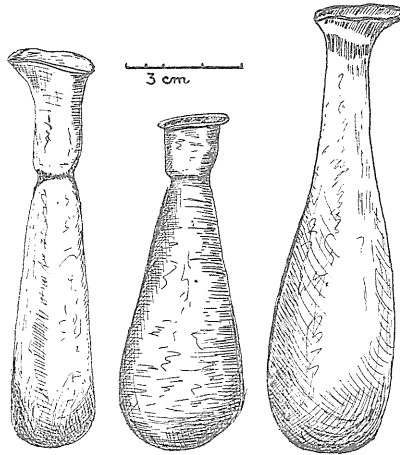


Fig. 16 — *Unguentários da necrópole do Padrão, Ajuda, Elvas.*
(Paço Ducal de Vila Viçosa).

táveis dos espólios vítreos das necrópoles céltico-romanas de Aljustrel e da região de Elvas, e umas quantas vasilhas, embora poucas, de outras localidades.

Algumas peças vão apresentadas em mais de uma fotografia, umas vezes porque são mostradas sob aspecto diferente, outras vezes porque, estando acompanhadas de outras, servem para

(1) Vid. Cruz e Silva — *Apontamentos e considerações sobre as pesquisas arqueológicas realizadas desde 1922 nos concelhos de S. Tiago de Cacém, Sines e Odemira*, «Arquivo de Beja», Vol. III, pág. 294, Beja, 1945.

estabelecer escala. Eis os exemplares aqui figurados e agrupados pelas estações arqueológicas a que pertencem :

Necrópole de Valdoca, na vila de Aljustrel.

2 — Unguentário tubular, da sepultura n.º 369. Falta-lhe o fundo. Vidro azulado, claro. Alt. actual — 0^m,094; diâm. da boca — 0^m,018 × 0^m,019; id. próximo do fundo — 0^m,021.

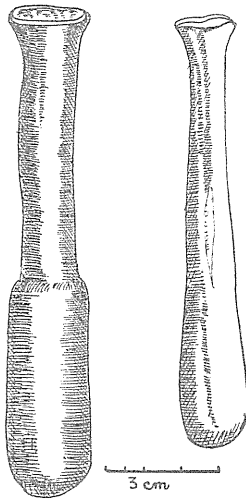


Fig. 17 — Unguentários da necrópole dos Serrones, Vila Fernando, Elvas. (Paço Ducal de Vila Viçosa).

3 — Unguentário tubular, de vidro azul um tanto carregado. Da sep. n.º 496, Alt. — 0^m,118; diâm. máx. na boca — 0^m,015; id. no tubo — 0^m,028.

4 (= 8) — Unguentário de vidro branco, com o bojo aos gomos. Sep. n.º 496. Falta-lhe o bocal. Alt. actual — 0^m,077; diâm. máx., na convexidade dos gomos — 0^m,032; id. no cavado — 0^m,013 a 0^m,017.

9 (= 2), 10 (= 3), — 12 Unguentários tubulares.

- 11 (= 40) — Unguentário tubular com pé circular desenvolvido.
 13 (= 26 = 67) — Unguentário em forma de garrafinha de gargalo comprido.
 15, 16 — Bocais de unguentários.
 30 — Garrafa de vidro branco, de bojo esférico e provida de asa.
 31 — Bocal de unguentário.
 32 — Unguentário de bojo tronco-cónico.

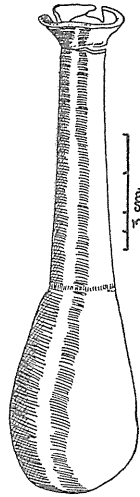


Fig. 18 — Unguentário de Cardeira, Jerumenha.
 (Paço Ducal de Vila Viçosa).

- 36 — Pequena taça com o fundo em calote esférica.
 37 — Unguentário de bojo tronco-cónico.
 38 — Bilha de vidro branco, fino, com asa.
 39 (= 62) — Unguentário tubular.
 40 (= 11) — Unguentário tubular com grande base de sustentação.
 42 — Copo campanulado.
 43 — Jarro esferoidal, de boca larga e com asa.
 49 (= 13), 50 (= 31) — Bocais de unguentários.

55 — Unguentário de bojo tronco-cônico.

56 — Garrafinha.

57 (= 76) — Taça esferoidal, com oito pares de estrias paralelas e horizontais.

58 — Prato de borda muito baixa. Vidro branco.

61 (= 31 = 50) — Pequeno vaso de vidro branco espesso.

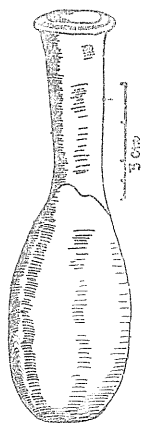


Fig. 19 — Unguentário de Jerumenha — Escola.
(Paço Ducal de Vila Viçosa).

62 (= 39) — Unguentário tubular.

63 — Unguentário de bojo piriforme.

68 — Pequenino unguentário cerâmico, de bojo piriforme e gargalo curto, afunilado.

71 — Garrafinha de bojo ovalado, com gargalo estreito, afunilado e muito comprido.

72 (= 97) — Garrafa piriforme.

74 — Unguentário tubular, de pequeno bojo tronco-cônico.

75 (= 12) — Unguentário tubular com base de sustentação.

77 — Pequena taça em forma de tília.

80 — Jarro de largo bocal afunilado, com asa.

85 (= 32) — Bocal de unguentário, tamanho natural.

90 (= 3 = 10) — Unguentário tubular.

100 — Unguentário profundamente deformado por começo de fusão.

103 — Unguentário tubular.

110, 111 — Dois aspectos de uma pequena taça circular, ainda cheia de argila.



Fig. 20j — Unguentário do Padrão, Elvas.
(Paço Ducal de Vila Viçosa).

112 — Parte superior de uma garrafa de bojo esférico ornado com linhas horizontais.

116 e 117 — Bocais de unguentários, muito ampliados.

118 (= 32 = 85) — Unguentário tubular, de pequeno bojo tronco-cónico.

Necrópole da Horta das Pinas, freg. de Aventosa, conc. de Elvas.

5 — Fragmento de unguentário. Diâm. máx. — 0^m,070.

17 (= 120) — Frasco de secção quadrada, com asa. Alt. — 0^m,076; lado da base — 0^m,076.

18 (= 121) — Frasco de secção quadrada, atarracado. Alt. — 0^m,084; lado da base — 0^m,069.

19 — Parte de garrafa de secção quadrada. Alt. actual — 0^m,070; lado da base — 0^m,054.

20 (= 122) — Parte de uma garrafa de secção sextavada.

21 (= 47 = 126) — Unguentário tubular. Falta a parte correspondente ao bocal. Alt. actual — 0^m,110; diâm. máx. — 0^m,024; id. no estrangulamento — 0^m,015.

23 — Unguentário em forma de garrafinha.

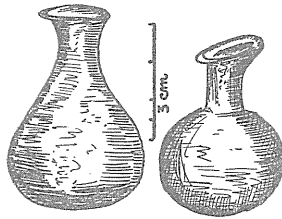


Fig. 21 — *Pequeninos unguentários da necrópole das Pinas, Elvas. (Paço Ducal de Vila Viçosa).*

24 (= 96) — Grande frasco cilíndrico, com asa. Alt. — 0^m,170; diâm. em cima — 0^m,089; id. em baixo — 0^m,084; id. no bocal — 0^m,042.

28 — Urna de duas asas. Vidro muito fino, ligeiramente esverdeado. Alt. — 0^m,091; diâm. na boca — 0^m,078; id. no bojo — 0^m,092; id. no fundo — 0^m,056.

29 — Pequeno gomil de vidro branco, muito fino. Alt. — 0^m,134; diâm. no bojo — 0^m,078.

33 (= 107) — Pequenino frasco piriforme, de fundo chato. Vidro azulado. Alt. — 0^m,045; diâm. máx. — 0^m,035; id. na boca — 0^m,018.

34 (= 108) — Unguentário tubular, sem estrangulamento no gargalo. Alt. — 0^m,159; diâm. na boca — 0^m,022; id. no bojo — 0^m,032.

35 (= 109) — Pequeno frasco de bojo esférico, ligeiramente achatado na base. Alt. — 0^m,045; diâm. máx. — 0^m,034; id. na boca — 0^m,016.

44 — Pequeno frasco de fundo oitavado, com asa. Alt. — 0^m,100; diâm. do fundo — 0^m,065; id. ext. do bocal — 0^m,030.

48 — Garrafinha de bojo esférico e gargalo comprido, afunilado. Alt. — 0^m,150; diâm. máx. — 0^m,084; id. no fundo — 0^m,042; id. na boca do gargalo — 0^m,024; alt. do gargalo — 0^m,076.

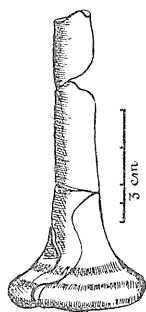


Fig. 22 — Vaso de «A do Rico», Elvas.
(Paço Ducal de Vila Viçosa).

59 e 60 — Garrafa de vidro branco e gargalo estreito. Este falta-lhe, todavia, mas seria, provavelmente, semelhante ao do n.º 48. Bojo esférico, com cinco estrias paralelas. Em 59 mostra-se a garrafa dentro da vasilha de barro em que foi desenterrada.

69 (= 70) — Grande frasco prismático, de base quadrada. Asa curta e larga, estriada longitudinalmente, acompanhando a altura do gargalo. Vidro azulado. Alt. — 0^m,241; base — 0^m,096 × 0^m,098; diâm. da boca do gargalo — 0^m,055.

81 (= 123) — Pequena taça campanulada, com algumas estrias horizontais. Fundo convexo. Vidro branco. Alt. — 0^m,074; diâm. na boca — 0^m,098; id. do pé — 0^m,044.

82 (= 124) — Pequena taça idêntica à anterior, mas do fundo plano. Vidro branco. Alt. — 0^m,074; diâm. na boca — 0^m,093; id. no fundo — 0^m,061.

91 — Grande copo com quatro faces deprimidas no centro, formando gomos. Boca circular. Vidro levemente esverdeado. Pé curto. Alt. — 0^m,193; diâm. na boca — 0^m,099; id. no pé — 0^m,051.

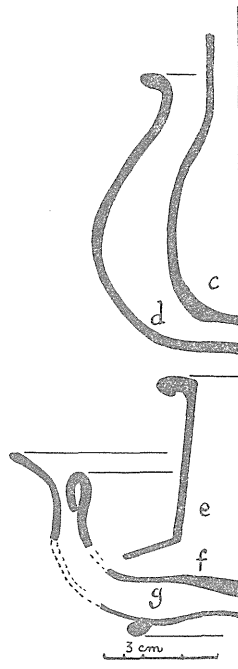


Fig. 23 — Perfis de vasos de vidro de Valdoca, Aljustrel.
(Col. Arqueol. das Minas de Aljustrel).

104 — Frasco de secção quadrada, com asa larga, de secção rectangular. Vidro esverdeado. Exemplar deformado por começo de fusão. Alt. — 0^m,170; base — 0^m,071 × 0^m,071; diâm. na boca — 0^m,048.

113 — Unguentário tubular, muito comprido. Alt. — 0^m,165; diâm. no bojo — 0^m,024; id. na boca — 0^m,022.

114 — Unguentário tubular. Alt. — 0^m,068; diâm. máx. — 0^m,028; id. na boca — 0^m,020.

115 — Unguentário tubular. Alt. — 0^m,100; diâm. no bojo — 0^m,020; id. na boca — 0^m,021.

119 — Unguentário de bojo semielíptico. Gargalo comprido e um pouco afunilado de baixo para cima, isto é, em funil invertido. Vidro bastante espesso. Alt. — 0^m,120; id. do gargalo — 0^m,060; diâm. na boca — 0^m,032; id. máx. — 0^m,088.

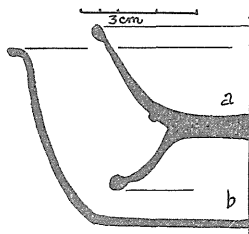


Fig. 24 — *Perfis de vasos da necrópole de Valdoca, Aljustrel.*
(Col. Arqueol. das Minas de Aljustrel).

Necrópole da Herdade do Padrãozinho, freg. de Ciladas, conc. de Vila Viçosa.

64 (= 65) — Prato fundo, de vidro esverdeado. A face externa do fundo é côncava. As fotografias mostram-no pelas duas faces.

67 (= 87 = 92) — Pequena garrafa, atarracada, grosseiramente cilíndrica.

78 (= 83) — Pequena taça semiesférica, da sep.^a n.º 83.

79 (= 84) — Taça idêntica à anterior, um pouco maior.

88 (= 93) — Pequeninino jarro com asa, visto de lado e do bocal. Da sep.^a n.º 112.

94 (= 101) — Pequeno frasco de secção sextavada, com asa. Na fot. 101 vê-se o bocal. Da sep.^a n.º 60.

95 (=102) — Grande unguentário tubular, de base circular. Da sep.^a n.º 112.

Na fot. 102 se apresenta o fundo, no qual se vê, ao centro, em relevo, dentro de um arco semicircular, um grande V e por fora do mesmo arco, em toda a volta, as letras: CN. A. ING. V. A. V. M., sem que saibamos por onde é que realmente começa esta legenda.

Herdade dos Serrones, freg. de Vila Fernando, conc. de Elvas.

1 (=99) — Gomil de vidro branco esverdeado (Vid. Fig. 1). Sep.^a n.º 22.

6 — Unguentário de bojo tronco-cónico, fragmentado. Sep.^a n.º 22.

25 — Copo afunilado, muito alto e de pé curto. Vidro fosco, talvez pintado e muito alterado. Sep.^a n.º 76.

27 — Grande copo de pé curto e bojo de seis faces deprimidas ao centro, a todo o comprimento. Sep.^a n.º 39.

41 — Copo cilíndrico, sem pé, de fundo plano. Mostra-se tal qual foi desenterrado. Sep. n.º 18.

125, 126 e 127 — Unguentários tubulares. O segundo é da Horta das Pinas e o terceiro é da sep.^a n.º 7.

Jerumenha (na vila, sítio da Escola, e na Herdade de Cardeira).

7 — Unguentário em forma de pequena garrafa.

51 — Unguentário de bojo semioval.

52 — Unguentário tubular.

53 — Unguentário de bojo semiesférico.

54 — Unguentário de bojo semiovalado.

73 — Urna de duas asas. Vidro branco esverdeado.

86 — Grande prato em forma de taça com fundo circular e bordo formando gomos. Ácha-se completamente em estilhas e foi

fotografado com os fragmentos colados ao molde de terra argilosa, conforme foi exumado.

Herdade do Padrão, freg. de Ajuda, conc. de Elvas.

22 — Unguentário tubular.

45 — Unguentário tubular de base arredondada.

105 — Pequena taça de vidro (dentro de outra vasilha).

Herdade da Chaminé (da necrópole romana), freg. de Vila Fernando, Elvas.

14 (=46) — Garrafinha estreita e muito alta, de bojo piriforme alongado e gargalo estreito, alto e afunilado.

Herdade de «A do Rico», freg. de Degolados, conc. de Campo Maior.

89 — Unguentário tubular, com larga base circular (Vid. Fig. 22).

Defesa de Cima, freg. de Rio de Moinhos, conc. de Borba.

98 — Pequeninha galheta, do feitio de almotolia. Vidro esverdeado. Alt. — 0^m,102.

106 — Pequeninha garrafa de vidro azul-anilado. Bojo esférico, ornado de estrias horizontais. Gargalo curto, de bordo revirado e alargando de cima para baixo. O fundo tem ao centro uma cavidade afunilada que entra profundamente no interior do bojo, como comprido espigão cónico. Alt. — 0^m,098.

III — Critica das formas comuns em Portugal

O recipiente de vidro mais comum nas sepulturas céltico-romanas e romanas a sul do Tejo é o unguentário, vasilha geralmente muito pequena e de feição tubular, a que inúmeras pessoas continuam a dar o nome de «lacrimatório», ou «lacrimário», por suporem-na destinada à recolha de lágrimas.

Dos 58 exemplares aqui apresentados, 47 em fotografias e 11 mediante desenho, fazemos oito grupos, cada qual representativo de um tipo mais ou menos caracterizado. Assim:

Tipo I—Gargalo quase sempre comprido, estreitando de baixo para cima, ou seja, afunilado. Depósito ovalado e pouco mais largo que o gargalo. Entre o gargalo e o depósito há um estrangulamento mais ou menos pronunciado. São deste tipo os números 3, 10, 52, 90, 103, 115, 125, 126, 127 e os das Figs. 18 e 19 (3=10=90).

Tipo II—Semelhante ao anterior mas, neste grupo, o perfil do depósito quase se confunde com a linha do gargalo. Este é mais ou menos curto, conforme o estrangulamento do tubo se apresenta no terço inferior, a meio ou mesmo próximo do bocal. Vid. n.ºs 2, 9, 21, 22, 45, 47, 113, Figs. 16-*a* e 16-*b*.

Tipo III—Não há separação definida entre depósito e gargalo. O objecto apresenta a forma de pingo de tocha mais ou menos engrossado na base. N.ºs 4 (=8), 39, 62, 108, 114 e Fig 16-*c*.

Tipo IV—É um simples tubo aproximadamente cilíndrico, ou estreitando ligeiramente ao centro, alargando mais acentuadamente em baixo, onde há um pé circular, umas vezes maciço ou quase (n.º 11), outras oco, formando minúsculo depósito (n.º 12). Incluímos neste grupo os n.ºs 11, 12, 40, 75, e Fig. 22.

Tipo V—Gargalo grosso, umas vezes cilíndrico, outras alargando de cima para baixo, isto é, à maneira de funil invertido.

Depósito em forma de pequeno tronco de cone, com base muito larga. N.ºs 6, 32, 37, 55, 74, 89, 118 e Fig. 14 (*a, b, c, d*); e ainda o n.º 100, amolecido pelo fogo da pira.

Tipo VI—Gargalo como no tipo V. Depósito mais alto que no tipo anterior e com a forma de meio elipsóide cortado pelo eixo transversal. N.ºs 5, 23, 51, 53, 54, e Fig. 15.

Tipo VII—Idêntico ao Tipo VI mas com bojo piriforme. N.ºs 7, 63, 68 (este é cerâmico), 119.

Tipo VIII—Idêntico aos Tipos VI e VII mas com depósito esférico, N.ºs 13 (26 = 67).

Os exemplares dos Tipos I, II e III tem fundo arredondado, pelo que, são de equilíbrio instável. Por este motivo, alguns exemplares (n.ºs 21, 22, 108, 113, 114 e 115) mostram por baixo, na fotografia, o suporte de plasticina, sobre o qual tivemos de os equilibrar. De modo geral estes recipientes são constituídos por um tubo que vai alargando de cima para baixo, arredondando na base, tomando o fundo a forma de calote esférica. Podem ter o gargalo definido por um estrangulamento mais ou menos vincado, a maior ou menor altura da peça, ou não apresentar tal separação.

O Tipo IV é um simples tubo, mas bem equilibrado num pé que pode também conter líquido. O vidro destes quatro primeiros tipos costuma ser fino, mais ou menos azulado, mais ou menos esverdeado.

Os Tipos V, VI, VII são também de equilíbrio seguro, sobre um pé bastante largo, sobretudo no primeiro. O vidro é grosso, quase sempre branco, ou branco azulado. O gargalo é sempre muito alto e grosso em relação ao depósito. São como pequeninas garrafas.

Estes caracteres se acentuam no Tipo VIII (n.ºs 13, 26 e 27 — três aspectos do mesmo exemplar).

Dentro de cada tipo podem notar-se outras particularidades. Assim o n.º 4 (= 8) é enformado aos gomos — forma ornamental

que nesta época se empregava em outros modelos de vasilhas de vidro, assim como em peças cerâmicas.

Outras formas de vasilhas, podiam também ter servido para conservação ou recolha de perfumes, mas estas são verdadeiramente peculiares, principalmente as dos Tipos I, II e V. Em todas elas o gargalo constitui parte essencial do recipiente, pelo menos de capacidade igual à da parte bojuda. Nos exemplares dos Tipos V a VIII, o gargalo chega, por vezes, a ter capacidade superior à do depósito. Este enorme desenvolvimento do gargalo atinge proporções invulgares em dois dos exemplares do Museu de Torres Novas (Fig. 14, *a*, *b*).

Quanto aos bocais das vasilhas, são eles quase sempre de bordos muito largos e, umas vezes, ligeiramente afunilados, outras revirados para baixo. É o que se verifica, de resto, nas outras vasilhas providas de gargalo, como frascos e garrafas.

Vejamos, seguidamente, as outras qualidades de vasilhas vítreas.

Temos sob o n.º 1 e na Fig. 2 um elegante gomil, cuja boca se vê com o n.º 99.

De igual delicadeza as urnas n.º 28 e n.º 73 (=Fig. 9), a galheta, ou pequenino gomil, representada sob o n.º 29, e a outra galheta, do feitio de almotolia, que tem o n.º 98.

Peças também notáveis os três copos, n.ºs 25, 27, 91 (=Figs. 4, 6 e 7), a anforeta de duas asas, representada na Fig. 5, e, finalmente, a garrafa que mostramos na Fig. 1, com ornato gravado (1).

(1) Vid. Abel Viana — *O cemitério luso-romano do Bairro Letes (Faro)*, separata de «Brotéria», pág. 15, Vol. LIII, Lisboa, 1951. Aí se publicaram também os copos de Figs. 6 e 7. Por lapso tipográfico se disse aí que esta garrafa tinha 0^m,070 de altura, em vez de 0^m,170.

Ainda na categoria das garrafas de bojo esférico, como a da Fig. 1, há as de gargalo estreito e afunilado, de bocal simples, isto é, sem qualquer debrum ou revira, como a n.º 48 e a 59-60 e a n.º 56, esta última incluível nos unguentários do Tipo VII, se não fora a relativa curteza do gargalo.

Do mesmo tipo de bojo esférico são também as de asa larga, de secção rectangular, canelada e caprichosamente dobrada junto ao bocal ou no cotovelo, tais como as dos n.ºs 30 e 112. Esta última mostra círculos equidistantes circuitando o bojo, finamente delineados, sendo que tais círculos ornamentais se observam também na garrafinha n.º 106 e nas taças n.ºs 36, 42, 57, 76, 82, 123 e 124 (=82).

No grupo das urnas registamos ainda as formas apresentadas pelos exemplares n.ºs 41, 77, 78 (=83), 79 (=84) e 110 (=111).

Formas frequentes de frascos, quase sempre de asa larga, estriada e dobrando em ângulo agudo, ou seja, com o cotovelo situado acima do plano de inserção da asa no gargalo, são os prismáticos de secção quadrada ou aproximadamente quadrada (n.ºs 17 (=120), 18 (=121) e 104), por vezes bastante altos (n.ºs 69-70), ou de secção sextavada (n.ºs 20, 94 (=101 e 122), alguns muito atarracados, como o da Fig. 3, ou de secção octogonal (n.º 44), e os de secção cilíndrica, como o n.º 24 (=46).

Como garrafinhas reputamos também as duas vasilhas de gargalo alto, estreito e afunilado, sobre corpo piriforme alongado (n.ºs 14 e 71) e os pequeninos recipientes figurados sob os n.ºs 107 e 109, todos eles, certamente, usados como unguentários.

As nossas estampas mostram ainda: duas bilhas (n.ºs 38 e 66 (=87 e 92) e dois jarros (n.ºs 43 e 88 (=93), providos de asa os quatro recipientes.

Há, finalmente, o pequenino boião (n.º 61) e os dois pratos (n.ºs 58 e 64-65), constituindo qualquer dos dois peça rara de se encontrar sem ser completamente esmigalhada, pois sua forma,

tamanho e consistência não são de molde a garantir sequer relativa integridade. Há um terceiro prato, de bordo lobulado (n.º 86), o qual só pelo facto de se conservarem os pequeninos fragmentos colados ao molde interno de argila ofereceu possibilidades de o fotografarmos.

Muitas outras peças se encontram aguardando possível restauro, tanto na Secção Arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa como na colecção das Minas de Aljustrel e outras particulares, do nosso conhecimento directo.

Não nos consente a finalidade imediata do presente estudo longa série de comparações. Faremos, no entanto, algumas, embora poucas, apenas como possível indicação de processo.

Aljustrel é, de facto, a estação arqueológica portuguesa até agora conhecida que maior quantidade e variedade de vidros tem proporcionado ao nosso exame. Virgílio Correia ⁽¹⁾ publicou a fotografia de cinco peças do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, sob indicação de «Vidros sepulcrais romanos (Aljustrel)». Supomos tratar-se de objectos exumados na extensíssima necrópole de Valdoca, na qual, à data presente, levamos exploradas mais de quinhentas sepulturas, a respeito das quais estamos elaborando o respectivo relato ⁽²⁾.

As aludidas peças acham-se inteiras e são cada qual de seu formato, parecendo terem sido seleccionadas para ilustração do estudo de Virgílio Correia.

A necrópole de Valdoca vinha sendo, desde muito, destruída

(1) *O Dominio Romano* — «História de Portugal» dirigida por Damião Peres, Vol. 1, pág. 258.

(2) Esta exploração, iniciada em 1954, tem sido feita por Ruy Freire de Andrade, com a colaboração de Octávio da Veiga Ferreira e nossa. Nos meados de 1958, ao redigirmos as presentes notas, haviam sido escavadas ou identificadas cerca de 600 sepulturas.

por buscadores de tesouros e até pelo simples trânsito de pessoas, gados e viaturas.

No Etnológico, não sabemos de que procedência, existe uma garrafinha com ornato gravado, parecendo-nos, quando em tempos a vimos, igual à do Museu de Faro (Fig. 1).

No Museu de Beja há um frasco de secção quadrada (vidro verde) e uma garrafa de bojo esférico (vidro branco, idênticos aos n.ºs 17 e 48, respectivamente (1)). Deste último formato, há no mesmo Museu um gargalo igualmente afunilado, comprido e estreito, mas com a superfície ornada de finas caneluras torsas (2).

No Museu de Badajoz há dois frascos de secção quadrada, um deles com as arestas e os vértices bem arredondados (3), e três unguentários do nosso tipo VII. No de Mérida, que conta um belo núcleo de vidros romanos, existe um copo aos gomos, do mesmo género que o n.º 91 (4), um unguentário do nosso tipo VI e três pratos de vidro, mais incompletos que os dois nossos.

Outro frasco de secção quadrada, deste tipo tão abundantemente representado em Elvas e Aljustrel, e que denominaremos por «tipo do Pombalinho», encontramos no Museu de Alicante, proveniente do Tosal de Manises (5).

No Museu de Ampúrias (Gerona), só da sepultura n.º 13 da necrópole denominada «Torres», foram extraídos nada menos de 22 unguentários, quase todos do nosso tipo II, e mais duas peque-

(1) Abel Viana — *Museu Regional de Beja*, «Guia de Beja», Beja, 1950, Fig. da pág. 124.

(2) Este e outros fragmentos de vidros romanos colhidos por Abel Viana no Rossio da Barreira (Beja), em 1939, serão objecto de estudo especial.

(3) *Memórias de los Museos Arqueológicos Provinciales*, Vol. VI, Est. II, Madrid, 1945.

(4) *Mem. de los Museos*, IV, Est. IV, Madrid, 1944.

(5) *Mem. de los Museos*, VI, Est. LXXII.

ninas bilhas asadas, semelhantes à n.º 66, quanto à metade superior, sendo a metade inferior como a da nossa garrafa n.º 48 (1).

No de Granada, além de uma linda ânfora de vidro soprado, possivelmente romana (2), há outros exemplares também dignos de menção.

No de Valhadolide, há um boião esférico e outro ovóide, formas que ainda não vimos entre nós; e ali se guarda também uma garrafa de forma idêntica à dos n.ºs 67, ou 93, ou do unguentário n.º 119, mas provida de uma asa que vai em linha recta do flanco do bojo ao bordo do gargalo, formando ângulo agudo com o eixo vertical da vasilha (3).

Do de Burgos conhecemos: quatro taças semelhantes ao n.º 36, porém de fundo ovalado; outra semelhante ao n.º 110, e um recipiente idêntico ao n.º 61. A primeira está ornada com 18 mamilos azuis. Duas das taças medem unicamente 0^m,035 de diâmetro e são como pequeninos pratos (4).

No de Badajoz existem: uma garrafinha de bojo esferoidal achatada, e comprido gargalo quase cilíndrico, medindo o todo 0^m,198, e três unguentários bastante grandes, dois deles incluíveis no tipo VII e o restante como os do tipo n.º 4, de pé circular e oco (5).

Da necrópole de Can Fliit, Iviça (Baleares), há um copo de vidro de pé alto, semelhante ao n.º 25, e um frasco de secção quadrada (6).

(1) *Mem. de los Museos*, VI, Est. XIV.

(2) *Mem. de los Museos*, VI, Est. XXIII.

(3) *Mem. de los Museos*, III, Est. LXXIII.

(4) *Mem. de los Museos*, VII, Est. XX.

(5) *Mem. de los Museos*, VIII, Est. III.

(6) *Ampurias*, IV, págs. 145 e 151, Barcelona, 1942.

Entre as inúmeras peças do Museu Arqueológico Nacional, de Madrid, se encontram peças idênticas a quantas de estações portuguesas aqui deixamos apontadas, como exemplo, um jarro como o n.º 1 (*oinochóe*), uma garrafinha como a n.º 106, um frasco de secção quadrada como o n.º 94, uma urna (*ulceolus*) semelhante à n.º 73, outra como a n.º 57, mas conservando as duas asas (1).

As peças que mais abundam são as do género *ampulla*, não só pela sua maior frequência nos espólios funerários, mas também porque seu reduzido tamanho e relativa robustez melhor asseguraram a integridade da peça. As vasilhas grandes raríssimas vezes escaparam ao esmagamento no seio da terra e aos acidentes de escavação exploratória. Há que recolher cuidadosamente todos os pedaços, por mínimos que sejam, e procurar reconstituir a vasilha, hábil e pacientemente.

Alguns recipientes vítreos eram singularmente avantajados. A. Viana e Fernando Nunes Ribeiro recolheram de uma sepultura de Santa Luzia, concelho de Odemira, os fragmentos de uma vasilha de vidro que seria, talvez, como um garrafão de 10 litros (2), infelizmente de muito difícil, se não de impossível reconstituição.

Na colecção do Dr. Fernando Nunes Ribeiro há também o fragmento de uma asa de vidro esverdeado, achado em escavação de uma rua de Beja. Tal fragmento não representa mais que a porção ligada ao bordo. A largura desta asa é de 0^m,095 e mostra 0^m,009 de grossura. Deve ter pertencido a um frasco prismático, de grandes dimensões.

(1) *Adquisiciones del Museo Arqueológico Nacional — 1940-1945*, Est. xxxv, Madrid, 1947.

(2) Abel Viana e Fernando Nunes Ribeiro — *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo*, «Arquivo de Beja», Vol. XIII, Beja, 1957.

É para notar que algumas vasilhas repetem ou imitam formas da cerâmica chamada *terra sigillata*, ao passo que outras encontram fiel repetição na vidraria moderna.

Temos por certo que muitas não teriam utilidade prática, visto o seu tamanho se não harmonizar com a extrema delgadez de paredes. As mesmas razões nos levam a admitir que, embora muitas peças fossem de importação, das oficinas de vidreiros regionais teriam saído aquelas cuja fragilidade não consentia longo e acidentado transporte.

Aqui damos por finda estas breves notas acerca dos vidros soprados, de época romana, achados em Portugal.

Observações

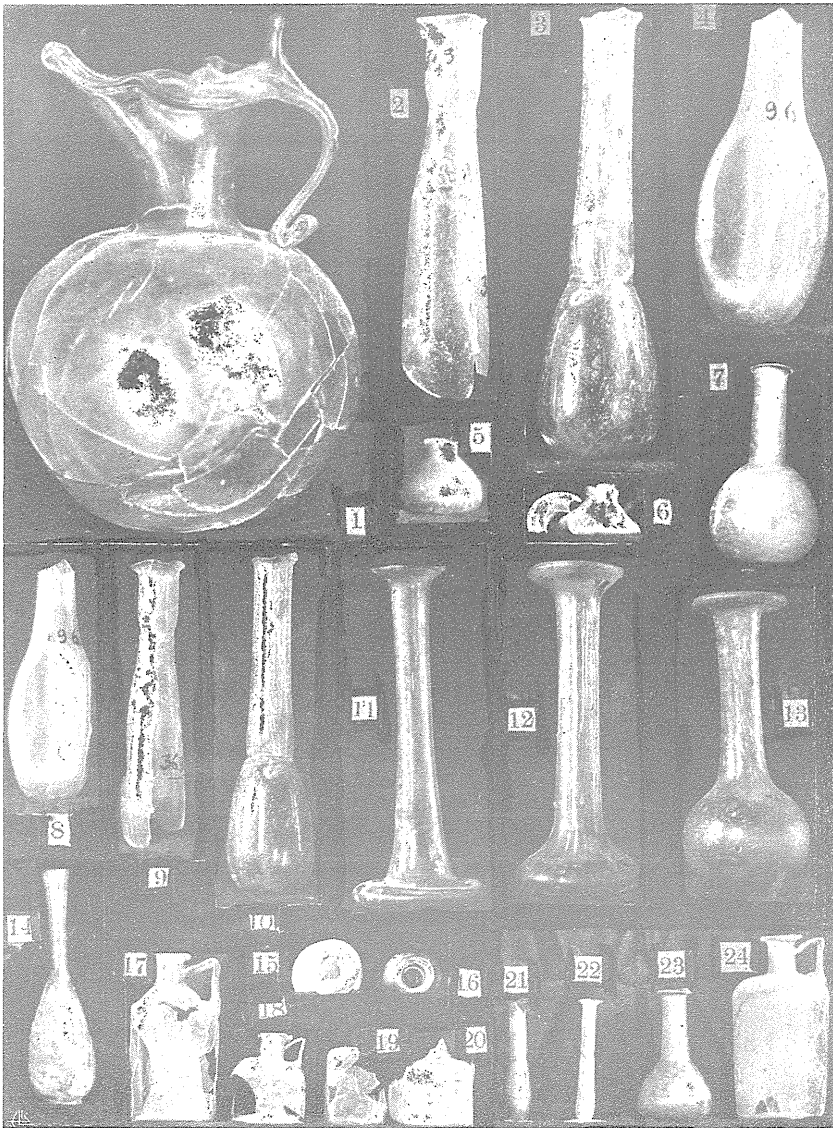
— Os exemplares de Torres Novas (Fig. 14), assim como outros objectos do museu daquela vila, serão tratados em estudo prestes a publicar por D. Fernando de Almeida e Octávio da Veiga Ferreira.

— O estudo das necrópoles de Jerumenha (Escola e Cardeira) está a ser preparado por A. Viana.

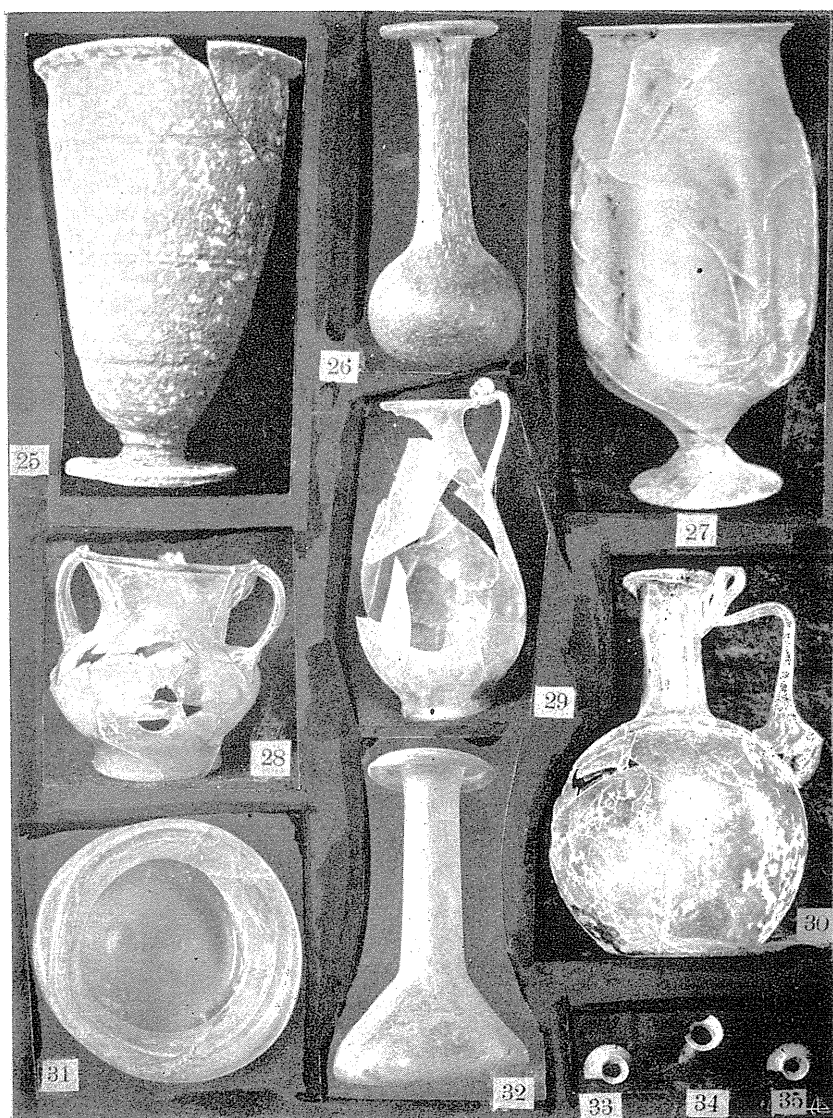
— As peças n.ºs 98 e 106 pertencem ao Sr. Dr. João de Figueiredo, Conservador do Museu-Biblioteca da Fundação da Casa de Bragança, no Paço Ducal de Vila Viçosa, e foram achadas em propriedade sua.

— Os exemplares de Valdoca são pertença da Colecção Arqueológica das Minas de Aljustrel, organizado sob o patrocínio da Sociéte Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel.

— Fotografias de Abel Viana; Desenhos de A. Viana, Veiga Ferreira, Neves e Atilio.



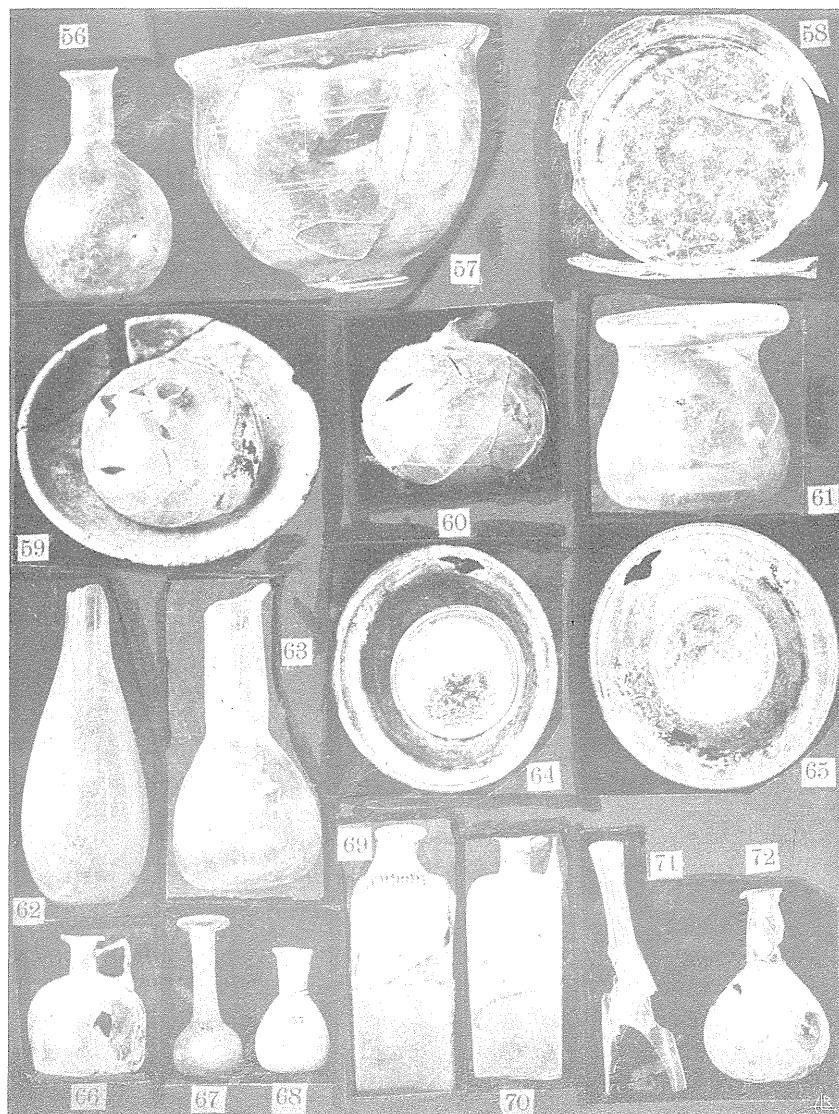
N.ºs: 1 e 6 (Serrones); 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15 e 16 (Aljustrel); 5, 17, 18, 19, 20, 21, 23 e 24 (Horta das Pinas); 7 (Jerumenha); 14 (Chaminé); 22 (Padrão).



N.ºs: 25 e 27 (Serrones), 26, 30, 31 e 32 (Aljustrel); 28, 29, 33, 34 e 35 (Horta das Pinas).



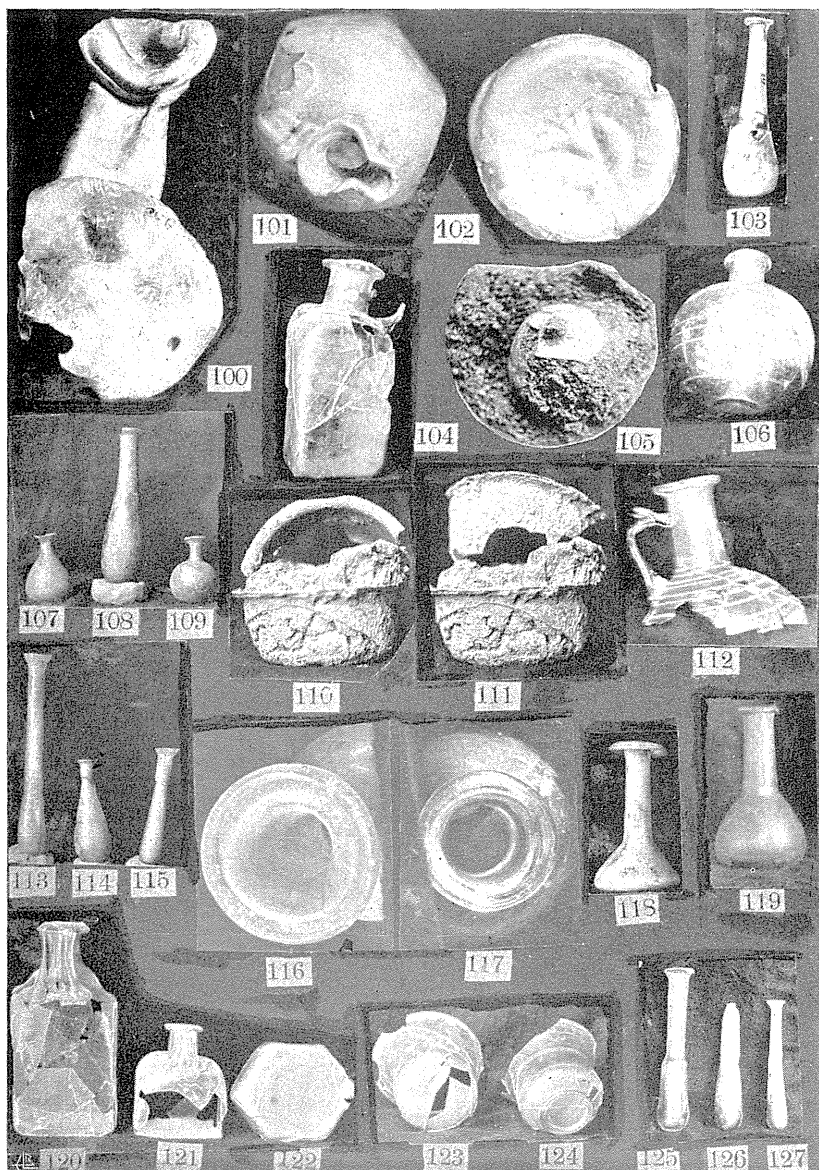
N.os: 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43 e 55 (Aljustrel); 41 (Serrones); 44, 47 e 48 (Horta das Pinas); 45 (Padrão); 46 (Chaminé); 49 e 50 (Aljustrel); 51, 52, 53 e 54 (Jerumenha).



N.ºs: 56, 57, 58, 61, 62, 63, 66, 68, 71 e 72 (Aljustrel); 59, 60, 69 e 70 (Horta das Pinas); 64, 65 e 67 (Padrãozinho).



N.os: 86 e 73 (Jerumenha); 74, 75, 76, 77, 80, 85, 90 e 97 (Aljustrel); 78, 79, 83, 84, 87, 88, 92, 93 e 95 (Padrãozinho); 81, 82, 91 e 92 (Horta das Pinas); 82 (A. do Rico); 98 (Defesa de Cima); 99 (Serrones).



N.os: 100, 103, 110, 111, 112, 116, 117 e 118 (Aljustrel); 101, 104, 107, 108, 109, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 122, 123, 124 e 126 (Horta das Pinas); 102 (Padrão-zinho); 106 (Defesa de Cima); 125 e 127 (Serrones).

Gravuras rupestres de Linhares

Ensaio interpretativo

POR

J. R. Santos Júnior

Prof. da Faculdade de Ciências
da Universidade do Porto

Rogério Azevedo

Prof. da Escola Superior
de Belas Artes do Porto

As gravuras rupestres constituem, como é bem sabido, abundante material arqueológico na metade norte de Portugal e, muito especialmente, a norte do Rio Douro.

São já numerosos os penedos com gravuras rupestres que se conhecem, sobretudo nas províncias do Minho e de Trás-os-Montes. O seu conjunto constitui até um importante capítulo da nossa arte rupestre (1). Esta abrange todas as manifestações artísticas realizadas sobre penhascos ou rochedos (do latim *rupes*) e compreende as esculturas, os baixo-relevos, gravuras e pinturas que o homem pré, ou proto-histórico executou nas pedras, nas

(1) De 1930 a 1935, um de nós (S. J.) percorreu montes e vales de Trás-os-Montes em explorações arqueológicas, tendo em vista especialmente o estudo de estações de arte rupestre.

Colhemos abundante material que se destinava a um *Corpus petrogliphorum trasmontanum*, grande publicação que projectávamos e para a qual tínhamos a promessa de substancial ajuda da parte da Junta da Educação Nacional, depois transformada em Instituto de Alta Cultura. Deste Instituto fomos bolseiro durante 7 anos, até sermos contratado professor extraordinário do grupo de Zoologia e Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Aproveitamos este ensejo para testemunhar ao I. A. C. agradecimentos pelo auxílio que sempre nos prestou.

A nossa ida, em 1936 e 1937, a Moçambique, como chefe da Missão Antro-

paredes ou no tecto de grutas ou cavernas, nas paredes de simples abrigos ou palas, nos esteios ou coberturas de *dólmenes* ou antas, ou em simples rochedos, ao ar livre.

Precisamente na superfície destes rochedos ao ar livre, aparecem, com relativa frequência, ao menos em certas regiões, sulcos ou traços rectilíneos, arqueados ou ondulados; simples, paralelos ou entrecruzados; em xadrez ou escalariformes; covinhas, espirais, círculos concêntricos, etc., etc.

O número de estações deste tipo é já elevado. Na carta da fig. 25 que publicamos no nosso trabalho *Arte Rupestre* (1), estão indicadas 109.

Urge fazer-se tal inventariação. Chegam até nós informações de que, a cada passo, são destruídos penedos com gravuras rupestres. Esta destruição é feita quer pelos canteiros ou pedreiros quer pelos obstinados e loucos pesquisadores de tesouros.

Estamos certos de que o número de 109 estações, indicadas na referida carta, será largamente aumentado quando se puderem fazer pesquisas metódicas, tendo em vista o seu inventário.

Na série que publicamos no trabalho indicado, figura na pág. 862 e, com o número 83, a *Fraga das Ferraduras*,

pológica, levou-nos para novos campos de investigação em terras portuguesas do Ultramar e ficaram em suspenso, ou quase, os nossos estudos arqueológicos em Trás-os-Montes.

Em 1940, a quando da realização dos Congressos do Mundo Português, achamos oportuno dar a conhecer o que tínhamos conseguido reunir sobre arte rupestre, em alguns anos de pesquisas feitas nos períodos de férias. Assim nasceu o seguinte trabalho que apresentamos ao 1.º Congresso do Mundo Português, de que fomos o Secretário-Geral: Santos Júnior — *Arte Rupestre*, Congresso do Mundo Português, Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (I Congresso), Lisboa, 1940, págs. 327 a 376, 26 figs.

(1) Santos Júnior — *Arte Rupestre*, cit. Est. XVII, fig. 25.

situada na freguesia de Linhares, concelho de Carrazeda de Anciães. Dela nos havíamos ocupado (S. J.) em trabalho anterior (1) e agora constitui a base do presente trabalho de colaboração, em que avulta a tentativa da sua interpretação feita por um de nós (R. A.).

*

* *

Linhares (2) é uma freguesia do concelho de Carrazeda de Anciães, de cujo limite meridional participa.

As terras da freguesia estendem-se, uma parte ao longo do Rio Douro, na encosta pedregosa que lhe forma margem direita — é a *ladeira* — ; outra parte espraia-se pelo cimo da encosta, no planalto sobranceiro — é a *chá* — .

A leitura do trabalho — *Vestígios do regime agrário comunal* (3),

(1) Santos Júnior — *Gravuras Rupestres de Linhares — A Fraga das Ferraduras*, in «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», fasc. II, vol. VI, Porto, 1933; págs. 141 a 148 e 4 figs.

(2) Linhares é terra de nobres tradições. Já no séc. VI era lugar importante. Linhares e Anciães são as primeiras terras do distrito de Bragança que têm foral, dado por D. Fernando I, *O Magno*, de Castela (1055-1065). Vd. *Portugalia Monumenta Historica*, «Leges et Consuetudines», pág. 343.

(3) P.^o Francisco Manuel Alves — *Vestígios do regime agrário comunal*, in «Ilustração Trasmontana», vol. III, Porto, 1910, págs. 137-142.

As *Memórias de Anciães*, por João Pinto de Moraes, Reitor de S. João Baptista, extramuros de Anciães, e António de Sousa Pinto, 1721 (manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, — *Relação de Vila Real*, Códice A-6-8, n.º 222) referem-se a esta mesma *Fraga das Ferraduras*, nos seguintes termos: — «Em o mesmo limite de Linhares está um sítio que chamam as ferraduras, cujo nome houve e conserva de uma grande pedra firme que nele está toda cheia destes sinais» (seguem-se no manuscrito os desenhos de quatro sinais em arco, como ferraduras de ramos longos e direitos, todas voltadas para baixo).

em que o ilustre Reitor de Baçal fala da *Fraga das Ferraduras, de Linhares*, ali nos levou (S. J.) em 1932, à cata da referida *fraga*.

Quem seguir pela estrada do Tua a Carrazeda de Anciães, depois de passar Castanheiro do Norte, chega, no alto, a S. Pedro, pequenina aldeia à borda da estrada. Metendo à direita, segue-se para Linhares, sede da freguesia. Sobranceiro, está um cabeço de encostas empinadas, no qual é tradição ter existido «na antiguidade, um castelo de mouros».

Trata-se, certamente, dum *castro*. Infelizmente não dispusemos de tempo para subir ao cabeço e certificarmo-nos se, de facto, se trata dum *castro*, o que aliás é mais que provável.

O caminho para a *Fraga das Ferraduras* parte de Linhares para sudoeste, vai direito às *presas*, passa pelo sítio do *penedo que bole* ⁽¹⁾ e, logo abaixo, a pouco mais duma centena de metros,

(1) Este *penedo que bole* é um penedo oscilante que fica rente ao caminho que conduz ao *sítio das Ferraduras*. É uma fraga de granito achatada, de contorno oblongo, a que qualquer pesquisador de tesouros quebrou uma das pontas.

Esta fraga ou penedo oscilante tinha de comprimento 4^m,60 por 2 metros de largura máxima, com a altura, no sítio mais grosso, de cerca de 1^m,10. Quem subir às pontas do penedo fá-lo-á oscilar ligeiramente. Tanto uma como outra das extremidades deste penedo oscilante estão polidas das brochas do calçado daqueles que por ali passam e pincham no lombo do bloco de granito para o fazer bulir. Daí o nome de *penedo que bole*.

A esta fraga oscilante se refere D. Cândida Florinda Ferreira, a pág. 77 do seu trabalho — *Carrazeda de Anciães, notas monográficas*, Lisboa, s. d.

São relativamente frequentes os penedos baloiçantes naquela zona granítica. Ainda no concelho de Carrazeda de Anciães, tenho conhecimento doutro na freguesia de Pombal. D. Cândida Florinda Ferreira não fala dele.

À amabilidade do Sr. P.^e José Augusto Tavares, que foi abade de Carviçais (Moncorvo) e apaixonado arqueólogo, devo não só o informe do penedo baloiçante de Pombal mas também dos seguintes: — no concelho de Freixo de Espada-à-Cinta um, entre Lagoaça e Bruçó, conhecido pelo nome de *penha abolida*; outro, cerca de 3 km a sul de Fornos, para as bordas do Douro; no

fica o *sítio das Ferraduras*, nome tirado da *Fraga das Ferraduras*, assim designada por muitos dos sinais nela gravados terem a forma de ferradura. A fraga é um pequeno bloco granítico que alinha na parede que veda, ao longo do caminho da ladeira, uma propriedade que pertencia a Zulmira Cricas.

A fraga é pequena, de dorso um tanto abaulado, e nela estão gravados 55 sinais e 2 covinhas (fig. 1). Destes 55 sinais, 37 ou 38 são em forma de «ferradura» e os restantes de feição nitidamente alfabética. Isto muito nos impressionou; tanto, que nos resolvemos (S. J.) a publicar uma nota sobre tão interessante estação da arte rupestre trasmontana. Nesse trabalho, apartamos 10 dos sinais que reputamos como símbolos alfabéticos ⁽¹⁾ e que agora reproduzimos na fig. 2.

concelho de Moncorvo, um, entre a Cardanha e a Junqueira e mais três na quinta das Peladilhas, perto das Olgas, termo dos Estevais.

Numa das minhas estadas em Chaves (S. J.) informaram-me da existência duma fraga bulideira, no alto do Tronco, à borda da estrada de Vinhais e a cerca de 10 km a nascente de Chaves.

Em Valpassos, logo às portas da povoação, há também um enorme penedo baloiçante. É um grande bloco esferoidal de granito, com os seus 3 metros de altura. Há poucos anos um pesquisador de tesouros, com um tiro de dinamite metido no alto do bloco, fez-lhe saltar uma grande lasca. A oscilação que se consegue, empurrando com força, é pouco aparente.

O meu guia procurou uma palha que colocou entre o penedo e um montículo de 2 ou 3 pedras acasteladas, de modo que a palha ficou um tanto flectida, com uma ponta de encontro ao penedo e outra especada na última pedra do montículo. Aplicando fortemente o ombro de encontro ao penedo e observando a palha, via-se variar o grau de flexão da mesma com as oscilações daquele enorme bloco de granito.

É, certamente, a este penedo oscilante que se refere a nota da pág. 401 de *Religiões da Lusitânia*, vol. I, Lisboa, 1897.

(1) Santos Júnior — *Gravuras Rupestres de Linhares — A fraga das ferraduras*, cit., págs. 6 e 7.

A pág. 7 desse trabalho, escrevemos (S. J.): «Só novas descobertas permitirão dizer se a hipótese alfabética se confirma

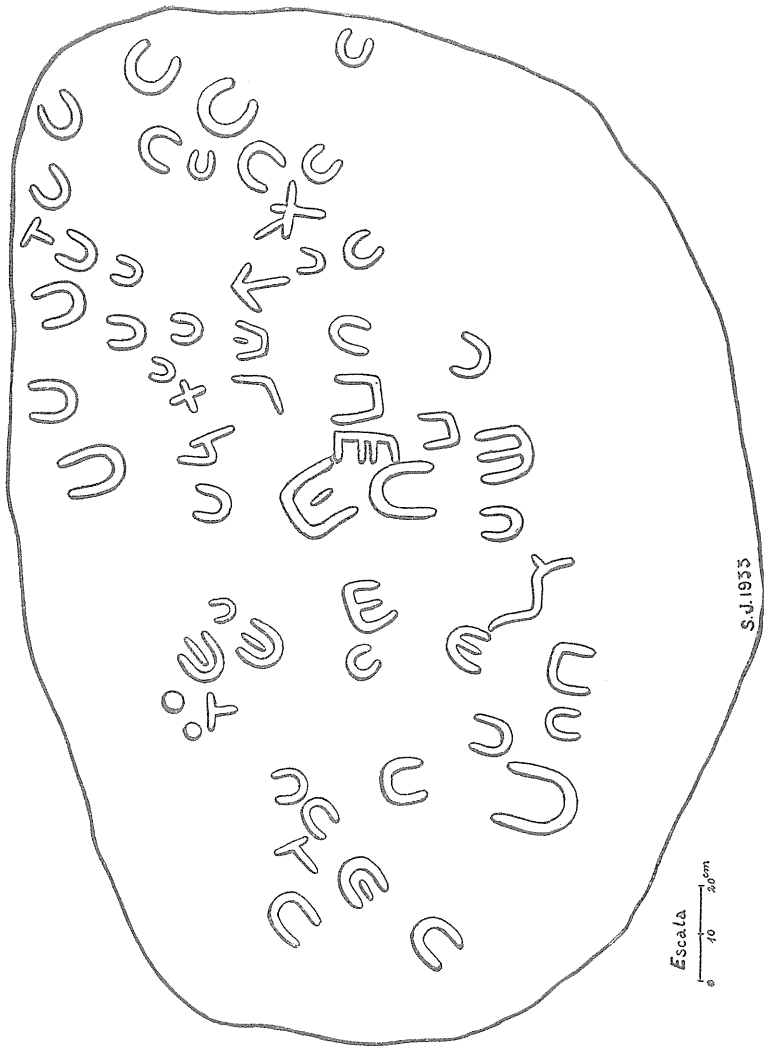


Fig. 1 — Sinais gravados na *Fraga das Ferraduras* de Linhares.

ou não» e acrescentávamos: — «É ainda nevoenta a significação de muitas das gravuras rupestres».

Depois, a pág. 8, do mesmo trabalho, ao passar em revista as várias hipóteses respeitantes ao significado das estações rupestres, emitimos (S. J.) uma opinião que exprimimos assim: — «Ainda, dentro da significação simbólica, podem múltiplas estações de arte rupestre ser consideradas como lugares reservados ao culto, como verdadeiros santuários».

Graças ao estudo porfiado que um de nós (R. A.) vem fazendo, há anos, da filologia arcaica, parece confirmar-se a hipótese alfabetiforme dos sinais gravados na fraga das «ferraduras», de Linhares. Mais ainda: — a ser certa a interpretação que fazemos (R. A.) daqueles sinais e respectiva leitura, confirma-se também a hipótese de que aquele penedo de Linhares teria sido um lugar reservado ao culto, um verdadeiro santuário.

Mas, não antecipemos conclusões e passemos ao estudo interpretativo das gravuras insculpidas na «fraga das ferraduras», de Linhares.

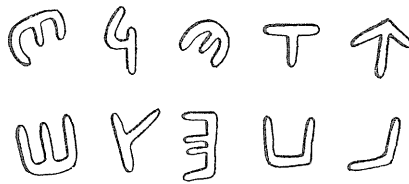


Fig. 2 — Sinais alfabetiformes da Fraga das Ferraduras de Linhares.

*

*

*

Vejamos agora aquilo que nos levou (R. A.) à leitura das siglas do penedo de Linhares e à conseqüente conclusão lógica de que tal documento rupestre constitui monumento notável, que bem merece, e quanto antes, ser considerado, se não monumento nacional, pelo menos imóvel de interesse público.

Ali se pode ler em escrita arcaica retrógrada, o nome de porco (ou de javali) escrito de várias formas, como se pode ver

na fig. 3 e, ainda, elementos anatómicos do mesmo animal, como $\text{C}\text{U}\ddagger\text{C}\text{U} = \text{ὄσάως}$, «orelhas de porco», correspondente à «orelheira». Neste étimo dá-se a curiosa circunstância de o alfa central arcaico, gravado em forma de cruz \ddagger , ter o respectivo acento, como se pode observar na gravura em que aparece todo o conjunto, figs. 1 e 3. Este facto repete-se noutra palavra gravada $\text{C}\text{U}\uparrow = \text{ῥός}$ (ou ἔός) «riqueza», com o acento na vogal média U . A inicial \uparrow , no alfabeto ibérico tanto pode representar H (η) ou E, como aparece em Alvão; como H (η), em Sierra de Gados, Almeria; como E, em Alcalá del Río e, em Penalva de Castro, também como E, e que na palavra representada no nosso trabalho tem a alternativa de poder ser ῥός ou ἔός .

Conforme bem mostra o desenho da fig. 3, e segundo a interpretação que damos (R. A.) dos «sinais» gravados na pedra em dialecto *eolo-dórico*, ali se pode ler várias vezes e singelamente: — *o porco* — e — *ó porco!* — ou frases, como estas: — *todos os porcos* — *orelhas de porco* (ou seja, *orelheira*) — *a ti porco qualquer!* — etc.

Se está certa a leitura que fazemos (R. A.), e disso estamos plenamente convencidos, é lógico considerar que aquela pedra das «ferraduras» de Linhares evidencia um local de consagração com afluência de crentes para o culto do porco.

*
* *
*

Não foi de ânimo leve, resultado de impulso apenas instintivo, que apresentamos a interpretação dos sinais da pedra de Linhares, conhecida pelo característico nome de «Fraga das Ferraduras».

Não que conhecêssemos (R. A.) ter havido, na região, especial culto ao porco, como, afinal, o atesta a notícia da existência



Fig. 3 — Sinais alfabéticos da *Fraga das ferraduras* de Linhares, sua interpretação e respectiva leitura.

de uma imagem porcina de que só posteriormente tivemos conhecimento. Não. A convicção nasceu por via de algum estudo a que nos temos dado acerca do *Onomástico Ibérico* cujos resultados saíram já a público num trabalho algo desenvolvido ⁽¹⁾, como «tentativa etimológica».

A fraga de Linhares tem bastantes sinais gravados em forma de «ferradura» e, tantos, que deram, afinal, à pedra o nome por que é conhecida, como se viu já.

Ora há muitas mais fragas com as tais «ferraduras», empregando este pitoresco designativo, conforme se pode ver in *Arte Rupestre* ⁽²⁾ onde vêm citadas numa longa série. Dela evidenciamos: — a «Pedra escrita do Poço da Moura», na Vilariça, termo de Assares, Vila Flor; a «Fraga das Ferraduras», nas Chairas, Macedo de Cavaleiros; outra «Fraga das Ferraduras», no sítio do Valongo, entre Belver e Fonte Longa (Carrazeda de Anciães), bem como a do Murancho, termo de Parambos, no mesmo concelho de Carrazeda de Anciães. Que os nossos antepassados andassem a brincar, gravando pedras como entretenimento ocioso? Não é crível.

Já há muito havíamos deduzido (R. A.), pela análise arqueológica de muitos nomes, sobretudo de divindades saídas da polinomia da antiga linguagem ibérica, qual fosse o idioma usado pelos Lusitanos. Pela influência tartéssia, em cujo império notável entroncava o *Lusis*, um dos povos opostos do celta, o grego seria a língua usual, dividida porém nos seus dialectos conforme os povos que a utilizavam, espalhados pela Lusitânia, pela Bética e pela Tarraconense.

(1) Rogério Azevedo — *Onomástico Ibérico* — (*Tentativa etimológica*), Porto, 1958, 320 págs., 33 figs.

(2) Santos Júnior — «Comunicação ao I.º Congresso do Mundo Português», 1942, cit.

Muitos factos o atestam; muitas palavras «cristalizadas» têm as suas raízes helénicas, mergulhadas no *humus* ancestral primitivo e que, por semelhança com palavras posteriores do latim e do vernáculo, obtiveram transgressão semântica.

A palavra *Moira*, de grande difusão entre o povo, é atribuída à influência árabe mas, quanto a nós (R. A.), deve provir de maior antiguidade, isto é, do tempo em que ao *Lusis* foi atribuído o seu quinhão de terra na arrancada contra o celta.

Μοῖρα, além de ter o significado de «destino personificado», significa também a *parte*, a *porção*, o *lote de terra que cabe a cada um*. *Briga*, apendiculado ao nome de terras e que tem sido considerado como termo celta sem qualquer justificação ponderável, deve ser a adjectivação do termo trácio *βρία*, equivalente a *πόλις* com o significado de *cidade*, *conjunto de cidadãos*. À formação da cidade fazia-se pela reunião das tribos e nela, naturalmente, ficava existindo o santuário da divindade comum, sendo a palavra *Briga* assim adjectivada: *βρι(α)* — *ga* = *briga*. Este termo, portanto, longe de significar função bélica, acusava função religiosa, eminentemente pacífica.

A tauromaquia, tão espalhada no mundo ibérico, desde a Península até ao Ródano, tem equivalência na *taurokathapsia* cretense. Este nome, dado por *Evans*, para as sortes incruentas praticadas na Tessália, para as distinguir da cruenta *tauromaquia* moderna em que o touro é sacrificado, tem ainda restos «cristalizados» nas rijas *pegas* dos forcados ribatejanos. Ainda há pouco se praticava o *transcorno*, no salto à vara, restos evidentes do *transcorno* cretense.

Voltando ao assunto que por momentos abandonamos e para confirmação do exposto, citamos Martins Sarmiento que, na sua grande intuição, saída sem dúvida de demorada análise, havia deduzido que, pela fácil extensão do latim, na Lusitânia, a língua preexistente, antes da conquista romana, deveria ser afim.

Como sempre acontecia quando qualquer opinião não coincidia com a própria, Leite de Vasconcelos impugnou esta hipótese numa carta (1) infeliz dirigida àquele ilustre vimaranense que foi um dos que mais o ajudaram no começo dos seus trabalhos arqueológicos e que, bem o julgamos, era quem estava dentro da razão.

Da situação geográfica (ou, melhor, corográfica) destes gravados semelhantes a «ferraduras», no simples julgamento do povo, é lícito depreender, duma informação estrabónica (2), a sua origem dórica ou, mais propriamente, eolo-dórica, dado o facto de não só serem muito frequentes na região bem definida da bacia do Douro, como ainda, segundo a mesma informação, de os povos que ali viviam, usarem os costumes lacedemónios. Esta circunstância nunca foi suficientemente ponderada, supomos que por Estrabão falar muito de ouvido, a despeito de usarem outras afirmações deste autor para defesa de certas hipóteses, dadas como verdades insofismadas.


Veja-se, por exemplo, noutras regiões bem definidas também, outros sinais rupestres, tais como os círculos concêntricos simples e com radiais, uns e outros associados a gravuras com a aparência de «grades».

Se uns (círculos concêntricos simples) podem representar a αἰγίς — o «escudo de pele de cabra» ou a «tempestade» e que por etimologia popular deriva de αἴξ, «cabra», outros (círculos com




(1) *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento*, pág. 85, carta 24, Ed. da «Sociedade Martins Sarmiento» no ano do centenário de L. de V. com notas de Mário Cardozo. A carta tem a data de 27/12/87.

(2) Estrabão — *Geografia*, liv. III, cap. III, pág. 128, ed. Müller. Este passo de Estrabão diz o seguinte: — «Os que habitam ao pé do rio Douro, vivem, dizem, à maneira dos Lacedemónios, untam o corpo com duas camadas de óleo ao calor de pedras aquecidas.

«ἐνίοις δὲ τῶν προσοικούντων τῷ Δουρίῳ ποταμῷ Λακωνικῶς διάγειν φασίν, ἀλειπτηρίοις χρωμένους δις καὶ πυρίαις ἐκ λίθων διαπύρων, etc.».

radiais) podem representar o sol Ἡλιος. As gravuras em forma de grade poderiam ser sinais embrionários da inicial H (η) numa forma primitiva e rude, como balbúcio de escrita , se não lhe atribuirmos a feição de labirintos tão usados para distrair os espíritos malignos.

Outros ainda, gravados zoomórficos, representam nitidamente o touro, a cabra e outros animais, manifestações bem patentes de zoolatria. Estas zoomorfias, porém, são já representações de cultos cronologicamente mais adiantados. Os povos primitivos baseavam o culto nos espíritos apenas, sem forma concreta, portanto (1). Há quem admita, com alguma razão, que as características *covinhas* nada mais sejam do que lucernas votivas destinadas ao culto dos espíritos.

Um capitel de coluna de Cortijo del Ahorcado, perto de Baeza, bem como outro da mesma região apresentam o duplo machado nestas formas: ,  e  (2) representação muito possível do deus Pelásgico Ζεός, representado pelo duplo machado, atributo do Zeus Cariano em Labranda, frequente em Micenas e Olímpia, equivalente ao martelo do deus Thor da mitologia escandinávica. Antes de darem aos seus deuses a forma humana, os gregos, como os povos asiáticos, praticaram a Litolatria adorando ainda os aerólitos e os betilos. Eros em Tespia, as Graças em Orcómeno, Apolo Agiano, em Ambrácia, etc., são figurados por pedras ou colunas (3).

A *zoomorfia* é uma fase anterior à *antropomorfia*. Da feição primitiva do culto dos espíritos passou-se à *litolatria*, depois à

(1) Vd. Foustel de Coulanges — *La Cité antique*, passim.

(2) Vd. *História de España*, de Ramon Menendez Pidal, 1954, pág. 416, com a reconstituição feita por Garcia y Bellido, págs. 417 e 420, artigo de Garcia y Bellido, *Arte ibérica*.

(3) Cf. Lenormant — *Argoi Lithoi et Betylia*, in *Saglio*.

polinomia abstracta e daqui à *zoomorfia*, passando desta à *antroporfia* de que a anterior é um simples aspecto da figuração ou representação concreta.

A mistura das duas formas — *polinómica* e *zoomórfica* — encontra-se, por exemplo, numa ara dedicada a Endovélico ⁽¹⁾ que numa das faces apresenta nitidamente um *javali* e na outra o nome do deus *Endovélico* que é o equivalente Lusitano do deus grego *Esculápio*.

Leite de Vasconcelos (*loc. cit.*) toma aqui este animal como oferta, sacrifício do porco à divindade. Para a sua afirmação apresentou o argumento de que os romanos sacrificavam à deusa *Tellus a porca praecidanea*. Isto não nos parece (R. A.) muito lógico; — porquanto *porca* é feminino de *porcus*, o porco doméstico, não o *aprinus porcus* ou javali, como lá está. A *porca praecidanea* (porca previamente imolada) está em oposição a *porca contracta*, que era a porca que se devia imolar quando a família não prestava honras fúnebres ao parente. Ora sendo o javali *aprinus porcus* o que está representado na ara talvez tivesse funções divinas.

*

* *

A pedra de Linhares, reatando novamente o assunto, onde foram gravados os «sinais cabalísticos», embora documento notável, não evidencia, com precisão, se se trata de porco doméstico se de javardo, incerteza esta que a escultura desaparecida eliminaria. Evidente é, porém, tratar-se duma escritura arcaica retrógrada acusando o eolo-dorismo com a substituição de U por Y.

É lógico considerar, todavia, que a pedra, evidenciando um local de consagração com afluência de crentes, como se nota nas diferentes maneiras da grafia, para o culto do *porco*, este seja o

(1) Leite de Vasconcelos — *Religiões da Lusitânia*, vol. 2.º, págs. 127-128.

doméstico, como se depreende das palavras ὄσους (orelhas de porco), e ἡύς, «riqueza»; ao contrário do *javali* que é destruição e se equiparava a Marte, o deus das sangueiras.

Dada a profusão das palavras e de frases que lemos (R. A.) no penedo de Linhares, é lógico admitir que se trate dum monumento votivo onde os crentes viriam, em grupos ou individualmente, trazer suas oferendas, ao mesmo tempo que gravavam no penedo — *ad perpetuam rei memoriam*, as frases que nele lemos (R. A.).

Nas palavras gravadas não há qualquer ordem. Parece que cada ofertante elegia o seu cantinho *ad hoc*, conforme a ocasião lhe desse melhor jeito. Esta mesma desordem se observa não só em muitos outros gravados, como na irregular difusão das célebres *covinhas*, que devem fundamentar-se nas mesmas razões.

É evidente a semelhança de alguns caracteres da pedra de Linhares com os da inscrição (1) de Lerilha (fig. 4). Podemos todavia acrescentar que são também idênticos aos de certas inscrições do Algarve e do Alentejo, como também a outras de Espanha.

Do mapa dos caracteres ibéricos por nós (R. A.) organizado extraímos o resumo comparativo que se junta (fig. 5). Sobre alguns deles vamos fazer breves considerações.

Assim, além de $\hat{\tau}$ que já atrás referi, como podendo representar H(η) e E, aparece ainda \downarrow que em Bensafrim tem o



Fig. 4 — Inscrição do castro de Lerilla (Espanha). Fragmento de placa de xisto, existente no Mus. Antrop. da Univ. do Porto.

(1) Vd. Santos Júnior — *Gravuras Rupestres de Linhares*, cit., pág. 6.

*
* *
*

Cumpra agora frisar que a análise dos sinais gravados na fraga das «ferraduras» de Linhares e sua interpretação como frases votivas de culto ao porco foram feitas por um de nós (R. A.) sem ter prévio conhecimento da existência, em Linhares, da «fonte do porco», na qual esteve a figura dum suíno de pedra mármore, segundo a relação de 1721 que adiante se transcreve.

É grande o número de estátuas de porcos que têm aparecido em Trás-os-Montes (fig. 6), entre as quais a célebre «porca de Murça» é, sem dúvida, o exemplar mais divulgado.

Estas estátuas porcinas são consideradas como demonstrativas um culto zoomórfico.

Os arqueólogos espanhóis chamam-lhes «berracos» e nós, portugueses, designamo-las pelo nome de «berrões».

Sobre os berrões trasmontanos, um de nós (S. J.) apresentou ao «Congresso Internacional de Arqueologia» realizado em Madrid (1957) um trabalho intitulado — *A Cultura dos berrões* — que, por circunstâncias várias, ainda não foi publicado. Sê-lo-á em próxima oportunidade. Pelo que respeita ao porco de mármore de Linhares, o «porco da fonte», a ele se referiu o Abade de Baçal, a pág. 544 do vol. IX das suas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, onde transcreve, das *Memórias de Anciães*, dos Padres João Pinto de Moraes e António de Sousa Pinto (1), a seguinte passagem: —

«E indo da igreja de Linhares, concelho de Carrazeda de Anciães, que ora he matriz para o bairro, que chamam

(1) P.^o João Pinto de Moraes, reitor de S. João Baptista, extramuros de Anciães e António de Sousa Pinto — *Memórias de Anciães*, 1721, Biblioteca Nacional de Lisboa, *Relação de Vila Real*, códice A-6-8, N.^o 222.

Sampayo, pela caza desta nobre família habitada nela perto da mesma igreja está huma fonte de cantaria à maneira de poço cuberta com arco de abobeda profundíssima, que apenas colhe a vista ver hum canto dela hum grande buraco, porque parece caber hum homem, e dali para baixo se vê por ele mais agora, em occasioens que se despeja e limpa, esta parte superficial para que se desce por huma bem feita escada de cantaria, com cordas huma grande altura, que tem a tradição tapar-se com uma grande lancha que faz solhado aquela parte superficial, para que caindo dentro alguma cousa se pudesse tirar.

Dentro desta parte superficial estava feita de pedra marmore a figura de hum porco de pé (donde esta fonte o nome de fonte do Porco) a qual alimpendosse ha vinte anos por o plebeo daquele lugar inadvertidamente foi tirada fora, e lhe quebraram a cabeça e a parte do corpo está por tapamento de um quintal que ficou de Domingos Monteiro Gomes daquele julgado da parte dele.»

Verifica-se, portanto, que existiu em Linhares um porco de pedra mármore na fonte a que deu o nome.

De onde teria vindo aquele porco?

Quem sabe se de ao pé da «fraga das ferraduras»...

Este facto é um elemento de valor a que se arrima a leitura dos alfabetiformes rupestres de Linhares feita por um de nós (R. A.). Arrimo tanto mais de apreciar quanto é certo que só tivemos conhecimento da sua existência depois da leitura daquelas gravuras rupestres. Esta leitura pode parecer ousada mas afigura-se-nos suficientemente alicerçada para garantir a interpretação lógica de que a «fraga das ferraduras» de Linhares teria sido um monumento votivo, onde os nossos bravos antepassados iriam prestar culto ao porco.

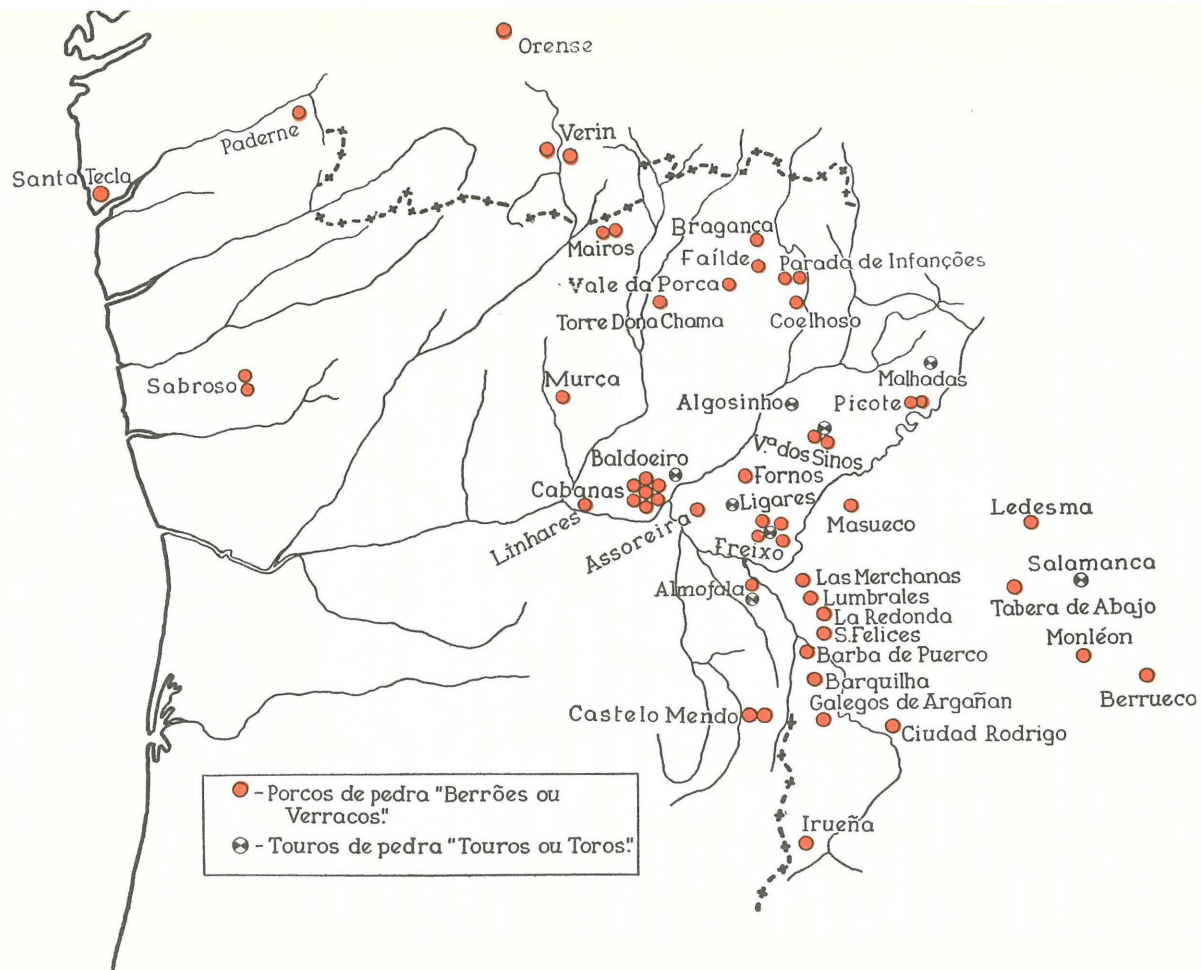


Fig. 6 — Distribuição dos achados de berrões e touros de pedra no norte de Portugal e regiões fronteiriças da Galiza e de Salamanca.

A veneração e adoração dos animais, das plantas e das fontes, muito naturalmente, começou por ser um acto de reconhecimento pelos benefícios recebidos, como para o inimigo havia o culto para a imunização dos malefícios. Era natural que o homem estimasse o animal que razões especiais tornavam prestimoso.

De resto, como escreveu o Reitor de Baçal ao abordar este mesmo tema, da estima do animal prestadio, sobretudo em espíritos materializados, fàcilmente se passa ao culto, à adoração, ao reconhecimento de predicados de *nume* tutelar, e acrescenta (1): «Os mais elevados em concepção espiritual para lá caminham, vendo nestas criaturas a providência do Criador».

Seguindo o insigne trasmontano que foi o Reitor de Baçal, diremos com ele: nada admira que um povo primitivo, que viveu na área trasmontana, prestasse culto ao porco, sem dúvida o animal mais prestadio da culinária trasmontana, a base sólida da sua economia doméstica.

A fraga das «ferraduras» de Linhares, a estar certa, como supomos, a leitura que fizemos (R. A.) dos seus alfabetiformes, é monumento arqueológico de grande interesse. É mais um documento a atestar não só a origem tartéssia dos Lusitanos como a chamada cultura dos «berrões» que teve larga difusão em terras de Trás-os-Montes, nos tempos pré-romanos.

(1) P.º Francisco Manuel Alves (Reitor de Baçal) — *Mem. Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. IX, cit., pág. 552.

Pisões Portugueses

POR

Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano

Ao abordar o estudo dos pisões portugueses, impõe-se-nos, antes de mais, uma referência especial aos excelentes trabalhos do investigador espanhol Luis Cortes Vazquez sobre os pisões do seu País, de Trefacio, na Sanábria, da Horcajada, na provincia de Ávila, e de Lumbrales, na de Salamanca (1), não apenas porque, com o nosso contributo, completamos a afirmação desse autor, que, a propósito da grande difusão do pisão mecânico na Europa, menciona a sua existência até à Espanha, permitindo que se alargue a sua área cultural de forma a abranger igualmente o nosso País, a que ele de resto alude, mas também porque foram aqueles trabalhos que nos forneceram as principais indicações bibliográficas acerca do assunto, dispensando-nos mesmo, por vezes, de uma consulta directa, que a dificuldade de obtenção das obras mencionadas teria tornado muito morosa (2), e sobretudo porque foi neles que encontramos o

(1) Veja-se Luís Cortes Vasquez, El Pisón de la Salina en Trefacio (Sanabria), in: Revista de Dialectología y Tradiciones Populares, Tomo XII, Cuaderno 4.º, Madrid, 1956; El Batán de la Horcajada, in: Zephyrus, VII, 1956 (Seminário de Arqueologia de Salamanca); e Las ovejas y la lana en Lumbrales, Pastoreo e industria primitiva en un pueblo salmantino, Centro de Estudios Salmantinos, IV, Salamanca, 1957, especialmente págs. 66/76.

(2) Assim é que, nomeadamente, foi sobretudo das citações do referido Autor que elaboramos a resenha dos processos de apisoamento entre os Romanos, as notas relativas ao aparecimento do pisão mecânico, e a maioria dos

melhor incentivo para o nosso empreendimento, a ajuda da compreensão de tão curioso elemento cultural, e os ensinamentos basilares que orientaram a nossa investigação.

Na fase artesanal da indústria das lãs, os tecidos caseiros, feitos com fio fiado na roca e tecido em teares manuais, apresentam, à saída do tear, uma contextura frouxa, rala, e pouco firme, que «deixa ver o dia a través» e se desfia com facilidade; o pano chama-se então a «cherga» ou «encherga», e requer uma operação especial de acabamento: ele deve ser «enfortido» ou «pisoado», isto é, batido fortemente em molhado e durante bastante tempo, de modo a apertar a trama e até a teia, e também a operar a amálgama das fibras, que o transforma numa espécie de pasta feltrosa, homogénea, espessa e forte ⁽¹⁾; tal é precisamente a função dos pisões, onde além disso, porém, como regra, os tecidos são lavados e desengordurados da sujidade e restos da

dados com que estabelecemos os termos de comparação com os casos dos demais países europeus.

(1) A relação entre os tecidos caseiros de lã e o pisão é tal que, em vários lugares, dava-se ao burel ou pano de varas o nome de «pano apisoado»; e no Soajo ouvimos mesmo chamar-se-lhe «pano fulão». Por outro lado, B. D. Coelho, Indústria caseira de Fiação, Tecelagem e Tingidura de Substâncias Têxteis no Distrito de Viana do Castelo, in: Portugália, I, pág. 377, a propósito do «fulão de Amonde», distingue entre tecidos *feltrosos*, ou buréis, e *não feltrosos*, para saias, aventais, lençóis, etc., parecendo que só os primeiros se apisoariam; contudo, os nossos informadores entendem que qualquer espécie de pano de lã pode ser apisoado. Note-se que é mesmo costume mandar ao pisão os panos de lã usados — mantas, cobertores, certas peças de roupa velha, etc. — que estejam gastos, puídos ou manchados, para aí serem lavados e outra vez enfortidos, voltando como novos. Na Foz do Cobreão (Vila Velha de Ródão), falaram-nos especialmente no enfortimento de mantas de lã que se usaram primeiramente para a apanha da azeitona, e que eram, passados anos, lavadas e enfortidas no pisão, passando a usar-se como cobertores.

«suarda» natural da lã, ou do azeite e demais produtos com que a preparam antes da fiação, pelo mesmo processo de apisoamento, com água, sabão, ou outros ingredientes apropriados, que ao mesmo tempo os limpa das fibras soltas ou que se desprendem. E finalmente, por uma tradição que vem de tempos recuados e ainda hoje se mantém, embora em casos raros, compete aos pisoeiros, terminada a lavagem e enfortimento, perfazerem o acabamento, cardando os tecidos pisoados que exijam essa operação.

O pisão artesanal que hoje se conhece, é um engenho tosco, primitivo e pesado, geralmente todo em madeira rudemente trabalhada (1), cujo princípio mecânico é muito simples; ele consta de uma roda motriz, munida de um eixo comprido que mostra, em pontos diferentes, duas palas dispostas perpendicularmente uma à outra, as quais, girando com o eixo em posições alternadas, levantam à vez dois grandes maços ou mascotos suspensos de uma armação, que ao cair vão bater o tecido que se encontra numa caixa aberta à frente deles (2), onde se deita a água ou outros líquidos próprios para a lavagem ou o apisoamento. Este mesmo tipo de acabamento, de resto, tem hoje lugar nas fábricas, onde os panos são também, por processos técnicos racionais, apertados em «batanos» metálicos accionados a motor, e que podem ser de maços, segundo o sistema antigo dos pisões artesanais, ou de cilindros — aos quais por uma curiosa sobrevivência, dão ainda o nome de «maços» (3).

(1) O facto de os pisões serem todos em madeira está porém menos em relação com o seu arcaísmo do que com o perigo de se rasgar o pano que adviria do emprego de pregos, que as pancadas dos malhos poderiam soltar.

(2) O princípio do pisão mecânico applicou-se a várias outras indústrias em que também se tinha em vista pisar ou triturar quaisquer produtos, como moenda de grãos ou de minérios, fabrico de pasta de papel, etc.

(3) Nas «Indagações relativas aos Tecidos de Lã — Resultados da inquirição feita por ordem do Conselho Geral das Alfândegas — Fábricas de Portugal»,

Os romanos já praticavam o apisoamento dos seus panos de lã, sendo em Roma os pisoeiros tão numerosos que se encontravam agrupados em *Collegia* ou *Sodalicia*; contudo, o pisão romano era totalmente diferente do actual, parecendo fora de dúvida que o mundo clássico desconheceu o sistema mecânico. Em Roma, o pano era de entrada posto em maceração numa mistura de argila usada especialmente para este fim, potassa e urina, em grandes fossas ou cubas (1); aí, seguidamente, os operários pisoeiros calcavam-no com os pés durante horas ou mesmo dias, calçados para tal com socos próprios (2), apoiando as mãos em guardas altas que a cuba tinha nas extremidades, para assim fazerem mais força. Nos estabelecimentos dos pisoeiros havia recipientes especiais onde os transeuntes urinavam, obtendo-se desse modo as enormes quantidades de urina necessárias para aquela indústria;

por Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, Lisboa (Imprensa Nacional), 1864, distingue-se, de facto, a respeito de várias unidades fabris dos distritos de Castelo Branco (Covilhã) e da Guarda, entre pisões de cilindros, e masseiras. Com efeito na Covilhã, vimos um batano metálico de maços, em actividade, que representa não uma sobrevivência dos velhos pisões de pau, mas uma forma funcional, ajustada ao abatanado de tecidos feltrosos, que deve ser mais demorado, para operar a ligação das fibras, e que, feito num batano de cilindros, causaria, com a sua excessiva duração, a perda de grande número de fibras.

(1) Castilho, in: *Fastos*, II, pág. 322, menciona as «gredas, as argilas, brancas ou pardas, a terra-de-pisoeiro, que na essência são uma e a mesma coisa, e até o cré», que «servem para absorver as substâncias oleosas que maculam os tecidos de lã»; e Morais define a terra-de-pisoeiro como: «uma espécie de greda, também chamada argila-esmética, que servia aos antigos Romanos para branquearem os tecidos». É sabido que a «toga candida», que vestiam os aspirantes a cargos públicos — que por isso recebiam o nome de *candidati* — era feita de lã branca natural, branqueada com uma preparação de greda ou gesso.

(2) Veja-se Hipócrates, *De Dieta*, I, 14, cit. por Cortes Vazquez, *El Batán de la Horcajada*, Nota 15. Segundo Plínio (cit. por Bluteau), o inventor do pisão foi Hermias.

o consumo desta era tão grande que chegou a ser objecto de um imposto ⁽¹⁾, e são frequentes as alusões ao cheiro pestilento que exalavam os pisoeiros ⁽²⁾. Uma vez pisoado o pano desta maneira, os mesmos pisoeiros lavavam-no e cardavam-no, cumulando assim o seu officio específico com o de lavadeiros e cardadores ⁽³⁾. E notamos com o maior interesse a existência de pisoeiros em terras portuguesas já na época romana ⁽⁴⁾.

Na Idade Média surge o pisão mecânico, mas não é possível fixar de modo certo a data do seu aparecimento e primeira difusão pela Europa. Viktor von Geramb nega que a mais antiga alusão a tal engenho seja apenas de 1389, em Augsburg, como pretende Feldhaus; as menções de que ele é objecto são muito anteriores a essa data, tanto em França como na Alemanha; pelo Glossário de Du Cange documenta-se a sua existência entre os séculos XI e XII, e outros dados fariam mesmo recuar a sua aparição talvez ao século IX. Pelo seu lado, Usher afirma que há pisões mecânicos

(1) Veja-se Suetonio, *Vesp.*, 23, cit. por Cortes Vazquez, *ibid.*, Nota 16.

(2) Veja-se Marcial, *vi*, 93, *ibid.*, Nota 17.

(3) Bluteau diz que chamam comumente Lavandeiros de panos ao mestre que governa o pisão; e informa que «nisto imitamos os gregos», que lhe chamam «Plyntha, de Plynein, lavar, porque seu primeiro officio é lavar. «Tria enim (diz Hoffmann no seu *Lexicon filológico*) sunt fullonis numera, primum est lavare alterum conculcare & densare, tertium polire et pectere». Veja-se também Aristofanes, *As Vespas*, *v*, 1126; Macrobio, *ii*, 2, 9; e sobretudo S. Marcos, *Evang.*, *ix*, 2, *cits.* por Cortes Vasquez, *ibid.*, Nota 13.

(4) No Museu da Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães, existe uma lápide, encontrada na freguesia de S. Miguel das Caldas de Vizela (onde havia uma povoação e um balneário romano), erecta por Flaco, pisoeiro («fullo») ao Génio Laquiniense (*V lb s m Genio Laquinesii Flav Flavini fullo*). Esta interessantíssima informação, e a reprodução fotográfica que a acompanha, foi-nos fornecida com a maior amabilidade pelo Ex.^{mo} Senhor Coronel Mário Cardozo, Ilustre Director daquele Museu, a quem testemunhamos o nosso agradecimento (Est. I, n.º 1).

em Inglaterra a partir do século XII, embora aí, a par deles, se continuasse durante toda a Idade Média a pisoar a sangue (1).

Para Cortes Vazquez, o pisão mecânico — tal como a roda de fiar, na opinião de Júlio Caro Baroja — deve ser de invenção medieval europeia, tendo-se difundido muito rapidamente, e mostrando uma perfeita identidade de técnica desde os Balcãs até à Espanha — e Portugal — e desde a Escandinávia à Itália (2).

Seja porém como for, o enfortimento por meio do engenho mecânico parece estar completamente generalizado no século XVI; no que respeita a Portugal, é indubitavelmente a tal processo que se refere o «Regimento da fábrica dos panos de Portugal» promulgado por D. Sebastião em 1573, o qual aponta também as operações de lavagem e carda dos tecidos por parte dos pisoeiros, segundo a tradição antiga. E, em todo o caso, logo nos princípios do século XVII, ele vem descrito no livro de Vittorio Zonca sobre aparelhos mecânicos.

O aparecimento e generalização do pisão deste tipo, dispensando um grande número de operários, provocou uma crise nos antigos pisoeiros; segundo o já citado autor espanhol, enquanto que, antes disso, havia mais pisoeiros do que tecelões, depois, pelo contrário, cada engenho pisoava a obra de muitos tecelões (3).

(1) Na Flandres, porém, onde a indústria dos panos atingira desde tempos muito recuados uma grande perfeição, o pisão mecânico, apesar de isso, nunca se difundiu, e continuou-se sempre a pisoar a pé, embora se usasse uma pisoagem muito forte, a que se devia a extrema lisura dos tecidos (Cfr. A. L. Gutmann, *L'industrie drapière en Flandre*, in: *Les Cahiers Ciba*, Vol. 1, N.º 11, Basileia, 1947, pág. 382).

(2) Frei Pantaleão de Aveiro, no seu «Itinerário da Terra Sancta», publicado em 1533, cap. 84, fala num pisão que havia «abaixo da ponte» de Jacob, junto à cidade de Sapheto, na Judeia, onde trabalhava um judeu português; mas não se pode saber se se trata ou não de um engenho mecânico.

(3) Segundo Cortes Vazquez, op. cit., pág. 23 e Nota 14, e também *Las ovejas y la lana en Lumbrales*, pág. 68 e Nota 93, alguns autores computam

Outrora, quando se conheciam exclusivamente panos de lã de fabrico manual, e mesmo, em épocas mais recentes, enquanto o povo — e em especial as gentes rurais — se vestia principalmente com buréis e usava apenas mantas caseiras, os pisões de madeira, espalhados por todo o País, eram extremamente numerosos e activos (1), embora muitas vezes um só engenho pisoasse para uma grande área (2). Muitos deles viam-se isolados em regiões rurais, e enfortiam sòmente panos grosseiros, de consumo mais restrito; outros situavam-se em locais de tradição e concentração industrial, onde de longa data se faziam tecidos de lã cuidados e de bom acabamento. Ao mesmo tempo, era grande a importância que os monarcas atribuíam ao ofício de pisoeiro, de

em mais de quarenta o número de tecelões cuja obra era absorvida por um único pisão mecânico; mas, a outros, este número parece excessivo.

(1) No mencionado relatório de Fradesso da Silveira, encontra-se um verdadeiro cadastro dos pisões existentes à data do inquérito, que é bem expressivo: 12 pisões no concelho de Goes, 4 em Penacova, 30 no distrito de Viseu, etc. Mas já o «Regimento dos pannos» de 1573, a que também atrás aludimos, deixa adivinhar a existência de numerosos pisões, mesmo na cidade de Lisboa e suas comarcas, que por sinal «não fazem mais que pannos meyrinhos e buréis de lavradores», que dispensam a carda na percha, beneficiando por isso da excepção que os isenta de serem cardados nas «casas das perchas», podendo cardá-los nos pisões, «para evitar vexações».

(2) Assim, o «fulão» de Amonde, no sopé da Serra de Arga, que pisoava para toda a faixa litoral a norte de Viana do Castelo, e vertente sul daquela Serra; o pisão da Pica, de Fafe, centro de manteiros que iam abastecer regiões distantes; os pisões de Bucos, nas faldas do Barroso, que pisoavam mantas e buréis para a feira de ano dos Arcos de Baúlhe, de 13 de Dezembro, onde ia gente do Marão procurá-las; os pisões do Barranco dos Pisões, na serra algarvia de Monchique, que pisoavam para gente de Almodóvar, e Mértola e Alcoutim, no extremo leste da província, a mais de 100 km de distância; etc. E Fradesso da Silveira fala também nos três únicos pisões do distrito de Beja, de Alvito, Almodóvar e Serpa.

quem dependia a perfeição na «obragem» têxtil; no seu próprio dizer, «toda a bemfeitoria que nos panos se pode fazer, consiste na perfeição e acabamento deles na mão dos Pizoeyros»; e portanto, «eles serão obrigados a ter vigilância e cuidado dos panos que lhes forem dados a pizar» (1).

Hoje, porém, o ofício, nesta forma artesanal, está em plena decadência, e os velhos pisões de pau, dispersos pelas aldeias, encontram-se em via e vésperas de completo desaparecimento acompanhando a sorte da própria indústria artesanal; na maioria dos casos, subsiste apenas, a atestar aquela grande difusão, uma profusa toponímia, de norte a sul do País, a que em geral não correspondem já nenhuns vestígios materiais (2). Desses escassos pisões ainda em pé, raros são aqueles que funcionam, apenas em relação a mantas e buréis, e mesmo esses em condições precárias (3), vendo-se quase todos ao abandono, desmantelados e arruinados, a desfazerem-se aos bocados. Nas zonas industriais de lanifícios,

(1) Veja-se adiante, pág. 74, nota 1.

(2) É com efeito extremamente frequente o topónimo «Pisão» ou seus derivados, por todo o País, só ou acompanhado de outra designação. Na Serra do Soajo encontramos também o topónimo «Fulão», que corresponde ao termo usado em certas áreas do norte da província minhota, para designar um local hoje completamente deserto, mas onde corre um ribeiro. Além disso, em Espanha Camilo José Cela nota na região da Alcarria, o apelido frequente de «Batanero» (Viaje a la Alcarria, Barcelona, 1945, pág. 122).

(3) O pisoeiro de Bucos (Cabeceiras de Basto) — onde de resto existem ainda três pisões em actividade, embora sobretudo para consumo familiar — diz-nos que conserva o seu pisão em funcionamento apenas «por opinião» porque de resto os encargos fiscais e por outro lado o facto da indústria de lanifícios comprar ao lavrador a lã por um preço remunerador, que anula o interesse dos fabricos caseiros, não lhe consentem margem compensadora. É mais um exemplo da cedência dos velhos princípios da economia patriarcal e qualitativa em que o trabalho não é contabilizado, perante a invasão dos conceitos quantitativos e racionais, que caracteriza o nosso momento cultural.

como em Trinta, os velhos pisões de madeira conhecem uma última fase de actividade, como complementos das actuais unidades fabris de menor vulto, mas vão sendo por estas progressivamente assimilados, e substituídos por batanos metálicos, sendo, também aí, poucos os que se mantêm.

Já em relação aos primórdios da monarquia, alguns forais se referem a pisões, a propósito de certas imunidades municipais próprias dos concelhos perfeitos da primeira fórmula, segundo a classificação de Herculano. Com efeito, aí — e principalmente nos concelhos alentejanos — se dispõe que os pisões (e do mesmo modo as lojas de retalho de mercadorias próprias, os moinhos, azenhas, fornos de pão, de louça e de telha) ficariam livres, no todo ou em parte, para os vizinhos, mediante o pagamento de um certo tributo, enquanto que nas terras em que a coroa tinha domínio, e semelhantemente as classes privilegiadas nas suas honras e coutos, o uso de tais bens era geralmente reservado para esses senhorios (1).

Mais tarde, as actividades dos pisoeiros são objecto de uma minuciosa regulamentação, que consta do «Regimento» de D. Sebastião, já mencionado, o qual, revisto e aumentado, é posto novamente em vigor por D. Pedro II e depois, em 1724, por D. João V, e, mais tarde, pelo Marquês de Pombal, tendo em vista o muito que importa «que os panos que (nestes Reynos) se obrão sejam feitos na conta e perfeição que devem ter, especialmente depois que foi proibido o uso de panos estrangeiros». Nesse diploma, que constitui um notável trabalho de condicionamento da indústria de lanifícios da época, elaborado com o fim de «evitar os enganos e falsidades» com que até então se faziam os panos de lã,

(1) Cfr. Alex. Herc., *Hist. de Port.*, Liv.^o VIII, 3.^a parte (8.^a ed., Tomo VIII, pág. 48).

encontramos, além da indicação das regras obrigatórias a observar na lavagem, carda e escarduça, e escolha das lãs, e na tecelagem e tinturaria dos panos, a enumeração e características dos diferentes tipos de tecidos — os panos «verbis» e os «dizimados», dozenos, quatorzenos, sezenos, desochenos, vintenos, vintedozenos e vintequatrenos, segundo o número taxativo de fios, por centenas, que entram na sua urdidura, e as qualidades e pesos da lã correspondente, em arráteis por «ramo», e as baetas, picotes, guardalletes, e outros panos «de cordão», buréis e saragoças, etc. — , a descrição dos processos de pisoamento, lavagem e carda de cada uma dessas diferentes categorias de tecidos, sob a forma de imposições e proibições, com a menção das respectivas sanções e penalidades no caso de infracção. Na lavagem dos panos, proíbe-se aos pisoeiros o uso de gredas falsas ou outros materiais, especialmente cinza («cenradas»), e recomenda-se o de «gredas muito finas e conhecidas por boas» (1). Depois de devidamente enfortido, o pano devia ser cardado na percha, segundo prescrições muito precisas; mas proibem-se rigorosamente as cardas de ferro, e, para evitar «erros e danos», essa operação não se realizaria nos próprios pisões, mas em «casas de perchas» que os pisoeiros deverão ter «no principal lugar da mais obra-gem», «para nelas poderem melhor ser visitadas do Veedor... e se escusarem as falsidades que se cometem no estirar dos panos nos lugares ermos», exceptuando-se desta regra, contudo, os

(1) Note-se que, na Flandres, a lavagem prévia dos panos, para limpeza de gorduras e impurezas, era feita apenas com greda e água, ficando os tecidos de molho durante vários dias. O uso do sabão e da urina era proibido, como entre nós pelo citado Regimento. Mas enquanto que aqui o preceito parece não ter sido sempre respeitado, enfortindo-se ainda em nossos dias com urina, ali o seu desacato chegava, em certas cidades particularmente severas, a ser castigado com prisão (Cfr. A. C. Gudmann, op. e loc. cit.).

pisões que só façam buréis e panos meirinhos, nos quais é permitida a cardação dos seus produtos. Cada pisoeiro — e do mesmo modo todos os mais oficiais da lã — terá a sua marca, ferro, ou sinal, registados nos livros das Câmaras das cidades ou vilas onde se faziam panos; esse sinal, que ele apunha nos panos que enfortia, para que se pudesse sempre identificar o autor de possíveis defeitos, era diferente de todos os demais e estritamente pessoal, não podendo, à morte do artífice, ser tomado por qualquer outra pessoa, ainda que fosse um seu filho. Proibia-se ainda que se estirassem os panos, e que se enxugassem pendurados em muro, janela ou outra parte onde estivessem de maneira que com o peso da água pudessem dar de si. As mais pequenas faltas são previstas, e as infracções punidas com penas que vão desde a multa pecuniária até «degredo por dez anos para um dos lugares de além».

Em vista do cumprimento deste texto legal, é instituído o cargo de «Veedor dos panos» eleito por três anos e escolhido entre a gente «do tracto e officio de fazer pannos», que existirá, com funções de estrita fiscalização, em todos os lugares onde estes se fabriquem; torna-se obrigatório o exame artesanal dos oficiais da lã, a que presidirá o Vedor e dois homens eleitos pelo Corregedor ou pelo Juiz de Fora, escolhidos entre os mais antigos e experimentados de cada mister de que for o officio; e proíbe-se que a pisoagem se faça sem estar presente o próprio pisoeiro ou official examinado. E finalmente, cria-se na Covilhã, em Portalegre, e em Estremoz — parecendo assim apontar-se a importância destes três centros na indústria das lãs já nessa época (1) — um mostruário de padrões dos diferentes tipos de panos e seus tintos,

(1) Bluteau, no seu Elucidário, refere uma notícia extraída da «Guerra do Alentejo» (pág. 219), segundo a qual no decurso desses acontecimentos da Restauração, foram saqueados os pisões, onde se achava muito pano.

válidos por três anos e a cargo das Câmaras, que serviam para conferência e garantia nas transacções (1).

Enfim, no inquérito levado a cabo por Fradesso da Silveira junto da indústria de lanifícios, por ordem do Conselho Geral das Alfândegas, cujos resultados foram publicados em 1864, encontramos, além da indicação pormenorizada de todos os locais onde se fabricavam tecidos de lã, em pequena ou grande escala e em regime caseiro ou fabril, e respectivas categorias de artigos

(1) J. Lúcio de Azevedo relaciona este diploma, datado de 1573, com os progressos da indústria caseira nacional de lanifícios, que existia desde os primórdios da monarquia por toda a parte onde se criasse gado lanífero, designadamente na Beira e Alentejo. Ele teria por fim assegurar, como os demais «regimentos» de outras indústrias, «o perfeito fabrico»; e mostrava que o preparar dos panos já havia passado de indústria doméstica integral, à produção colectiva, com divisão de trabalho, embora se não tivesse ainda chegado à época da concentração das tarefas e fabrico em comum.

O mesmo autor, notando que, no dizer dos legisladores, os panos nacionais eram «mal obrados e falsificados, assim na conta dos fios como na impropriedade das tintas», e apontando as fraudes e deficiências da produção local, explica por essas razões os sucessivos «Regimentos» e leis especiais que, no decurso dos séculos XVII e XVIII, remetiam para o «Regimento» de D. Sebastião, que completavam com artigos novos.

Desse modo, os «Regimentos» e regulamentação do Marquês de Pombal sobre o assunto, explicam-se pela crise económica, pela necessidade de assegurar a boa produção nacional, e permitir as leis sumptuárias que proibiam a importação de panos estrangeiros.

(J. Lúcio de Azevedo — Épocas de Portugal económico, Lisboa, 1947, págs. 410/413).

Esta diversa legislação articulava-se, de resto, nos Regimentos e Ordenações da Fazenda, que, já no século XV, obrigara os donos dos panos a «escrever» os mesmos nos livros das sisas ou «tábulas» dos respectivos lugares, antes e depois de irem ao pisão (Cfr. Legislação do século XV, respeitante ao assunto, publicada por Joaquim de Vasconcellos, A Indústria Nacional dos Tecidos, in: O Archeólogo Português, vol. VI, Lisboa, 1901, pág. 19).

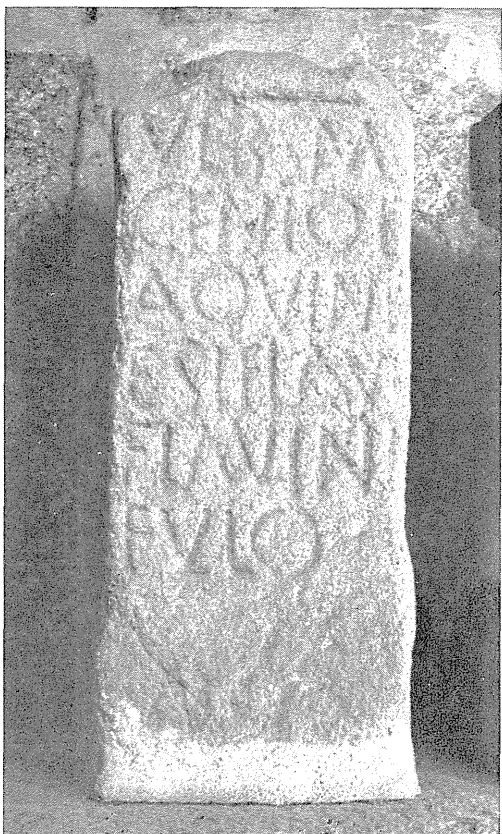


Fig. 1 — Lápide romana de Vizela

(Fotog. do Ex.^{mo} Senhor Coronel Mário Cardozo)



Fig. 2 — Pisão de S. Julião (Bragança)
A roda, a masseira e os malhos

produzidos, um verdadeiro cadastro dos pisões existentes em Portugal naquela data, distinguindo-se entre pisões metálicos (a que damos o nome de «batanos»), de maços ou de cilindros, e maçadeiras ou pisões de madeira, seu valor e custo de produção, e algumas breves notas acerca dos processos de pisoagem e regime de trabalho neles praticados (1).

*

* *

Do que atrás ficou dito, vê-se que o velho pisão de madeira se compõe de três peças fundamentais, independentes mas relacionadas entre si e em conexão umas com as outras: a roda motriz e o eixo com as palas, os malhos, maços ou mascotos, com a respectiva armação, e a caixa ou tina onde se põe o pano (Est. I, n.º 2); e, além delas, de diversas outras complementares, tais como a caldeira e a fornalha onde se aquece a água que se deita no pano, a pia para a greda, as várias calhas para condução da água, a mesa ou sarilho para encartar e dobrar o pano, etc.; e também, em certos casos raros, a percha e cardas para a carda das mantas. Todos os pisões que conhecemos ou de que temos notícia, são idênticos no seu princípio e estrutura essenciais: e será com base apenas nas formas e localização relativa diferentes daquelas diversas peças, que poderemos tentar estabelecer certas categorias entre eles.

A roda motriz é geralmente uma roda de água, de copos, muito estreita, semelhante às rodas dos engenhos de azeite; excepcionalmente, porém, em Cebolais (Castelo Branco) centro importante da indústria de lanifícios, e onde não havia água, falaram-nos de um pisão cujos martelos, pesando apenas cerca

(1) Vide pág. 65, nota 3.

de 50 kg, providos de pegadeiras na sua ponta posterior, eram movidos a braço; e em Lumbrales, Cortes Vazquez nota um pisão montado em seco, cuja roda era accionada a sangue, «con una caballeria», nos seus próprios termos (1), e, mais modernamente, num expressivo anacronismo, por meio de um motor. A roda pode situar-se dentro do edifício do pisão, como é o caso dos pisões espanhóis descritos por Cortes Vazquez, ou fora e ao lado, recebendo a água geralmente por cima, por qualquer conduto ajustado às condições do terreno; é este último o caso dos pisões portugueses que conhecemos (2) e também o de um pisão sueco de Bodarsjon, mencionado pelo mesmo autor espanhol, que se encontra no Nordiska Museet, de Skansens.

Por seu turno, os maços podem estar suspensos de uma armação que se eleve sobre a tina, batendo então o pano por uma actuação no sentido horizontal, ou, mais raramente, de uma armação que se situe atrás da tina, actuando então no sentido vertical. O primeiro processo, que é o mais frequente, aparece na maioria dos pisões portugueses, nos três espanhóis estudados por Cortes Vazquez, e em vários outros que este autor menciona, como sejam os de Bormio, na Valtelina (Itália), etc.; na serra e região do Caramulo, porém, os pisões são do segundo tipo, com os malhos articulados numa armação situada atrás da tina, caindo verticalmente sobre o pano; e, numa miniatura que se encontra no

(1) Cfr. Cortes Vazquez, *Las ovejas y la lana em Lumbrales*, pág. 69, nota 94.

(2) O pisão do moinho do Félix, no ribeiro das Maças, que faz a raia com a Espanha em S. Julião, um pouco a nordeste de Bragança, tem uma roda de palhetas, accionadas pela água, em baixo; essa roda, como sucede com os pisões espanhóis descritos por Cortes Vazquez, encontra-se dentro do edifício do pisão, ao contrário do que sucede geralmente em Portugal. É na verdade um caso único entre nós, e deve notar-se que o construtor e primitivo dono do pisão era de nacionalidade espanhola.

Museu Municipal de Vila do Conde (e da qual existe uma cópia no Museu de Etnografia e História do Porto), que parece reproduzir um pisão que havia em Guidões (Santo Tirso), hoje completamente desaparecido, vemos igualmente um exemplar deste mesmo tipo (1); e, sempre no mesmo autor espanhol, menciona-se idêntico sistema no pisão sueco atrás referido (2).

Entre nós, e também em Espanha, os maços são sempre em número de dois, actuando alternadamente, seguindo o ritmo das

(1) Veja-se P. Agostinho de Azevedo, A indústria das baetas e os pisões em Santo Tirso, in: Douro-Litoral, VII (1.ª Série), Porto, 1943, págs. 3-4, com um desenho dessa miniatura. Este pisão seria o último abandonado dos muitos que houve em Guidões, onde se pisoavam as *baetas da Carriça*, que prolongaram a tradição da indústria caseira e primitiva de lanifícios da região, da *seriguilha*. Ele teria pertencido à *Casa Lopes*, junto da antiga igreja. Estes pisões trabalhavam para as fábricas que ali se fundaram em tempos recuados — a primeira existia já ao tempo das invasões francesas — e que conheceram então grande prosperidade. Esta miniatura (fig. 13), mostra um pisão diferente da generalidade dos pisões portugueses e cujo tipo se encontra, entre nós, como dissemos, apenas na região do Caramulo; ele não tem, ali, carácter rústico, ou porque era um pisão fabril, ou porque a reprodução não é totalmente fiel. Por outro lado, a indicação da nomenclatura das peças exclui a hipótese de um engano. Enfim, ele suscita um problema que nos parece muito difícil de esclarecer, agora que desapareceram todos os testemunhos materiais do engenho.

(2) No Fasc. 2 das Publicações do Museu Etnográfico de Split, acerca da povoação de Vrlika, na Dalmácia (Jugoslávia), (Split, 1956), a fotografia 6 representa um pisão dos arredores daquela localidade, em vésperas de ser demolido, que era accionado pelo rio Cetina. A breve legenda que a acompanha diz apenas que ele é de uma fábrica muito primitiva, não compreendendo — como sucede em todos os casos que conhecemos — nem um pedaço só de ferro (a não ser os agulhões do eixo). O sistema deste pisão é porém difícil de compreender à simples vista da fotografia em questão, parecendo porém que ele pertence a essa categoria mais rara em que os malhos apisoam batendo o pano no sentido vertical. Outros pisões jugoslavos de que temos notícia (vide nota seguinte), são porém de pancada horizontal.

palas do eixo; o pisão sueco em questão, porém, tem seis maços, e um pisão romeno, que funcionava ao ar livre, tinha quatro (1).

Os maços, à frente, são em forma de cunha, adelgaçando para baixo, por forma que, batendo o pano por baixo, o obrigam a voltar-se constantemente; mas, além disso, em muitos dos nossos pisões, de Amonde, de Ázere, do Barranco dos Pisões, e até nos dois de pancada vertical, de Arões e de Matadegas, e no espanhol de Lumbrales, nos italianos de Bormio, e num jugoslavo de Dihovo, essa face oblíqua é denteada. E vemos esta particularidade nos actuais batanos metálicos de maços, usados nas fábricas.

*

* *

— Vejamos agora mais pormenorizadamente os pisões portugueses que estudamos.

I — Pisões de pancada horizontal (malhos suspensos de uma armação sobre a tina)

1) *Pisão de Fonte Branca (Castro Daire)* — O maior pisão português que conhecemos, que é de um bom acabamento, e até mesmo elegante na sua robustez, é o de Fonte Branca, na freguesia de Picão (Castro Daire). É inteiramente construído de carvalho, e apenas os *aguilhões* do eixo são de ferro; as diversas peças que

(1) Estudado por Tache Papahagi, in: *Antologie Aromaneasca*, de Bucarest, e cit. por Cortes Vazquez. Na Dalmácia temos também notícia de pisões que funcionavam ao ar livre (cfr. *Zbornik za Narodni život i Običaje*, Zagreb, 1953, págs. 69/80).

o compõem ligam-se umas às outras por espigas ou tornos de madeira (figs. 1 e 2).

A *gamela*, feita de um pedaço grossíssimo de um tronco, está colocada sobre dois *dormentes* lançados sobre o poço onde se

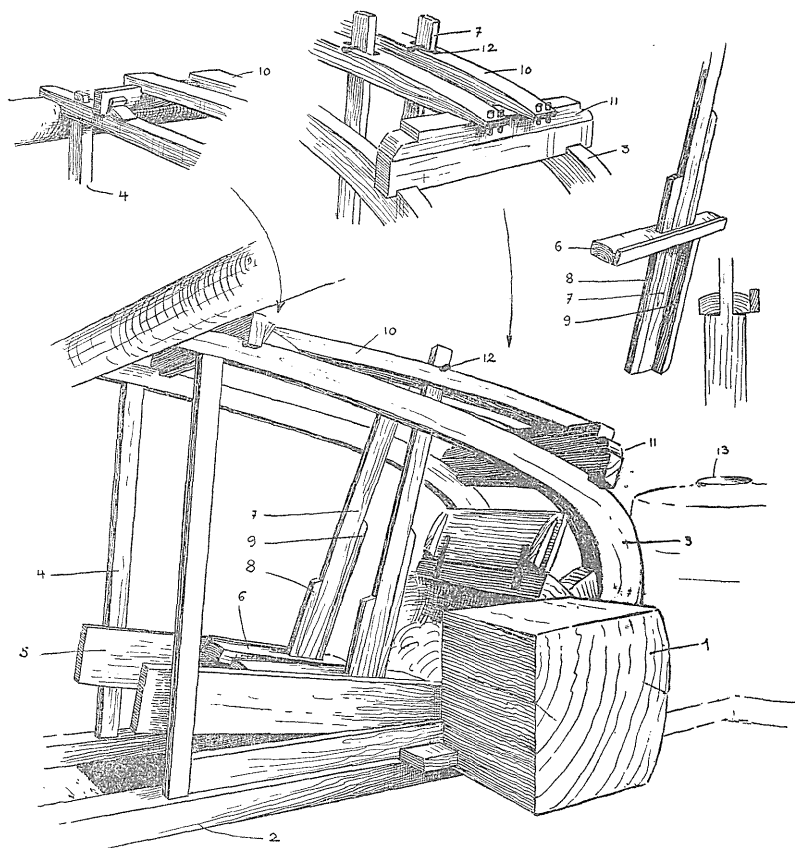


Fig. 1 — Pisão de Fonte Branca (Castro Daire)

1 — Gamela	4 — Esteio	7 — Cambão do maço	10 — Mesas	12 — Chavelha
2 — Dormente	5 — Guarda	8 — Fecho	11 — Travessa das mesas	13 — Caldeira
3 — Ramada	6 — Maço	9 — Intimãs		

move o *eixo* com as *dobadoiras*; por cima dela fica a armação donde pendem os *cambões* dos *maços*: esta armação consta das duas peças curvas da *ramada*, fixas atrás da *gamela* e apoiadas

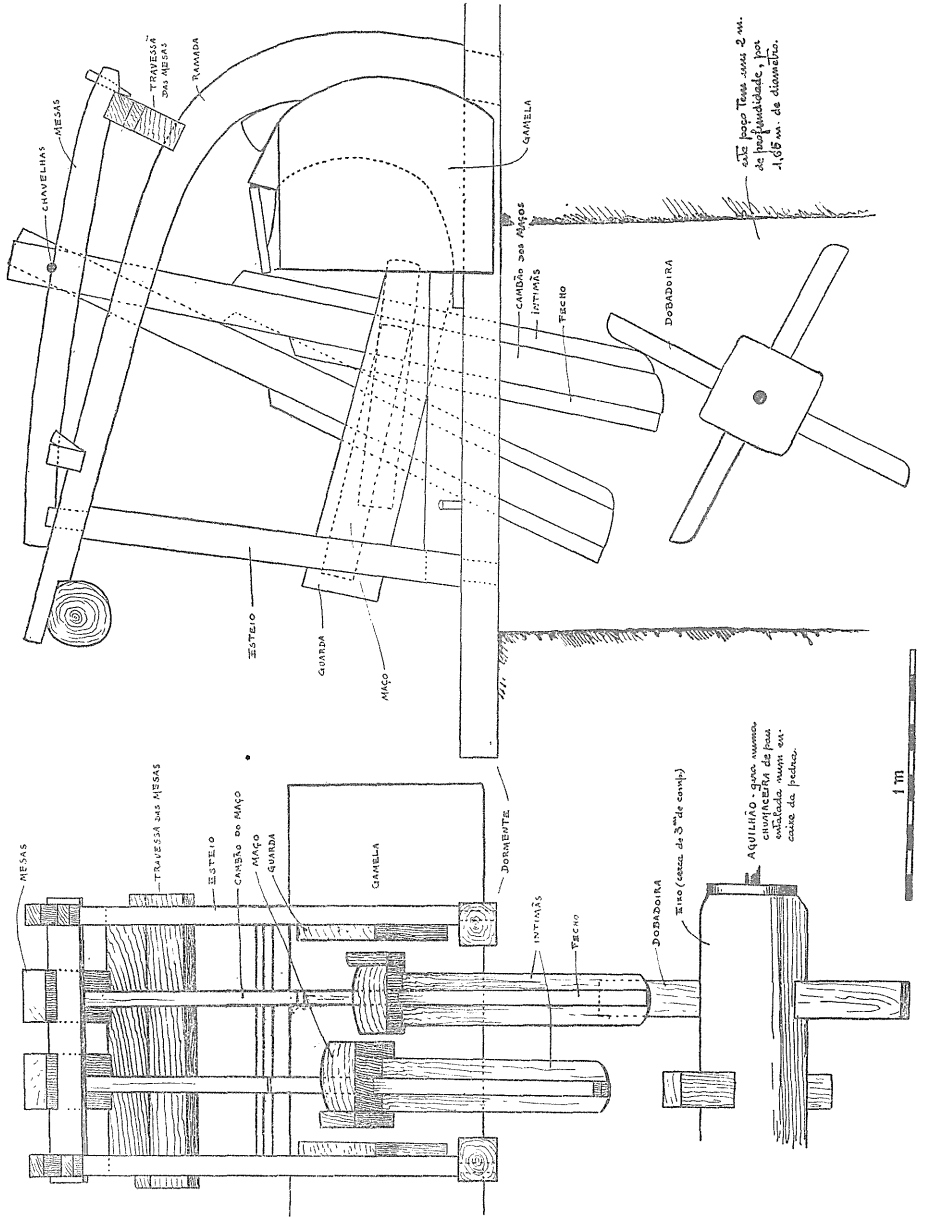


Fig. 2 — Pisão de Fonte Branca (Castro Daire)

nos *esteios* e numa trave que vai de parede a parede, e das *mesas* com as suas *travessas*. Os maços pròpriamente ditos são peças pouco pesadas; o que lhes dá maior peso são os *fechos* e as *intimãs*, servindo aqueles de cunhas, e oferecendo estas maior superfície de encosto às dobadoiras. As *intimãs* impedem igualmente o avanço

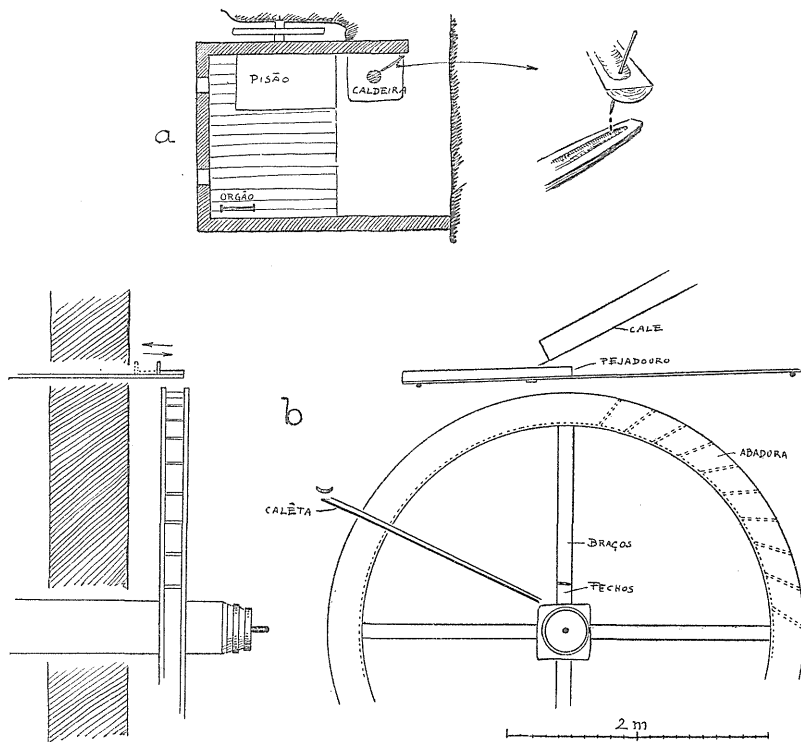


Fig. 3 — Pisão de Fonte Branca

a — Planta do edificio

b — Pormenores da roda

demasiado dos maços, pelo embate na tábua que se apresenta como uma tampa da gamela. O curso dos maços é protegido lateralmente pelas *guardas*, colocadas entre a gamela e os *esteios*, logo por fora dos maços.

Atrás desta máquina, fica a *fornalha* e a *caldeira*, onde se aquece a água (fig. 3-a).

A roda aplicada ao eixo, com 3,60 m de diâmetro, é semelhante às que se usam nos engenhos de azeite, de *abaduras* muito pouco afastadas, formando cerca de 50 *copos* estreitos. A água da *cale* é desviada por um *pejadoiro* de movimento lateral, manobrado de dentro do edifício. A lubrificação e arrefecimento dos agulhões, que giram em *chumaceiras* de pau entaladas em encaixes de pedra, é feita por água trazida em calêtas de pinho escavado (fig. 3-b).

2) *Pisão do Barranco dos Pisões (Monchique)* — Há menos de cinquenta anos existiam neste local cinco ou seis pisões em actividade; hoje, já nenhum funciona, e, pelo contrário, todos se arruinam ao abandono. O nosso informador trabalhou muitos anos com o que passamos a descrever, mas não sabe o nome de algumas peças.

O pisão é, como o de Fonte Branca, de grandes dimensões, mas de aspecto menos possante (fig. 4). Os *malhos* são longas peças inteiriças de madeira, de secção quadrada, com 40 cm de lado, e com 2,20 m de comprimento; o topo inclinado que bate o pano não é liso, como no pisão de Castro Daire, mas denteado, apresentando uma série de cavados, como degraus de uma escada. Os seus braços descem abaixo deles uns 40 cm. O eixo é de secção quadrada, também com 40 cm de lado, e as alavancas que o atravessam e empurram os braços têm $1,70 \times 0,20 \times 0,10$ m.

Por trás da *caixa*, que mede 90 cm de comprimento, está a *caixa da greda*, onde se prepara a mistura de greda e água que se deita no pano para a lavagem preliminar, a qual porém se realiza já com o pisão em movimento; adiante dela, protegendo o curso dos malhos, vêem-se umas guardas semelhantes às do pisão de Fonte Branca. A roda tem 2,60 m de diâmetro, e 32 copos; é também estreita, mas o aro que forma o fundo dos copos é muito espesso. A água vem pela *quelha*, e é desviada pela *apara-deira* (pejadoiro), igualmente de movimento lateral e manejada do

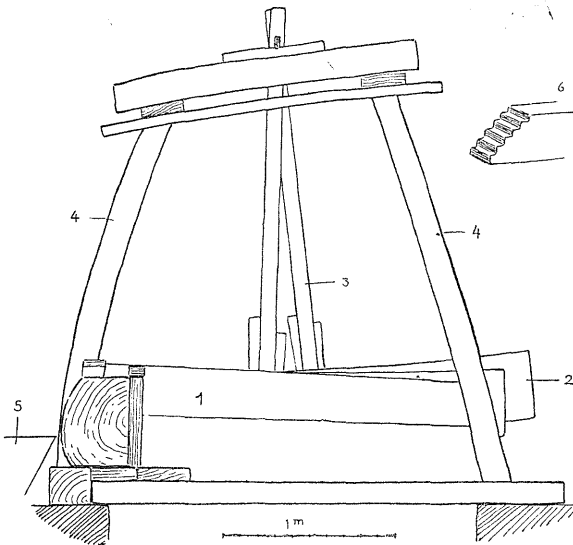
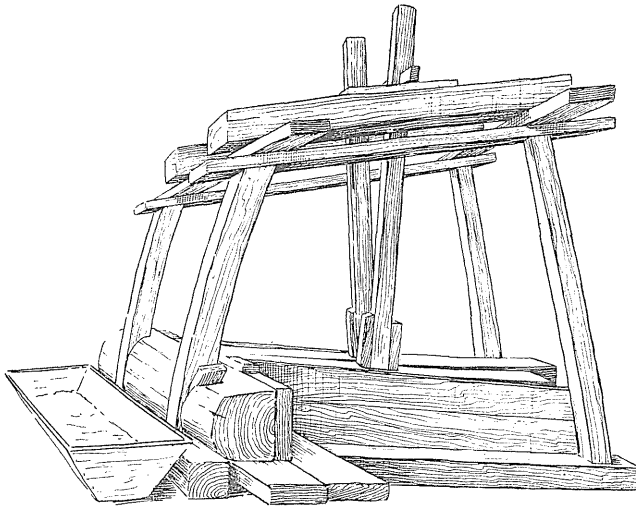


Fig. 4 — Pisão do Barranco dos Pisões (Monchique)

- | | | |
|------------|-------------|---|
| 1 — Caixa | 3 — Braços | 5 — Caixa da greda |
| 2 — Malhos | 4 — Esperas | 6 — Ponta dos malhos, que bate o tecido |

interior do edifício, como em Castro Daire. O poço leva o nome de *inferno*.

3) *Pisão* ou «*Fulão*» de Amonde (Viana do Castelo) — No pequeno «fulão» de Amonde (fig. 5), que fica a uns 9 km de

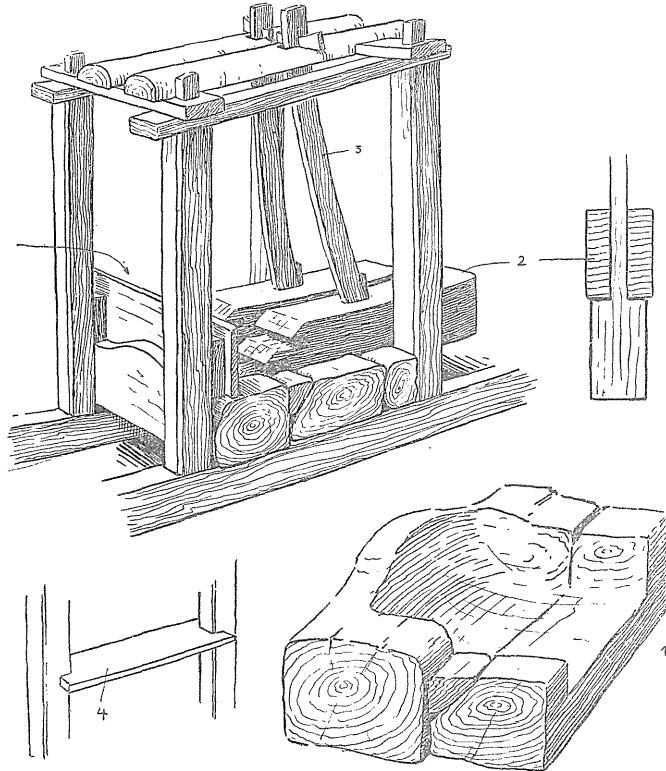


Fig. 5 — «Fulão» de Amonde (Viana do Castelo)

1 — Pia 2 — Malho 3 — Pé direito 4 — Dobadoira

Âncora, no sopé da serra de Arga, a *pia* é formada por duas peças de carvalho fixas uma à outra (porque só uma não teria a largura necessária), escavadas e com rebordos laterais que dispensam as guardas que se vêem nos pisões anteriormente descritos. Os *malhos*, atravessados pelos *cabos dos malhos*, pendem de uma

armação a que chamam *tear*, que é de planta quadrada com 1,10 m de lado e cerca de 1,60 m de altura. No lado exterior do tear, pousada entre os dois *pés direitos*, coloca-se nas ocasiões convenientes uma tábua larga, a *dobadoira*, que serve de mesa sobre a qual colhem o pano quando lhe *dão as voltas*. Como no pisão algarvio, também aqui as pontas dos malhos que batem o pano mostram profundos entalhes. A pia leva 18 a 20 braças de burel ou mantas.

Toda esta máquina, que é integralmente de madeira de carvalho, está assente sobre duas traves que atravessam o poço onde gira o eixo e as palas. O pisão fica numa encosta, e aproveita-se uma levada de água de rega para mover a sua roda de copos, que é de pequeno diâmetro.

4) *Pisão de Bustêlo (Alvão)* — O pequeno pisão de Bustêlo, na vertente da serra do Alvão voltada para Ribeira de Pena, tem um aspecto mais simples do que os três que acabamos de descrever, pois as *mangúeiras* dos malhos estão suspensas de um eixo passado entre duas traves inclinadas, lançadas de parede a parede, não existindo assim a complicada armação de madeira (fig. 6). A própria forma da *masseira* ou *masseirão* contribui para acentuar esta impressão de simplicidade; ela é na verdade feita de um simples pedaço de um tronco de castanheiro, escavado no sentido longitudinal, de molde a formar um anteparo de cada lado, desempenhando assim o papel das guardas que vimos nos dois primeiros pisões que descrevemos. A masseira assenta a sua parte maciça num tosco soco de pedra, e alonga esses anteparos nos lados do curso dos malhos. Duas varas pregadas entre as traves e estes anteparos dão maior rigidez ao conjunto.

Logo atrás da masseira fica a *fornalha* e a *panela*, que fornecem a água quente, a qual, conduzida por um tubo munido de um passador, cai sobre a face superior da masseira, e escorre

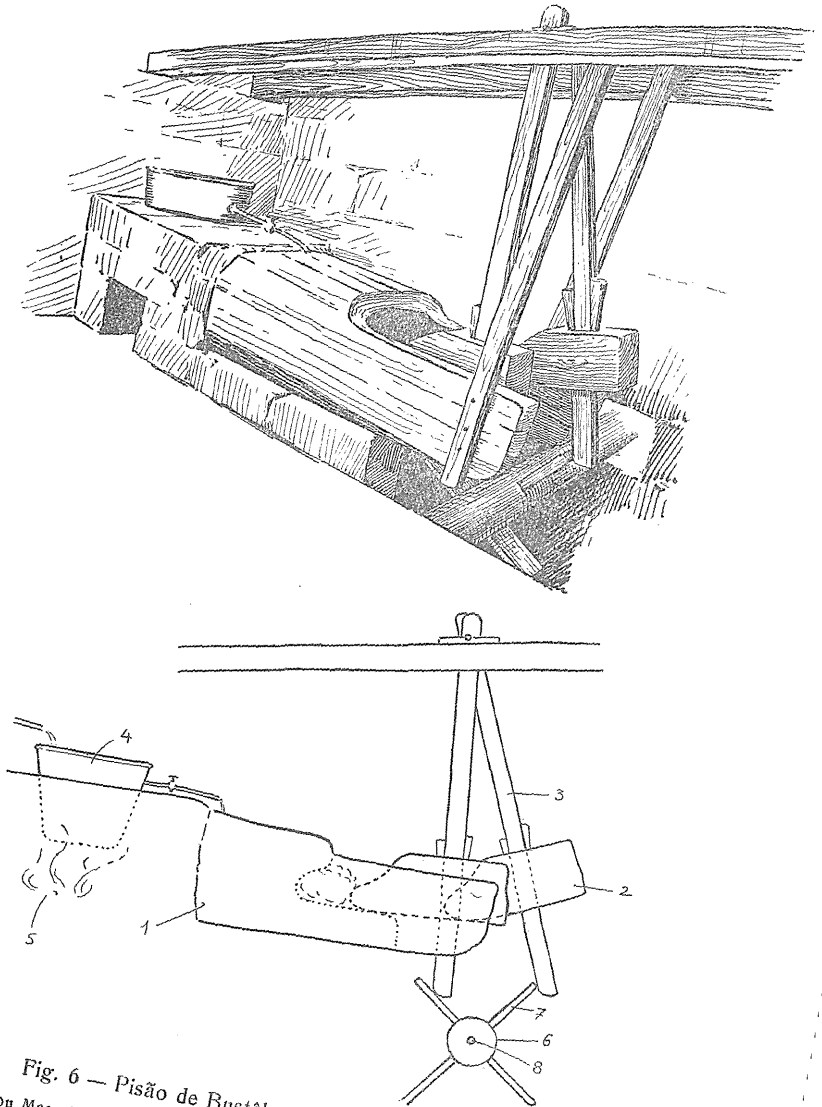


Fig. 6 — Pisão de Bustêlo (Serra da Alvão)

1 — Maseira ou Maseirão
2 — Malho

3 — Mangueira
4 — Panela

5 — Pornalha
6 — Eixo

7 — Carreto
8 — Aguihão

sobre ela, que para isso é inclinada e com ligeiros sulcos escavados.

Exceptuando a masseira, que como dissemos, é de castanho, toda a máquina é de madeira de carvalho.

5) *Pisão de Bucos (Cabeceiras de Basto)* — Este pisão, e mais outros dois, instalados perto e no mesmo ribeiro, são os últimos que restam dos numerosos pisões que existiram por esta região do Barroso e Cabreira; e, de entre os demais que visitamos por todo o País, é talvez o de construção mais pobre, rude e simples (fig. 7). As *barelas* dos malhos pendem de *estroncas* inclinadas, apoiadas em duas traves fixas às paredes, não existindo qualquer peça entre essa e as restantes partes do pisão. O malho apoia-se numa *chavelha*, que atravessa a barela, e é apertado contra esta pelo *pescunho*; atrás da barela está a *rabadilha* que vem abaixo do malho, e contra a qual empurram as *levas* do eixo. Quando o volume da água assim o consente, carregam-se os malhos com um, dois, ou mesmo três *merendos*, que, tornando as pancadas mais violentas, abreviam a duração do apisoamento. Neste pisão, o malho propriamente dito é feito com três pedaços de madeira, mas isto apenas por conveniência ocasional de construção.

O *gastalho* é um tronco escavado de modo semelhante ao do pisão de Castro Daire, tendo ajnstada no rebordo inferior a *arriosta*, contra a qual batem as *rabadilhas*, impedindo o excessivo avanço dos malhos; esta peça pode ser substituída por outra quando gasta pelas pancadas, poupando-se assim o *gastalho*, que é de muito maior vulto. Sobre a extremidade maciça do lado onde o pisoeiro trabalha, está assente um estrado de tábuas, prolongado por um tabuão largo que forma uma espécie de mesa — o *rolador* —, sobre o qual encartam e estiram o pano. O *gastalho* está encostado a uma espécie de plataforma de pedra, que

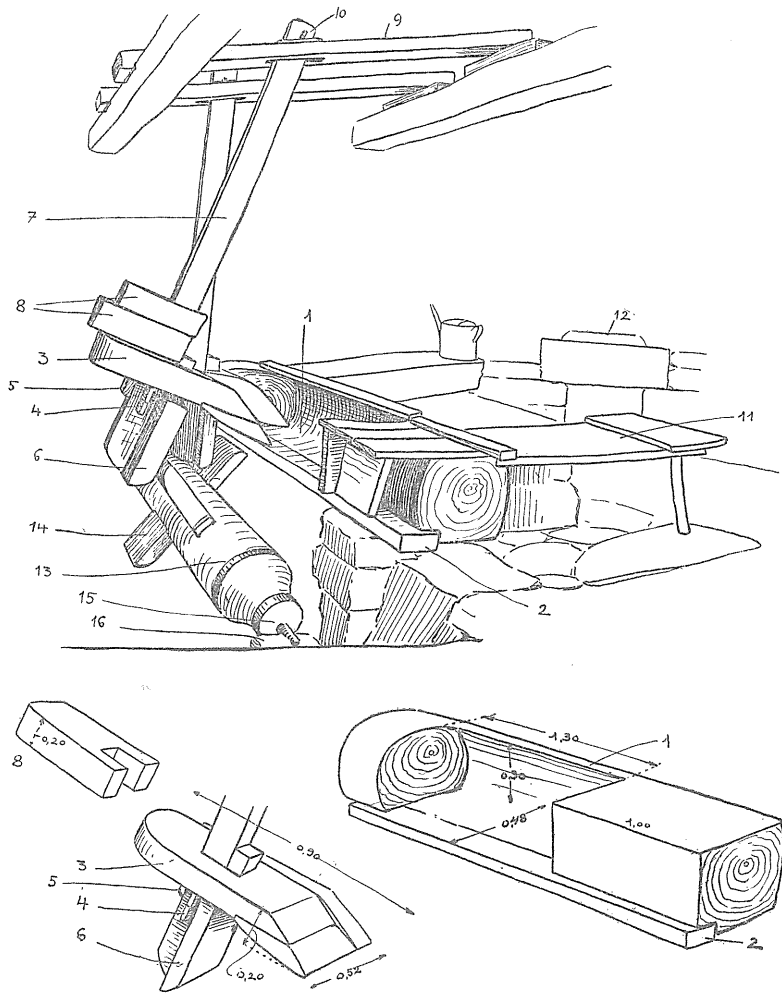


Fig. 7 — Pisão de Bucos (Cabeceiras de Basto)

1 — Gastalho	5 — Pescunho	9 — Estronca	13 — Eixo
2 — Arriosta	6 — Rabadilha	10 — Chavelha	14 — Levas
3 — Malho	7 — Barela	11 — Rolador	15 — Aguilhão
4 — Chavelha	8 — Merendos	12 — Caldeira	16 — Bucha

lhe dá a necessária imobilidade perante as pancadas dos malhos, e sobre a qual o pisoeiro se coloca para tirar ou lançar

o pano para dentro dele. O gualho leva cerca de 45 varas de burel.

A caldeira fica a um canto do edificio, e a água é conduzida para o gualho por meio de um regador vulgar. A *roda copeira* é de pequeno diâmetro — cerca de 2,20 m —, com 32 copos de 25 cm de largura; mas o jacto da água cai sobre ela com grande violência, por um cubo muito alto. Um pequeno dispositivo à boca deste cubo faz pingar água para um conduto que a leva ao aguilhão do eixo, para o lubrificar e arrefecer.

Todo o engenho é de madeira, excepto os mencionados aguilhões do eixo, que são de metal; não se consentem sequer pregos, que poderiam soltar-se e rasgar os panos.

6) *Pisão da Canalha (Trinta-Guarda)* — O pisão da Canalha, na região industrial de Trinta, perto da Guarda, na Serra da Estrela, é um dos seis antigos pisões de madeira accionados pelo Rio Mondego, que apertam as mantas tecidas localmente, por uma indústria tradicional, que parte é ainda caseira, parte é já exercida em pequenas fábricas, das quais algumas possuem batanos metálicos.

Este pisão (fig. 8), em nada de essencial difere dos demais que atrás descrevemos. A *masseira* é feita de uma peça única — um enorme tronco de castanheiro escavado no sentido longitudinal, como o de Bustêlo, prolongando-se em duas abas que desempenham o papel das vulgares guardas de tábuas. No seu extremo maciço está porém cavada uma pia pequena e pouco funda, cuja frente, do lado da masseira, é constituída por uma forte travessa aberta em vários rasgos; essa pia recebe a água que vem de fora, distribuindo-a, a toda a largura da masseira, por aqueles rasgos, por onde ela corre, caindo assim sobre o pano que ali se encontra. No rebordo superior da masseira, em local conveniente, um pouco adiante a meio do curso dos malhos,

há um entalhe em que se firma uma tranca que os aguenta, quando se pretende suspender a pisoagem para se lançarem ou se retirarem as mantas da masseira.

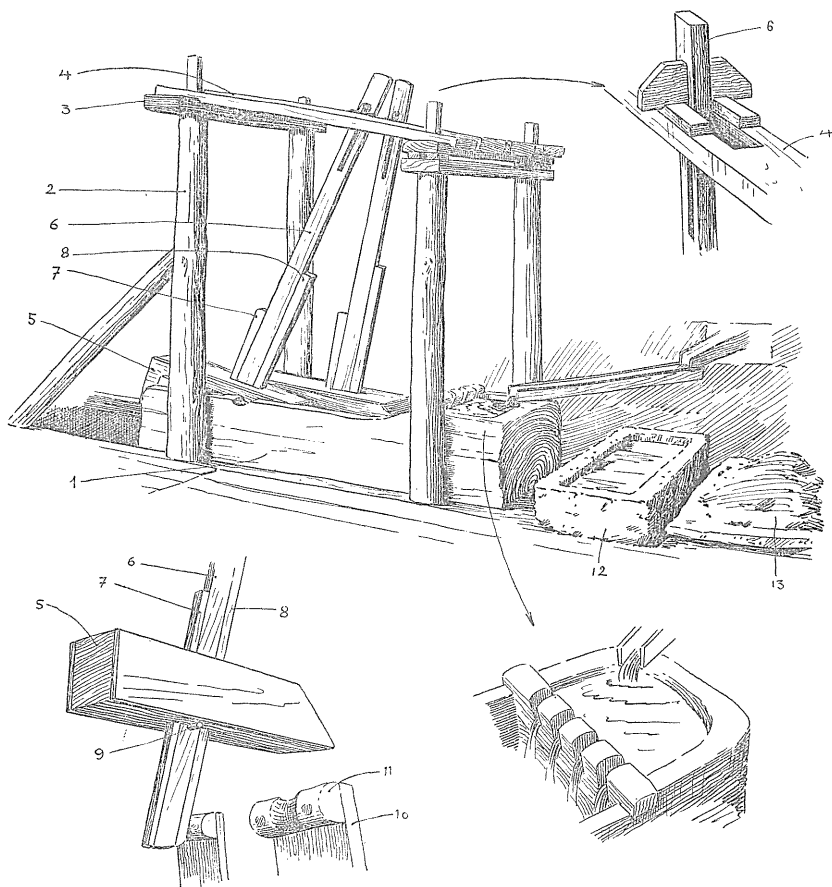


Fig. 8 — Pisão de Trinta (Guarda)

- | | | |
|--------------|----------------|---|
| 1 — Masseira | 6 — Braço | 11 — Cabeçote |
| 2 — Pégão | 7 — Fecho | 12 — Pia da greda |
| 3 — Travessa | 8 — Sobarbo | 13 — Pedra ladeira sobre a qual
está a greda |
| 4 — Porca | 9 — Cavalo | |
| 5 — Maço | 10 — Dobadoura | |

A armação donde pendem os *maços* é formada por quatro *pégões*, simples varas de castanho grossas e descascadas, pelas

travessas que as unem na parte superior, e *porcas* onde se abrem os rasgos pelos quais passam os *braços* dos maços. Estes são constituídos pelos malhos pròpriamente ditos, com cerca de 1,40 m de comprimento, 0,30 m de largura, e 0,35 m de altura, apoiados nos *cavalos* que atravessam os braços, e apertados contra estes, de um lado, pelos *fechos*, e do outro, pelos *sobarbos*, cuja ponta inferior é empurrada pelos *cabeçotes* das *dobadouras*, e que impedem também o avanço demasiado dos maços ao baterem na face inferior da masseira.

Estes *sobarbos* diferem das peças correspondentes que vimos nos demais pisões descritos; não apresentam as patilhas largas que oferecem maior campo ao encosto das *dobadouras*, que, pelo seu lado, estão munidas, nas suas extremidades, de *cabeçotes* arredondados, presos a elas por tornos de madeira. Com o uso, estes *cabeçotes* vão adquirindo um entalhe profundo a meio.

Neste pisão, como aliás em alguns dos outros que descrevemos, existem umas peças ou tábuas adaptadas dos lados dos maços e da masseira, que vão corrigindo o desgaste destas últimas pela fricção.

O pisão está montado a um canto do edificio, que é de planta sensivelmente quadrada, e logo atrás da masseira fica a *pia* de pedra onde se prepara o *chôrro*, ou seja a mistura de greda e água que se emprega na lavagem das mantas no pisão. No canto a seguir amontoa-se a greda, sobre uma pedra ladeira e lisa; um sistema simples de caleiras de madeira traz, quando é preciso, a água do exterior para a pia da masseira ou para a do *chôrro*.

A *precha* (percha), simples vara grossa, descascada e redonda, de madeira, donde penduram as mantas em peça para a cardação, está lançada entre duas paredes; atrás dela, a um canto, fica o estrado onde pousam a «*encherça*» ou tecido em peça que vem do tear; e no canto oposto, a lareira onde os pisoeiros

preparam a sua magra refeição. Para dormirem, basta-lhes o chão.

A roda que move o pisão fica no exterior; é larga, os braços são duplos, e as várias tábuas que formam a *abadura* estão ligadas por peças de ferro. É posta em movimento por um pejadouro semelhante aos dos demais pisões descritos.

7) *Pisão do Félix (S. Julião, Bragança)* — Instalado na Ribeira das Maças, nos confins da fronteira bragançana, e não diferindo

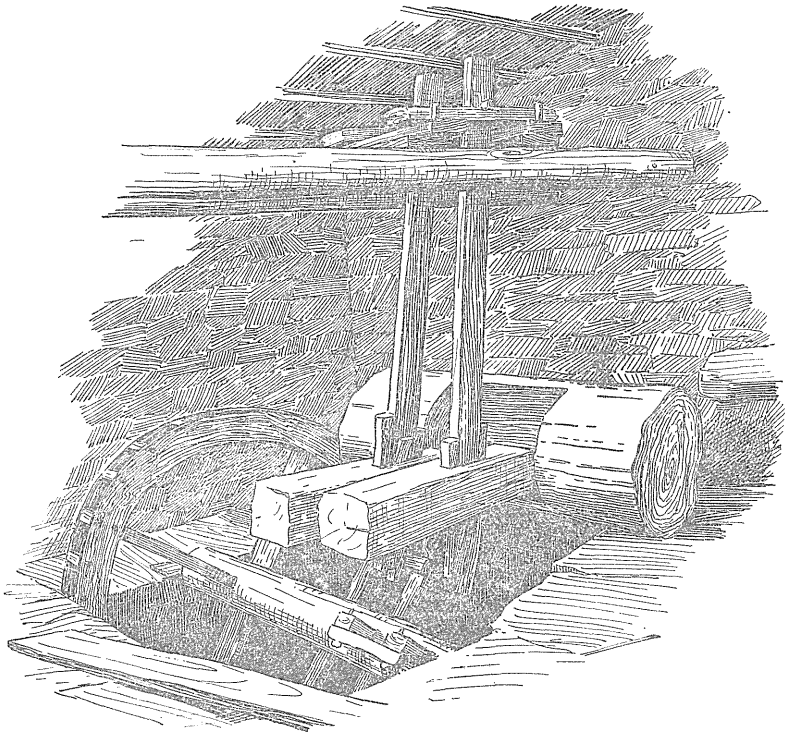


Fig. 9 — Pisão de S. Julião (Bragança)

dos atrás descritos no que diz respeito ao engenho de apisoamento pròpriamente dito, este pisão apresenta, como dissemos, a parti-

cularidade de ter a roda motora impulsionada por baixo, e instalada dentro do edificio (fig. 9 e Est. I, n.º 2). Este pormenor, vulgar na região leonesa fronteiriça, e noutras terras espanholas, mas único nos pisões portugueses que conhecemos, explica-se, como também dissemos, pelo facto de o seu construtor ser de nacionalidade espanhola. A roda tem cerca de 2 m de diâmetro, e 24 palhetas espessas, seguras às abas por tornos de pau; quatro delas são os próprios braços.

Os malhos, com 25 cm de altura por 35 cm de largura e 1,20 m de comprimento, e com a face anterior denteada, estão presos aos *tirantes* que pendem de duas traves lançadas entre as paredes, no mesmo sentido do movimento dos malhos. Às *naspas* (palas) que empurram os tirantes, são formadas não por uma peça única, como nos demais que estudamos, mas por pares de barrotes com uma tábua atravessada nas pontas, e aí firmada por cavilhas de pau. A masseira é um pedaço de tronco com 1,50 m de comprimento por 0,65 m de diâmetro, no qual se abre uma pia de 0,50 m de fundo (1).

8) *Pisão de Alvaredos (Vinhais)* — Excepto no que se refere à roda de água, que é exterior, este pisão é praticamente igual ao anterior, com os *malhos* suspensos das *cambotas*, presas com *chavelhas*. As *cruzes* (alas) são taboões maciços.

Havia duas caldeiras neste pisão: uma para a água quente e outra para a fria.

(1) Este pisão deixou de funcionar há cerca de dois anos, e encontra-se nele ainda uma cherga para enfortir, que aguardava outras que perfizessem o comprimento necessário para *dar piada* (26 a 30 varas).

9) *Pisão de Ázere (Tábua)* ⁽¹⁾ — Este pisão é de *maços* suspensos de uma armação de prumos e travessões, idêntica às já descritas. Os *maços*, denteados na frente, têm 1,60 m de compri-

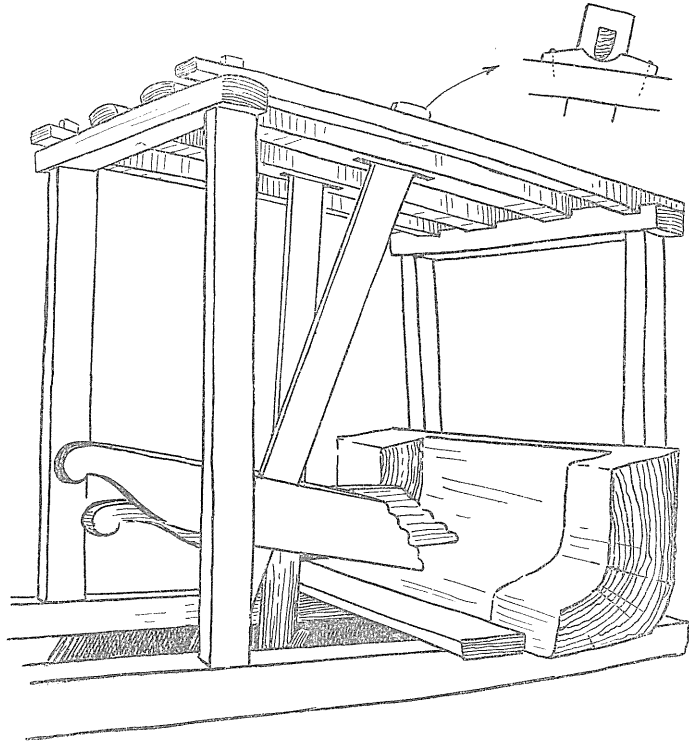


Fig. 10 — Pisão de Ázere (Tábua)

mento, com um remate arredondado, em forma de pega, na ponta posterior. A masseira tem uma pia de 1,50 m de comprimento por 0,45 m de fundo (fig. 10).

(1) Este pisão, já abandonado, é talvez o que resta dos que, ainda não há muitos anos, existiam na região de Oliveira do Hospital, nomeadamente no «rio» de Cavalos, e aos quais alude o Guia de Portugal (3.º Vol., Beira Litoral, Beira Baixa e Beira Alta — Lisboa, Biblioteca Nacional, pgs. 866).

10) *Pisão manual de Cebolais (Castelo Branco)* — Já nos referimos ao pisão de Cebolais, movido a braço, que nos foi descrito por um seu antigo pisoeiro, hoje operário da indústria de lanifícios daquele centro. O maço, suspenso de cima, tinha uma pega transversal na ponta posterior, que o homem empunhava, e pesava cerca de 50 quilos.

II — Pisões de pancada vertical (malhos articulados numa armação situada atrás da pia)

1) *Pisão de Matadegas (Caramulo)* — Neste pisão, todo em madeira do cerne de carvalho, a *masseira* é um pedaço de tronco muito grosso — tem na parte mais grossa, de secção quadrada, 0,70 m de lado — sólidamente assente na beira do cabouco em posição inclinada. Nessa ponta está escavada a pia; e na outra, firmemente espigada, ergue-se uma peça espessa de madeira, a *porca*, nas fendas da qual entram as *hastes*, que nelas têm o eixo, a que chamam *toiral*. As hastes são guiadas, um pouco mais adiante, por três barrotes que servem simultâneamente de pernas à *banca* sobre a qual estiram o pano. Às pernas exteriores chamam *virges*, e à do meio *bailão*, por ficar solta. Se a fenda entre a virge e o bailão permite folga demasiada aos movimentos das hastes, amarram a estas umas taliscas de madeira, da espessura precisa.

As hastes, ao contrário do que sucede nos pisões de pancada horizontal, avançam quase horizontalmente até adiante da pia da masseira, onde recebem o impulso das *cravelhas*, pequenos traços dum toro de pinheiro novo, espigados nas pontas das *dobadoiras* (fig. 11). O encosto das cravelhas não se faz directamente nas hastes, como já víramos em outros pisões, mas nas *línguas*, que, com os *chaços*, dão o aperto dos *maços*. As línguas servem, além,

disso, de batente na beira da masseira, não deixando que a pancada dos maços atinja o seu fundo.

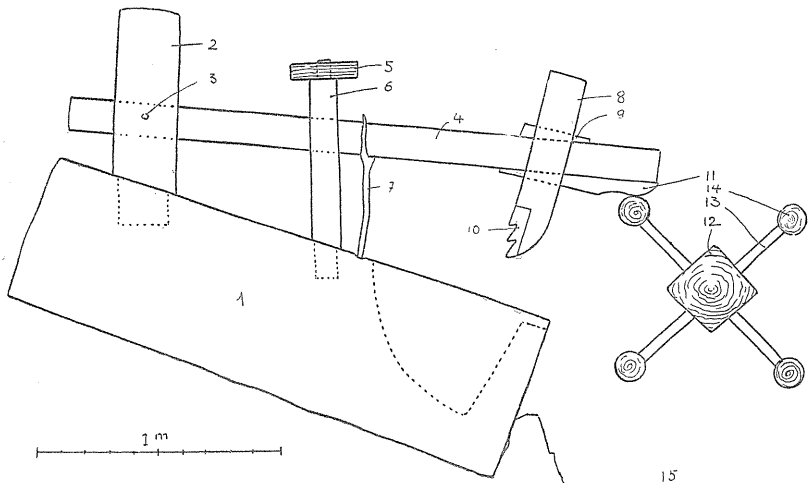
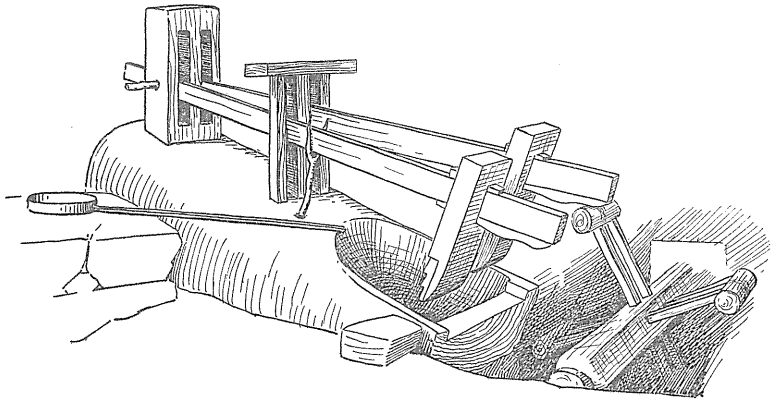


Fig. 11 — Pisão de Matadegas (Tondela)

- | | | | |
|--------------|-------------------------------|-------------|-----------------|
| 1 — Masseira | 5 — Banca | 9 — Chão | 13 — Dobadoiras |
| 2 — Porca | 6 — Virges, e a meio o Bailão | 10 — Dentes | 14 — Cravelhas |
| 3 — Toiral | 7 — Sustento | 11 — Língua | 15 — Cabonco |
| 4 — Hastes | 8 — Maços | 12 — Eixo | |

Mesmo junto à masseira fica a *fornalha*, com a *caldeira*. A água cai em bica fina dentro desta, por uma calha de madeira; sai por

um buraco, seguindo, por outra calha, continuamente, para a masseira.

A roda, que fica no exterior, é accionada por queda de água, e tem 2 m de diâmetro; compõe-se de tábuas, montadas em quatro *braços*, entre as quais ficam os *copos*, e é munida de um *pejadouro*, como as azenhas. Chamaram *sagros* às quatro peças espessas que formam os aros.

A pia leva trinta e cinco metros de burel.

Na região, em Albitelhe, Campia, no Souto (Oliveira de Frades), etc., havia vários pisões, que, pelas informações colhidas, eram iguais a este (1).

2) *Pisão do rio Teixeira (Arões, Cambra)* — Este pisão, situado numa zona a norte do Vouga, fronteira ao Caramulo, é, como o de Matadegas, de pancada vertical (fig. 12). De melhor acabamento que este, poucas diferenças de construção mostra. Aparecem porém nele duas peças encurvadas, as *ateçadeiras*, cada uma articulada a uma haste, as quais, a cada descida, dão pequenos empurrões ao pano que está na masseira (2).

Na pequena reprodução do pisão de Guidões (Santo Tirso), (fig. 13), a que fizemos referência, que tem uma semelhança notável com este pisão do rio Teixeira, aparecem também peças com a mesma função, chamadas *avecas*, sem dúvida porque lembram

(1) No Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. VI (Aveiro, 1940), págs. 255/256, faz-se referência — com um desenho — a um pisão, em Macieira de Alcoba, nas faldas da Serra do Caramulo, a Noroeste, que era também de pancada vertical. O eixo da roda grande é aí chamado *veio*, e o pequeno eixo onde giram as hastes dos maços, a que em Matadegas chamam *toiral*, é aqui denominado *esteiral*.

(2) Parece que nos pisões do Alto Paiva havia também um dispositivo do eixo da roldana que ia virando lentamente a peça. (C. Manuel Fonseca da Gama, Terras do Alto Paiva, Lamego, pág. 63). Contudo, pela descrição do engenho, é duvidoso se se trata de um pisão de pancada vertical.

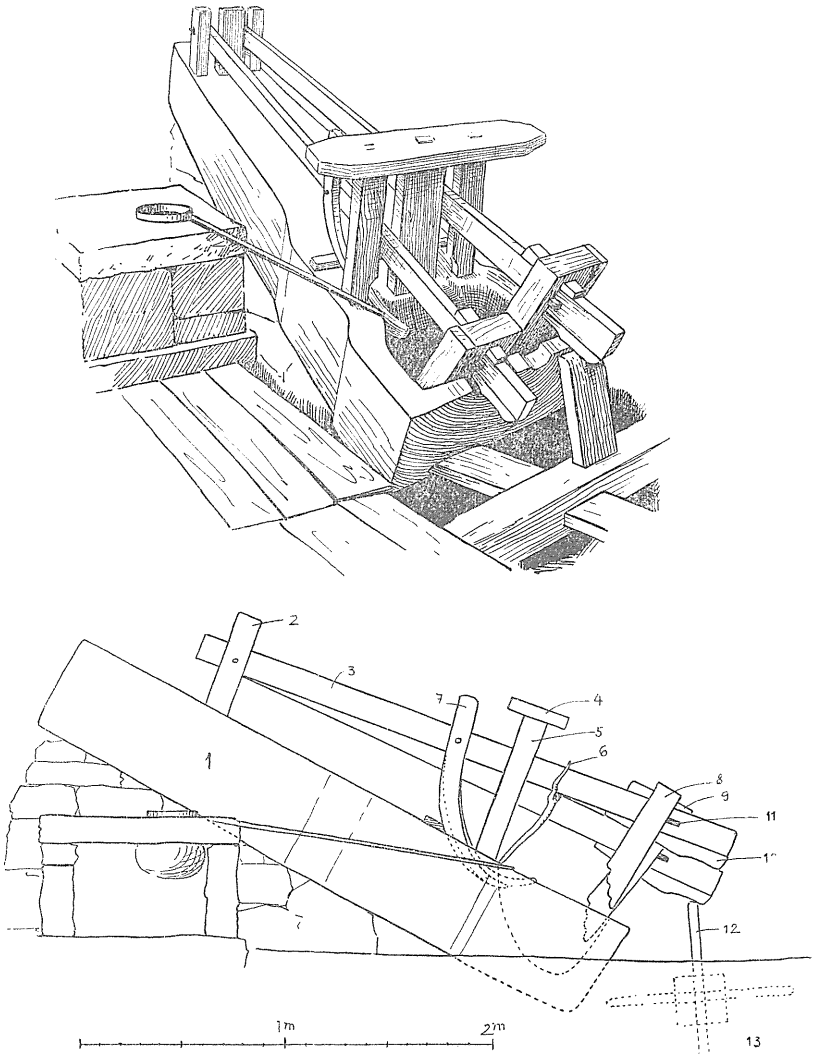


Fig. 12 — Pisão de Arões (Cambrá)

- | | | | | |
|--------------|-------------------------------|-----------------|----------------|-------------|
| 1 — Masseira | 4 — Mesa | 6 — Descanso | 9 — Pescalços | 12 — Hastes |
| 2 — Rabadão | 5 — Hastes (dentro, o mourão) | 7 — Ateçadeiras | 10 — Lavadeira | 13 — Xagão |
| 3 — Hastes | | 8 — Maços | 11 — Merendas | |

aquela peça do arado, que têm uma forma semelhante. É pois de admitir que a volta do pano nos pisões de pancada vertical não

se dê com a mesma facilidade e regularidade com que se dá nos de pancada horizontal, e seja aconselhável auxiliá-la com estas peças, que se vêem em alguns deles.

Processos de apisoamento

De acordo com os «Regimentos» de 1573 e 1724, o apisoamento, que era precedido da lavagem do pano com greda, como

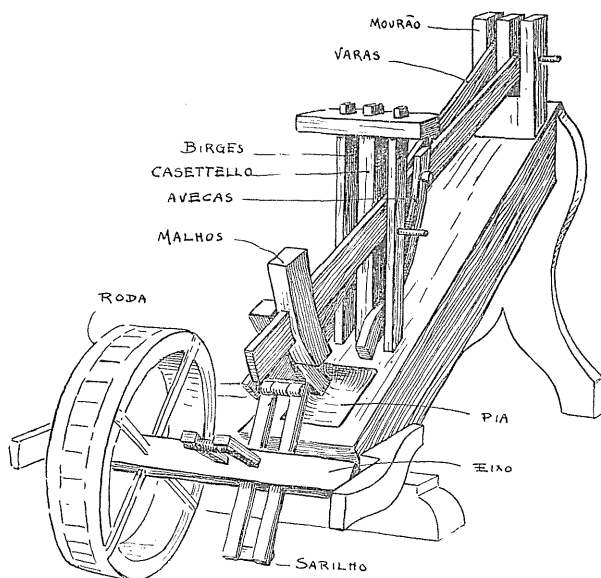


Fig. 13 — Pisão de Guidões (Santo Tirso)

Reprodução existente no Museu de Vila do Conde

dissemos, e do seu «envezamento» e carda do avesso, devia fazer-se segundo as seguintes regras e ordem: cardado o pano (dozeno) do avesso, o pisoeiro enchia a caldeira de água clara e limpa, sem lhe deitar dentro material algum de cinza nem sabão; e quando essa começava a ferver, punha o pano na pia, e soltava o pisão, ao mesmo tempo que com uma vasilha e grande vigi-

lância, ia deitando a água fervente no pano, e conduzia a água fria para a caldeira, «em compasso necessário». Seguidamente, dava-lhe um «banho de sabão», e, passados momentos, desembrulhava-o e despregava-o, e assim desembrulhado voltava a deitá-lo na pia, seguindo-se-lhe «outro e outros banhos de sabão», até o pano fazer escumas limpas (1); «e andará desta maneira até que se embeba e recolha em si o terço pouco mais ou menos, e desembrulhando o pano sempre muito a miúdo para que se não pegue nem faça mais em uma parte que em outra»: e depois que for acabado de enfortir, o pisoeiro lhe tirará a água quente, e lhe deitará água fria em muita quantidade, e o deixará andar com ela até o pano ficar bem lavado, e esfriar, e depois o tirará da pia e o recolherá em uma parte em que esteja escorrendo da água assentado do avesso. Terminada esta fase da operação, o pisoeiro porá então o pano na prancha, e o cardará todo em face; «e acabado de cardar o pano no cavalo de pau, o não enxugará no dia em que acabar de o cardar, senão ao outro logo seguinte, para que o pano faça assente algum da lã, e o estenderá e enxugará deitado no chão, sem o estirar».

Estes «Regimentos» que no dizer dos próprios monarcas que os promulgaram, foram redigidos «precedendo... todas as informações necessárias que sobre esta matéria (mandaram) tomar por pessoas de inteligência e confiança e ouvidos os povos e câmaras das terras principais destes Reynos», não só prescrevem as regas a observar futuramente na pisoagem, mas devem também representar a codificação da prática anterior corrente nessa operação. Contudo, nenhuma referência neles encontramos quanto ao emprego da urina na lavagem e pisoagem dos panos, que, como

(1) A este respeito, notamos, num recente documentário cinematográfico sobre o Saára, um curioso processo indígena de lavagem da roupa, em que um nativo a calca com os pés, encharcada num banho de sabão.

veremos, devia apesar de isso ser então muito usual; e por outro lado, dentre os poucos pisões ainda em actividade, apenas num ou noutro parece notarem-se raros vestígios do processo de pisoagem prescrito. É possível que esta regulamentação tivesse sobretudo em vista os pisões situados em centros industriais de maior importância; de facto, vimos que o «Regimento» tinha sobretudo em vista a melhoria da produção nacional de panos finos, de modo a dispensar a sua importação do estrangeiro; e que, embora vise também os pisões dos lugares ermos, expressamente estabelece distinções, abrindo uma excepção para os pisões que só fabricavam panos grosseiros, que podiam cardá-los no pisão e eram dispensados da «casa da percha». O certo porém é que a ausência de vestígios daquela regulamentação é quase tão sensível nos pisões que vemos perdidos nas serras, enfortindo grosseiros buréis e mantas caseiras, como nos que se situam em regiões industriais, e que nuns e noutros os processos de pisoagem são semelhantes e tão primitivos como o próprio aparelho. É pois de presumir que ela tenha caducado há já muito tempo, de facto ou expressamente, talvez ao mesmo tempo ou como consequência da extinção das corporações.

De um modo geral, por toda a parte se usa a água, fria ou aquecida na caldeira anexa, para a lavagem do pano e para a pisoagem. Vimos que, para estas operações, os Romanos usavam a greda misturada com urina humana, de que para tal fim recolhiam grandes quantidades. Cortes Vazquez, numa sobrevivência notável e que lhe parece constituir um arcaísmo único na Europa, encontra, no pisão da Horcajada, como em Roma, a urina humana, que os pisoeiros recolhem pelas casas do «pueblo», na composição do ingrediente específico da pisoagem — o «ruche — , juntamente com excremento de porco — o «moñigo» — e soda; o «ruche», que se prepara numa cuba ao lado do pisão, deita-se sobre o pano com bacios ou baldes, até que este fique bem empa-

pado, ao mesmo tempo que se vai gradualmente intensificando o ritmo da pisoagem.

Na maioria dos nossos pisões, actualmente, utiliza-se para a lavagem e pisoagem dos panos apenas a água, nuns quente, noutros fria; mas vimos que no citado «Regimento» se prescreve a lavagem com gredas, «muito finas e conhecidas por boas», recomendando-se mesmo, dada a sua raridade, que estas «se não tolham nem possam tolher», antes «as deixem livremente cavar e tirar de qualquer lugar e parte onde as houver e se puderem achar, sem a isto ser posta dúvida nem contradição alguma»: «O Pizoeyro deitará ao pano... toda a greda necessária para que seja bem lavado, e o deixará andar na pia com a greda todo o tempo necessário, desembrulhando-o quatro vezes antes de ser acabado de lavar». No relatório de Fradesso da Silveira são muito frequentes as menções ao uso da greda para a lavagem, desengordura ou desazeitamento das lãs ou tecidos, nos pisões; ainda em nossos dias, era assim que se fazia a lavagem inicial do pano no pisão do Barranco dos Pisões, hoje em ruínas, e que acima descrevemos; e a prática mantém-se nos pisões de Trinta, numa zona industrial da Serra da Estrela (1).

No referido «Regimento», o uso da cinza — as «cenradas» — é formalmente proibido; mas ordenam-se, como vimos, vários «banhos de sabão» ao pano, no decurso da pisoagem.

Finalmente, a urina humana — e em especial a urina em decomposição, fazendo as vezes de um soluto amoniacal — era também usada, há ainda pouco tempo, em alguns dos nossos pisões, como por exemplo o de S. Julião (Bragança), e outro que existia na Foz do Cobrão — um dos doze pisões de Vila Velha do Ródão —; aí, recordam-se mesmo da serviçal do pisoeiro, que reco-

(1) Era esse, de resto, o processo prescrito em outros países, v. g. a Flandres (vide pág. 72, nota 1).

Ihia a urina da vizinhança para a indústria do patrão, e a quem, por isso, chamavam a «Joaquina do mijo». Esse ingrediente utilizava-se, de modo semelhante, e correntemente, na indústria das lãs em geral, tanto para a lavagem e desengorduração das ramas e tecidos, como para a preparação de tintos, sendo, como veremos, muito numerosas as referências a estes usos no inquérito de Fradesso da Silveira, que respeita à segunda metade do século XIX, por vezes em termos muito parecidos com os que Cortes Vazquez encontrou na Horcajada; e é curioso notar que o seu emprego se verificava mesmo, então, em fábricas qualificadas (1), que há ainda escassas dezenas de anos, como o rústico pisoeiro de Foz do Cobrão, mandavam pelas casas particulares recolhê-la para o seu consumo industrial. De resto, a utilização da urina humana para lavagem e branqueação de roupa é ainda conhecida e praticada entre nós em outras actividades caseiras, nas mesmas condições em que o era nos pisões; na Serra de Albardos, no concelho de Alcanena, para tirar da roupa as nódoas de gordura, deixa-se esta ficar de molho até ao dia seguinte numa mistura de água com borras de azeite, excremento de porco e de galinha, e urina podre, que se denomina «infundícia»; no outro dia ela é aí esfregada, e passada depois por água limpa, a que se dá o nome de «esfrega-

(1) Segundo Fradesso da Silveira, passim, em Beja clarificavam as saraçoças «coradas», i. e., da cor natural da lã, com urina. Nas fábricas de Portalegre, as lãs em rama eram lavadas num banho de água com urina (pág. 70); e depois metidas num grande cesto de madeira e junco meio mergulhado em água corrente, e mexidas até que ficassem bem claras; esta operação era feita por dois homens munidos de bastões, que se colocavam aos lados do cesto, e com esses bastões agitavam a lã; esta perdía, no final de tais operações, 50 a 60 0/0 do seu peso bruto inicial. Na Covilhã, a lã em rama era «desensugada», i. e., lavada da «suarda», num banho de água quase fervente, ou numa solução de potassa, urina, e outros corpos alcalinos, onde um operário a volteava com um forçado de pau; e seguidamente, por um processo semelhante ao que se usava em Porta-

dura» (1); no Alentejo, semelhantemente, usa-se a urina misturada com «borregada» (excremento de borrego), para tirar as nódoas à roupa branca, dando-se a essa mistura o nome de «fondiça» (2); e em alguns lugares do Minho, a urina entra na composição da «barrela» da roupa branca; etc. E parece-nos fora de dúvida a relação que existe entre estes costumes e a prática geral antiga dos pisoeiros, a qual por sua vez se funda certamente no preparado que os Romanos empregavam nos seus pisões para fins idênticos, que aparece, na sua forma e significado originários, entre nós, na Foz do Cibrão e em S. Julião; e, em Espanha, na Horcajada.

Processos de apisoamento nos diversos pisões portugueses que ainda trabalham

Pisão de Bucos (Cabeceiras de Basto) — A primeira coisa que o pisoeiro faz quando o freguês traz o pano, é medi-lo, usando uma vara como medida. Conhecedor do encurtamento que o pano sofre durante a operação, aponta o comprimento que ele deve ter depois de pronto, e que quase sempre corresponde a um número certo de mantas ou capuchas. O tecido será pois retirado do pisão quando atingir essa medida, mesmo

legre, para a lavar deste banho, tirava-se com aquele instrumento, sem lhe tocar com as mãos, para cestos colocados dentro de um ribeiro de água corrente, de forma que esta passasse através, e aí a bandeavam (págs. 94-95).

(1) Cfr. F. Santos Serra Frazão, *Sucinto Vocabulário*, Coligido numa aldeia da Serra de Albardos, concelho de Alcanena, in: *Rev. Lusit.*, Vol. 36, Lisboa, 1938, pág. 133.

(2) Cfr. A. Thomaz Pires, *Vocabulário alentejano*, in: *Rev. Lusit.*, Vol. x, pág. 89.

que para isso tenha de ficar com um aperto incompleto, pois um encurtamento maior prejudicaria o freguês, que não poderia fazer as peças desejadas. O encurtamento é maior ou menor em resultado de vários factores, mas o principal é o maior ou menor aperto da tecelagem.

O pano (ou panos, de um ou mais fregueses) deita-se no gualho, acamando-o em todo o comprimento da pia, em voltas sucessivas. Rega-se em seguida abundantemente com água fria trazida da caldeira com um regador, e ao mesmo tempo põe-se o pisão a trabalhar. Esta primeira fase não passa de uma lavagem. Durante cerca de uma hora, as pancadas dos malhos expulsam muita porcaria gordurenta, e *ludro* da lã. Também se pode empregar água morna para esta lavagem; com ela, o tempo reduz-se a metade, mas «não é tão bom para o pano». O *ludro* da lã é lavado e aproveitado para a confecção de novas mantas, fiado e tecido, à mistura com lã ou estopa.

Quando esta lavagem está pronta, acende-se a fornalha, e, enquanto a água vai aquecendo, tira-se o tecido do gualho, poussa-se sobre a plataforma à sua retaguarda, e «encarta-se» cuidadosamente sobre o rolator, esticando-o bem para os lados puxando-o pelas ourelas.

Volta-se a dispor o tecido na pia, sempre da mesma maneira, rega-se fartamente com água pouco quente, e deixa-se apisoar durante duas horas. As pancadas e a forma dos malhos em cunha, vão virando a massa compacta do tecido; mas para isso é preciso haver na pia uma certa quantidade de água, embora pequena; daí, a forma ligeiramente côncava do seu fundo. Durante este período de duas horas, o pisoeiro não tem cuidados: pelo que nos informaram, nunca o pano se enovela, não havendo o perigo de ser rasgado pelos malhos. Por isso, o pisoeiro, nesta fase, muitas vezes fechava o pisão à chave, para não lhe roubarem o pano, e ia à sua vida, até mesmo à missa, se lhe calhasse.

No fim das duas horas, torna-se a tirar e a encartar o pano, coloca-se outra vez na pia, rega-se com água mais quente, e deixa-se apisoar mais tempo — cerca de quatro horas. Estas operações repetem-se, alongando cada vez mais os períodos de apisoamento, e aumentando a temperatura da água, que no fim se deita quase a ferver.

È nestas saídas do pano, e quando o julgam já próximo de pronto, que o passam a medir, de modo a não o deixarem encurtar mais que o cálculo feito de entrada. Conhecem pelo aspecto, à vista, quando o tecido está bem apertado; vão pois retirando do gastalho as peças de pano que consideram pronto, deixando lá as outras. Aquelas são estendidas ao sol, a secar, e enroladas à mão, visto que não têm sarilho para esse fim.

O gastalho deste pisão pode apisoar 45 «varas» de burel, de cinco palmos cada «vara» (1). A carga vulgar é de 40 «varas», e a duração da operação regula doze horas; mas se a lã é dura, de carneiros não tosquiados todos os anos, ou de sua própria natureza — e esta pode acusar a influência dos pastos — pode levar muito mais tempo, atingindo mesmo, às vezes, as 24 horas.

Pisão de Trinta (Guarda) — Este pisão só pisa, pelo menos hoje em dia, mantas — cobertores da Serra, e mantas de pastores da região — produtos da indústria local, da povoação de Trinta, que já é mencionada no inquérito de Fradesso da Silveira.

Essas mantas em «cherga», que vêm do tear em peça ligadas umas às outras e apenas com uma trama mais rala, que rasga com facilidade, a marcar a separação de cada uma, são postas em cima do estrado que se vê a um canto do edificio, e aí espe-

(1) Fradesso da Silveira indica, no distrito de Coimbra, uma unidade especial para os bureis e picotilhos — o «rolo» — que regula por 165 m.

ram a vez de serem «chegadas». Uma dessas peças, com cinco a dez mantas, é deitada na masseira e regada abundantemente com a mistura de água e greda — o «chôrro» — que está na pia de pedra atrás da masseira, e que se agita, de cada vez que se emprega, com uma sachola, para levantar a greda depositada no fundo. Esta greda é comprada fora da terra, e está amontoada, como dissemos, a um canto, atrás da pia.

As mantas, embebidas no chôrro, são batidas durante uma hora no pisão, passada a qual, sem parar o pisão, se lavam, conduzindo para a masseira a água que vem de fora, pela deslocação da caleira. O bater dos malhos, e a sua forma afunilada à frente, vão voltando o pano, que é assim todo batido por igual; ele é retirado da masseira de vez em quando, aparecendo então enrolado como um cordão; e, desenrolado e aberto, volta de novo para a masseira, onde é lançado a esmo, sem qualquer jeito especial. A pisoagem termina quando, pela grossura adquirida, que se sente ao tacto, os pisoeiros vêem que as mantas «estão chegadas», isto é, «fortes», ou seja, devidamente enfortidas. Ela dura geralmente 6 a 7 horas.

Pisão do Félix (S. Julião, Bragança) — Neste pisão não se empregava água quente, a não ser que a *cherga* viesse muito azeitada ou porca; e usava-se também a urina humana. De cerca de oito em oito horas, o pano tirava-se, estendia-se na mesa de pedra que havia ao lado, lavava-se, e atirava-se de novo para a masseira. A pisa completa, para buréis e mantas, durava, conforme os panos, vinte e quatro a quarenta e oito horas, e a tarifa era de quatro escudos por vara, ou mais. Para o pano de capotes de homem, bastava meia pisa, a três escudos por vara; e para o pano dos xailes das mulheres, um quarto de pisa. Durante a pisa, o pisão funcionava sòzinho, e não era necessário ninguém a vigiar a operação.

Para *dar piada*, a cherga, neste pisão, deve ser de um mínimo de vinte e seis a trinta varas de pano; e o pisoeiro entende que ela deve estar bem azeitada, sem o que o pisão não a volta.

Pisão de Matadegas (Caramulo) — A pisoagem, neste pisão, começava no verão com água fria e no inverno com água morna. A água corria permanentemente, e com a continuação, ia sendo usada cada vez mais quente. Davam *caldas* de duas em duas e até de quatro em quatro horas. Um pisão completo, para mantas e buréis, levava cerca de vinte e quatro horas, e cobravam dois escudos por metro. Para saias de mulher, calças e fatos de homem, etc., davam *três quartos, meio ou um quarto de pisão*.

Pisão do rio Teixeira, Arões — Além das fazendas do costume, este pisão apisoa também *pelo de cabra*. Este pano aperta mais depressa, mas exige uma presença constante, pois, não tendo «azeite», *pega* muito; tem mesmo de levar mais *caldas* que o da lã. O burel da fábrica é também difícil de apertar, exigindo muito tempo.

O burel vem enrolado do freguês. O pisoeiro desenrola-o e deita-o na masseira, não encartado, mas todo «esbangalhado», e a pisoagem começa com muita água quente — «quanto mais quente, melhor». Fica assim, com a água a correr, cerca de hora e meia, fazendo-se então a primeira calda. De entrada as caldas são menos espaçadas, porque o pano *pega* muito. Quando o burel está pronto, dão-lhe uma lavagem forte, deixando correr muita água para a caldeira e desta para a masseira, batendo assim com muita água durante dois minutos. Tira-se então o pano, encarta-se na mesa, e enrola-se no *orgo*. Daí vai para o sol, estendido em arames. Um dia de sol seca-o. É então medido e enrolado.

Aqui, ao contrário do que sucede na generalidade dos nossos pisões, o pisoeiro, durante a operação, não se afasta do pisão, porque pode acontecer qualquer acidente, designadamente faltar a água, e estragar-se o pano. Cobrava um escudo e oitenta centavos por metro.

Processos de apisoamento usados nos demais pisões portugueses

O processo de apisoamento usado nos outros pisões de que aqui nos ocupamos, pouco devia afastar-se, nas suas linhas gerais, destes que descrevemos. Notaremos apenas algumas particularidades, próprias de cada um deles, que assinalamos.

Assim, no pisão de Castro Daire, disseram-nos que não gostavam de trabalhar com pouco tecido, pois o pisão só funciona bem com um número mínimo de 50 «varas» de burel na masseira; e em S. Julião o pisoeiro entende que o pisão só dá *piada* com um mínimo de 26 a 30 varas de «cherga».

No pequeno «fulão» de Amonde, «davam a volta» ao pano de meia em meia hora, estendendo-o e esticando-o sobre a doba-doira, de um modo semelhante ao que vimos em Bucos. Era ali costume começar-se logo com água morna; conheciam que o pano estava pronto pelo «fechado» do tecido, à vista ou pelo toque. As 18 ou 20 braças de burel que cabiam na pia levavam cerca de 10 horas a «afuloar».

O pisoeiro de Bustêlo conhece que o tecido está pronto pelo toque, o também porque nessa altura a pancada dos malhos o levanta.

No pisão de Monchique, como dissemos, como no de Trinta, quando a *roupa* (pano) estava muito *suja* (engordurada), batia-se

durante um certo tempo com a mistura da água e greda, que se preparava na respectiva *caixa*.

O pano pronto e seco é enrolado, para assim o entregarem ao freguês. Esse enrolamento faz-se geralmente à mão, mas em certos pisões há um aparelho próprio para essa operação, como o *sarilho* do Barranco dos Pisões, e o *orgão* da Fonte Branca (fig. 14). Os dois pisoeiros do pisão de Trinta, como dissemos, finda a pisoagem, cardam as mantas, suspendendo-as em peça da

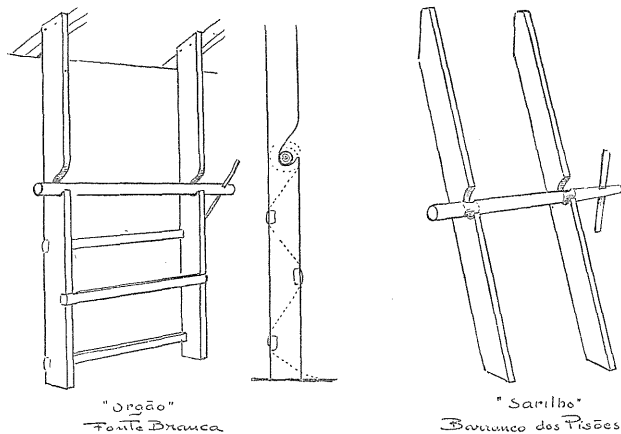


Fig. 14

precha, e prendendo com os pés a parte ainda por acabar; correm então a manta com cardas de mão, à força de braço, e quando acabam essa manta, rasgam a peça na altura própria, e recomeçam com a manta a seguir. Terminada a obra, compete-lhes ainda transportarem as mantas ao industrial que lhas dera a enfortir, o que fazem a burro, galgando a íngreme encosta desde o rio à povoação. E é de notar que já Fradesso da Silveira diz que, por costume, é aos mestres de pisão que compete a obrigação do transporte dos panos para o pisão.

Embora fossem sobretudo as mantas e o burel que ocuparam os pisões, até aos últimos anos quase todos os tecidos de lã passavam por eles, para lavagem e maior ou menor aperto (1). O pisoeiro de Bucos contou-nos mesmo que, durante a guerra de 1914/18, a escassez de lanifícios fez renascer a indústria caseira, e quase todo o pano usado para calças, casacos, capotes, e mesmo blusas, passava pelo pisão, sofrendo um aperto maior ou menor, conforme o género e destino do tecido, mas que demorava sempre entre uma e meia a duas horas e meia.

A propósito dos pisões da Horcajada e da Sanábria, Cortes Vazquez fala no perigo dos panos se pegarem às paredes da masseira e se immobilizarem, ou de, tendo-se enovelado excessivamente, não se voltarem bem, e poderem rasgar-se. Isso, que reputa «o terror dos pisoeiros», que os obriga a uma constante vigilância, acusa-se pelas pancadas dos maços, que tomam, naquelas condições, uma sonoridade especial: na Horcajada, diz-se que o pisão «trompea», e em Trefacio, que «golpea»; e torna-se necessário colocar o tecido novamente na masseira, em condições. Entre nós, na maioria dos casos, desconhecem-se esses perigos e cuidados; vimos que os pisoeiros de Bucos, quando o pano, finda a lavagem, está na masseira a ser própria-mente pisoado, deixam-no ali ficar abandonado sem qualquer vigilância, e vão-se embora tratar de outras coisas que porventura tenham que fazer por fora, regressando ao pisão apenas passadas as horas que calculam necessárias. Contudo, como dissemos, o pisoeiro do pisão de Arões, no rio Teixeira (Vouga), não saía do pisão durante a pisoagem, «porque», dizia ele, «podia surgir qualquer coisa», e designadamente faltar a água e estragar-se o pano. E é de notar que as instruções do «Regimento»

(1) E, como dissemos, muitas vezes se levavam ao pisão, para enfortir, panos usados, gastos ou esburacados.

de D. Sebastião recomendam que o pano se desembrulhe a miúdo, «para que não se pegue».

No relatório de Fradesso da Silveira, por sua vez, encontramos ainda os seguintes processos de pisoagem:

Nos pisões de Alvito, Almodóvar e Serpa, a cherga desazeitava-se com greda ou barro, envezava-se, e apisoava-se envezada dentro de água quente.

Nos pisões do distrito de Coimbra, os panos deitavam-se à masseira depois de se terem mergulhado num banho de água e urina; e, durante a pisoagem, saíam várias vezes para fora, para serem esticados com paus de espalmar, convenientemente dispostos. A operação não tinha a mesma duração para todos os panos: para as baetas eram precisas 20 horas; para as saragoças e panos riscados, 24 a 40; etc. De um modo geral, pode dizer-se que os panos feitos com fio de roca e fuso necessitavam de uma piscagem mais demorada do que os feitos com fio de roda. Quando se considerava o pano suficientemente enfortido, lavava-se ainda no pisão com água limpa, que se renovava tantas vezes quantas parecesse necessário.

Nas fábricas da Covilhã, a cherga, quando saía do tear, desazeitava-se numa mistura de urina, estrume de porco e sabão, e geralmente seguia para o pisão depois de desazeitada; eram então ainda frequentes aí os pisões de maços, e os panos pisoavam-se com sabão e urina. E nas fábricas de Portalegre, a encherga que saía do tear era desazeitada em máquinas de lavar, de modo parecido com o da Covilhã, num banho de urina, sabão e sal de soda; algumas vezes, ela era enfortida ainda azeitada, mas isso só se fazia quando os tecidos exigiam pouca pisoagem; e dava-se então a essa operação, que se fazia também no pisão, o nome de «apinhoação».

Finalmente, no distrito de Beja, ainda em fins do século XIX, em lugares onde não houvesse pisão, a cherga era batida e enforçada a braços (1).

*

* *

Lendo as descrições doutros tempos, a que aludimos, e principalmente ouvindo falar esses homens que trabalham ou trabalharam em pisões, um mundo passado parece ressurgir, na evocação de uma indumentária pitoresca e rude, e de uma economia arcaica e singela, nas suas formas artesanais e movimentos de feiras, almocreves e longas jornadas, a pé e a cavalo, por caminhos serranos. Revemos os tecelões de Goes, que faziam saragoças, bureis, picotilhos, mantas, e também estamenhas, urdidas com estopa e tramadas com lã preta, comprando lãs em Trás-os-Montes e no Alentejo, e vendendo os seus produtos nos mercados de Aveiro, das Beiras, do Alentejo e Algarve, e até de Espanha; saídos dos pisões de Alvito, de Almodóvar e de Serpa, e de Borba e Portel, revemos os cobertores e mantas, saragoças e estamenhas, os batidos e surianos, cintas, coadeiros, mandis e alforjes, das indústrias alentejanas, onde sobressaíam Redondo, Reguengos, Montemor e Arraiolos, S. Miguel de Machede e S. Bartolomeu do Outeiro, com as suas saragoças, estamenhas e cobertores; no distrito de Viseu, vemos os trinta pisões de S. Pedro do Sul, Mangualde, Oliveira de Frades, Tarouca, Fráguas, Santa Comba, etc. pisoando o burel caseiro com que se faziam os fatos dos homens, e a «tricana» das saias das mulheres. Vemos os cobertores, mantas e alforjes algarvios, e os seus buréis apisoados, de Monchique, Vila do Bispo, Lagos, Silves, Alcoutim e Castro Marim.

(1) Cfr. Fradesso da Silveira, op. cit., págs. 54, 81, 98, 99 e 72.

Na Covilhã, em Castelo Branco e em Redondo, vemos fazerem-se os briches que os mercadores de pano apresentavam na feira do Campo Grande; em Cebolais (Castelo Branco), uma importante manufactura de baetas, saragoças, buréis e xadrezes, para cobertores ou mantas, abastecia os campinos e as populações locais ou as classes pobres dos concelhos próximos; esses tecidos iam a enfortir aos pisões de Vila Velha de Ródão e de Serzedas, que pisoavam com greda para melhor extraírem o azeite da lã; mas mesmo assim, eles não perdiam um cheiro e aspereza característicos. Na Covilhã, os almocreves ofereciam aos pequenos industriais, na vila, lãs provenientes de Espanha, do Alentejo, das Beiras; existia ali, no edificio principal da fábrica real, a sala denominada *da aprovação*, que de longa data servia de verdadeiro mercado e bolsa de tecidos, onde os pisoeiros levavam os seus productos.

Evocamos os rudes pisões trasmontanos, nos ermos da raia, de Montezinho, da Lomba, em S. Julião, Maçãs, Vila Boa de Ourilhão, Alvaredos, perdidos na solidão dos montes despovoados.

Das aldeias do Alvão iam, há ainda poucos anos, os buréis a enfortir a Bustêlo, que lhes ficava próximo; mas parece que muita gente preferia o pisão de Reboredo, em Jou, na serra de Jales, recentemente destruído por um incêndio, fazendo-se as entregas dos panos em Vila Pouca de Aguiar.

Aos pisões de Bucos, acorriam as gentes de Basto, Barroso e Cabreira, com o burel para as *capuchas* serranas, *macho*, se só de lã, *fêmea*, se de lã misturada com estopa, e também com as mantas, que vendiam depois na feira de ano de Arcos de Baúlhe, de 13 de Dezembro; e era aí grande a affluência de gentes dos lados do Marão, que vinham com as suas cavalgadas, à sua procura. Também eram fregueses destes pisões as gentes de Aboim, no concelho de Fafe, com panos para as *faixas*, ou aventais de costas, que, por todas aquelas redondezas, só por ali se usavam.

Ao fulão de Amonde, mencionado na Portugália para a fula dos buréis da região, traziam da Serra de Arga as mantas de lã branca, e o burel negro, muito do qual vendiam depois em Âncora aos pescadores, para casacos ou capotes. E também lá afuloavam a fraldilha para calças de homem, tecido de lã escura urdida com linho ou algodão, e que era trazido pelas gentes de Outeiro, Perre, e Montedor.

Em Terras do Alto Paiva, vemos as gentes da Nave levarem os seus buréis serranos, para mantas, cobertores e certas peças de vestuário, aos pisões das Fráguas, onde o rio é mais caudaloso e com maiores desníveis (1).

Toda a Serra de Montemuro vai ainda hoje apertar o seu burel e as suas mantas ao pisão da Fonte Branca. Levam o tecido à Gralheira ou Campo Benfeito, onde de oito em oito dias aparece a gente do pisão, levando lá o pano que já está pronto, e para o pisão o que está para apertar.

Em Almodóvar, encontramos pessoas que costumavam ir ao Barranco dos Pisões com as suas mantas, para lhes «tirar o azeite» e «dar o aperto». Mas a esses pisões vinha gente de muito mais longe, de Mértola e Alcoutim, no extremo leste da província, com essa fazenda de lã, muito áspera, a que chamam «suriano», que ali usam.

*

* *

Os edifícios destes pisões — que se encontram geralmente longe das povoações, no final de veredas solitárias, isolados em idílicos ou agrestes recantos ribeirinhos — são sempre pequenos

(1) Cfr. C. Manuel Fonseca da Gama, Terras do Alto Paiva, Lamego, 1940, págs. 62/63.

casebres térreos, de uma extrema rudeza e pobreza de construção; acanhados e toscos, as paredes são de pedra solta, de um aparelho rudimentar e sem qualquer reboco; a cobertura do telhado fica à vista no interior, sobre um travejamento mal amanhado; o chão é geralmente de terra batida, que conserva as irregularidades do terreno. Lôbregos, escuros e descuidados, vêm-se negros do fumo, com a lenha espalhada a esmo pelo chão, a armação do pisão a um lado, em todo o seu rusticismo primitivo e grosseiro, cheia do «ludro» da lã, que nunca se limpa; aqui e ali, empoça-se a água no chão, que pinga das caleiras improvisadas; a luz entra apenas pela porta de tábuas, e por alguns raros postigos abertos nas paredes, sem vidros nem qualquer resguardo. Nas melhores instalações, a armação donde pendem os malhos compreende um «tear», que a torna totalmente independente do edificio; mas muitas vezes tal peça não existe, e as cambotas dos malhos suspendem-se de duas traves — dois simples troncos grossos e mal desbastados — passados de lés a lés entre as paredes. Neste último caso, porém, a despeito do seu extremo rusticismo, nunca essas cambotas se prendem directamente às próprias traves do telhado, sob pena, se assim sucedesse, de o desmantelarem com a violência das pancadas dos malhos. E por razões da mesma ordem, a cobertura dos edificios dos pisões é preferentemente de colmo ou de chapa, e não de telha, que certamente se desloca, abalada pelo estremecimento provocado pela pisoagem; apesar disso, porém, em muitos casos vê-se a velha telha caleira portuguesa no telhado dos pisões.

Os pisoeiros são sempre homens; na indústria caseira de lanifícios, as mulheres carpeiam e fiam a lã, tecem o pano, e às vezes levam as teias ao pisão; os homens lavam, pisoam e cardam esses tecidos, e geralmente transportam-nos depois de prontos até à casa dos seus donos.

A pisoagem é independente da tecelagem; o pagamento do

trabalho da pisoagem parece ser sempre feito em dinheiro, a tanto por peça ou «rolo» de burel ou pano ⁽¹⁾; assim sucede no pisão de Bucos, que pertence ao próprio pisoeiro, e também no de Trinta. Aqui, porém, o pisão não é do pisoeiro, e este trabalha «a meias» com o proprietário do pisão, que é um pequeno industrial manteiro da povoação; o custo da pisoagem das mantas, que obedece a uma tarifa convencionada, quer estas sejam do dono do pisão quer de outros fregueses, é dividido em duas partes iguais, sendo uma para o proprietário e outra para o pisoeiro, que fica ainda com o encargo do transporte em burro, à ida e à volta, das mantas. Fradesso da Silveira indica também o mesmo regime de pagamento — a tanto pela pisoagem do «rolo» de burel — nos pisões de Goes; mas alude a fábricas da Covilhã que mandavam pisoar a pisões «administrados separadamente por seus proprietários ou rendeiros», que enfortiam tecidos mediante retribuição convencionada, embora num regime que parece diverso do de Trinta, em que o pisoeiro pagava uma renda pelo pisão; e refere igualmente um pisão em Portalegre, de que pagavam foro os donos de uma fábrica local.

APÊNDICE

De um modo geral, os nossos dicionários são pouco descritivos em relação ao termo «pisão». Cândido de Figueiredo e Laudelino Freire fazem-no derivar do latim *piso-onis*, enquanto que Moraes, Faria, e Silva Bastos, o fazem de *pisar*.

(1) Já no foral de Tomar, de 1510, se encontra este regime: «Os pisões de panos ou burel levam por cada vara de pano que a pisoam e cardam por tudo juntamente cinco reais a vara» (in: *Archeol. Port.*, vol. xv, pág. 185).

O Elucidário de Viterbo é omissivo; o Dicionário da Academia só dá naturalmente os derivados em A: apisoar, apisoado, apisoador; mas este dicionário, e também Vieira, e Morais e Silva, remetem para os dicionários de Barbosa e latino-português de Cardoso. Bluteau, Morais e Silva, Vieira, Faria, e Lacerda, definem-no como sendo um «moinho com uma roda dentada (sic), que faz alçar e baixar uns paus de feição de martelos, os quais caindo sucessivamente sobre os panos, os fazem mais firmes e mais lisos». Cândido de Figueiredo, Silva Bastos, Laudelino Freire e Bivar, mais sucintamente, definem-no apenas pela sua função, como uma «máquina em que se bate ou prime o pano, para o tornar mais forte, consistente e tapado», e que Maximiliano de Lemos, a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Caldas Aulete, e Morais, situam nas tecelagens ou fábricas de lanifícios (1).

Todos estes dicionários consignam maior ou menor número de derivados do étimo, a partir de «pisoar» e «apisoar», que definem correspondentemente como «bater, apertar, lustrar ou encorpar o pano no pisão, para lhe dar corpo e resistência» (2): pisoeiro ou pisoador, e apisoador, pisoagem ou pisoamento e apisoamento, pisoado e apisoado, e pisoada (3).

Por outro lado, Cândido de Figueiredo, a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Caldas Aulete, Morais, e Bivar, e também Laudelino Freire, e Silva Bastos, consignam o vocábulo «fulão», no sentido de «máquina, moinho, ou pisão, para pisar panos»,

(1) Morais define «Apisoado» como um burel ou pano «batido, encorpado a malho, calcado.»

(2) Note-se que Vieira, Morais e Silva, Lacerda, e Faria, numa segunda acepção dos termos, dão também «pisoar» e «apisoar» como «bater bem o pano ao tecer, para que fique bem tapado».

(3) Morais define «Pisoada» como «porção de lã que se pisoou de uma vez».

considerando-o os primeiros um provincialismo minhoto, embora julgemos fora de dúvida o seu étimo latino, de «fullo»; Cândido de Figueiredo indica o verbo «fuloar», como sinónimo de «pisoar» no sentido de «trabalhar com o pisão»; Vieira, Silva Bastos, Cândido de Figueiredo, Laudelino Freire, Moraes, a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, e Caldas Aulete, mencionam «fula» que além do seu significado corrente na chapelaria, definem: o primeiro, que o considera «termo de artes», como «acção de calandrar os panos; preparação que se lhes dá, comprimindo-os por meio de um aparelho apropriado, a fim de os fazer mais tapados e fortes»; o segundo, como «operação a que se submete a lã, batendo-a nos pisões ou mascotos»; e os outros, como «aparelho para calandrar panos». Caldas Aulete fá-lo derivar do latim «fullo», e a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, do francês «foule» e «fouler».

Em derivados homónimos, Bluteau dá «pisão» também como o «mestre que governa o pisão»; e Vieira, Moraes e Silva, Cândido de Figueiredo, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Silva Bastos, Caldas Aulete, Bivar, e Laudelino Freire, paralelamente, dão «fulão» como sinónimo de pisoador ou pisoeiro, o homem que pisa os panos de lã para os enfortir (com a indicação, nos últimos, de «nas fábricas de lã»).

Nós encontramos efectivamente o termo «fulão» apenas no Minho, e mesmo só no norte da província. É ele que designa o engenho de Amonde, e no Soajo desconhece-se até a palavra «pisão». Em Carreço, ouvimos o verbo «afuloar» para designar uma brincadeira carnavalesca em que se bate no traseiro das mulheres com sacos com laranjas, à maneira dos malhos num pisão; e no Soajo, como dissemos, encontra-se «Fulão» na toponímia local. Ao sul do Cávado, o termo parece ser já «Pisão», que se encontra do mesmo modo na toponímia, designando um lugar do concelho de Famalicão.

De acordo com Cortes Vazquez, é pois o português um caso em que os derivados dos nomes do antigo processo — de *pisare* ou de *fullo* — não foram substituídos por outros, de origem germânica ou de qualquer modo estranha, quando os pisões a sangue foram substituídos pelos engenhos mecânicos (1).

(1) Como, segundo aquele A., sucede com o espanhol, em que o termo geral de *Bátan* parece ser de origem francesa (e não árabe, como pretendem outros), vivendo os derivados do latim apenas dialectalmente, v. g., o *Pisón* sanabrês. É também o caso do italiano *Gualchiera*, de origem germânica, que apoia a hipótese etimológica europeia do espanhol *batán*. Note-se que destas etimologias e do facto de as primeiras menções ao engenho mecânico aparecerem sobretudo em documentos central-europeus, o A. conclui: «El batán viene, pues, de Europa y no de Africa» (El batán de la Horcajada, pág. 22, nota 6).

A propos des hommes fossiles Nord-Africains

Remarques sur les facteurs d'évolution des isolats

PAR

D. Ferembach

Chargée de Recherche au Centre National
de la Recherche Scientifique, Paris

L'Afrique du Nord a été occupée dès l'aurore de l'humanité. Au Chelléo-Acheuléen (il y a donc peut-être 400.000 ans), on trouve l'*Homo faber* déjà installé en Algérie et au Maroc. Il est représenté alors par des formes très primitives telles que l'*Anthropus Mauritanicus* dont trois mandibules et un pariétal ont été mis au jour par C. Arambourg, en 1954, à Ternifine (S.E. d'Oran) (C. Arambourg, 1954, 1955).

Ces pièces frappent par leur aspect robuste, la hauteur et l'épaisseur de la branche horizontale, la grande largeur comparée à la hauteur de la branche verticale. La symphyse, particulièrement épaisse, fuyante ne présente que sur la pièce féminine un très léger *trigonum mentale*. Les insertions des digastriques sont disposées sur la face inférieure mais empiètent un peu sur la face linguale; leur disposition, selon l'auteur, est intermédiaire entre celle des Sinanthropes et celle des Néandertaliens, comparable à celle du Méganthrope. L'arcade dentaire a une forme parabolique et la région des dents de remplacement (incisives, canines, prémolaires) est très développée, comme chez le Sinanthrope. Les molaires sont de grandes dimensions et leurs cavités pulpaires sont taurodontes. Leurs surfaces masticatrices, finement

ridées, possèdent six cuspidés; les sillons qui séparent celles-ci dessinent un Y. Les prémolaires se signalent par la présence d'un cingulum sur leur face buccale, comme chez les Pithécanthropiens d'Asie.

C. Arambourg estime donc que ces pièces présentent plusieurs points communs avec ces dernières formes. Mais comme la ressemblance n'est pas parfaite, il a préféré leur donner un nom particulier et c'est pourquoi il les a appelées *Atlantropus mauritanicus*.

La découverte par P. Biberson, en 1954, près de Casablanca, à Sidi-Abderrahman, de fragments de mandibules, correspondant probablement à l'Acheuléen moyen, et ressemblant aux fossiles de Ternifine paraissent, selon C. Arambourg, confirmer la présence d'une nappe pithécanthropienne en Afrique du Nord au Paléolithique inférieur (C. Arambourg et P. Biberson, 1956).

De l'Acheuléen moyen ont été décrits des fragments de maxillaires supérieurs et inférieurs trouvés à Rabat par J. Marchais en 1953 et à Témara (près de Rabat) par l'Abbé J. Roche en 1956. Selon H. Vallois (H. Vallois et J. Roche, 1958), ces pièces (de même que, pour cet auteur, la mandibule de Sidi-Abderrahman) ont des affinités prénéandertaliennes. Elles indiqueraient la présence d'un rameau de Prénéandertaliens parallèle à celui d'Europe. Je vous rappelle, qu'en Europe, ces formes sont chronologiquement antérieures aux vrais Néandertaliens tels que ceux mis au jour à la Chapelle-aux-Saints (Corrèze), à la Ferrassie (Dordogne) dans le ravin de Néandertal (Prusse Rhénane), etc., mais que par certains de leurs caractères, elles apparaissent moins primitives, moins spécialisées, plus proches de l'Homme moderne.

La mandibule de Témara se caractérise par ses dimensions moyennes, son aspect massif, sa branche horizontale épaisse, gardant sensiblement le même volume sur toute sa longueur, comme chez les Néandertaliens et les Préhominiens. La symphyse

est oblique en arrière. Sa face buccale, où une saillie mentonnière s'ébauche, contraste avec l'aspect très primitif de sa face linguale tout à fait lisse: un bourrelet remplace la fosse sublinguale. Les insertions des digastriques sont d'un type plutôt moderne, car elles sont orientées plus lingualement que chez les Néandertaliens. Les dents sont fortes. La deuxième prémolaire possède quatre cuspidés ce qui lui donne un aspect molariforme; cette disposition se rencontre chez certains Néandertaliens et chez le Sinanthrope. Les molaires, allongées, diminuent dans le sens M_1-M_3 , comme chez les Hommes modernes. Cette mandibule présente donc bien un mélange de caractères les uns primitifs, les autres évolués ce qui justifie sa place parmi les Prénéandertaliens.

Du Paléolithique moyen (Levalloisien, Atérien) on ne connaît que les restes très fragmentaires d'un enfant de neuf ans, peut-être néandertalien, trouvé à Tanger et dont, par ailleurs, la datation est douteuse (M. S. Senyürek, 1940; L. C. Briggs, 1948).

Et puis il y a un vide. Rien n'a encore été découvert, tant en restes humains qu'en industrie, qui puisse être rapporté au Paléolithique supérieur. Cela est-il dû au hasard, aucune fouille n'ayant eu la chance de rencontrer jusqu'à maintenant un tel niveau? Ou bien l'Atérien le remplacerait-il en Afrique du Nord? Ou encore ce stade de développement culturel fait-il vraiment défaut. Dans ce cas le Mésolithique succéderait au Paléolithique moyen sans transition ainsi que divers gisements semblent le montrer (Dar-es-Soltan, Taforalt). Y a-t-il néanmoins continuité d'occupation de l'Afrique du Nord? Autant de questions auxquelles nous ne pouvons répondre pour le moment.

Du Mésolithique (Epipaléolithique), nous possédons par contre de nombreux vestiges: silex taillés, squelettes humains. Ces derniers nous indiquent que l'on a affaire maintenant à l'*Homo sapiens*; celui-ci se présente encore sous un aspect rude, primitif

à certains égards, mais il ne peut en rien être comparé aux Néandertaliens.

Deux cultures bien distinctes se rencontrent à cette époque: le Capsien et l'ibéro-maurusien (ou Moullien). Chacune occupe une aire bien définie. Si l'on excepte quelques gisements situés à la frontière des deux zones, et une influence de la première sur la deuxième, les industries et, fait important, les types humains caractérisant chacune, ne sont pas mélangés. Le Capsien se rencontre à l'Est, sur une partie de la Tunisie, dans la région de Gafsa, et en Algérie dans le Constantinois, moins le région côtière. L'ibéro-maurusien montre une répartition beaucoup plus vaste: il se retrouve sur tout le reste de l'Afrique du Nord, sur la côte, dans les dépressions intérieures, dans les vallées de l'Atlas, sur l'Atlas lui-même, sur les Hauts plateaux.

Quand vivaient ces Hommes? Des datations au Carbone 14 ont été faites. Pour Dra-Mta-el-Ma-el-Abiod, du Capsien supérieur, les analyses ont donné $7\ 000 \pm 200$ ans; pour el-Mekta, de la même époque, $8\ 400 \pm 400$ ans. A Taforalt, gisement ibéro-maurusien, les résultats obtenus par les laboratoires de Saclay ont varié, avec une marge d'erreur de ± 400 ans, entre 10 500 et 12 070 suivant les niveaux (J. Roche, 1958). L'ibéro-maurusien serait-il donc plus ancien que le Capsien ou tout au moins que le Capsien supérieur? On pense actuellement que les deux cultures ont été contemporaines et se sont développées parallèlement pendant un certain temps, mais que l'ibéro-maurusien «à précédé (le Capsien) avant de lui être contemporain». (L. Baulout, 1955, p. 379).

La culture capsienne semble avoir été importée dans le pays. Pour certains elle se serait introduite par le sud, venant d'Egypte, de Cyrénaïque. Pour d'autres, elle aurait une origine Proche-Orientale, en particulier palestinienne. Il n'existe pas encore suffisamment de documents pour pouvoir trancher ce débat.

Les Hommes du Capsien typique, ou Capsien inférieur, nous sont encore inconnus. Il a été découvert par contre quelques gisements bien datés ayant livré des restes humains, pour le Capsien supérieur.

Ces individus se caractérisent par leur crâne allongé, étroit et élevé, et par la faiblesse de leur relief musculaire. Vu par-dessus ils montrent une forme ovoïde. En vue latérale, la glabellle apparaît modérément saillante, le front plutôt droit, de hauteur moyenne. Le contour du crâne décrit ensuite une ligne sensiblement horizontale, assez longue, avant de s'infléchir fortement vers le lambda. L'occipital peut former un petit chignon. En vue postérieure le crâne dessine un pentagone et présente une carène sagittale. En vue antérieure le front apparaît étroit, les bosses frontales forment une saillie nette. La face est élevée, étroite, les arcades zygomatiques effacées, les malaires comparables à ceux des crânes d'Européens modernes. Les orbites sont de petites dimensions. mésoconques, l'ouverture du nez est de largeur variable. La voûte palatine se montre large et profonde. Il existe parfois un léger prognathisme surtout dans la région alvéolaire.

Ces Hommes sont considérés comme des Méditerranéens primitifs. Il n'est pas impossible qu'ils dérivent des Natoufiens qui vivaient en Palestine sensiblement à la même époque. Mais ce point reste encore à préciser. Deux fouilles importantes de nécropoles mésolithiques se poursuivent actuellement en Israël, l'étude des ossements humains qu'elles contiennent permettra peut-être de le confirmer.

Plusieurs squelettes humains ont été découverts, correspondant à l'Ibéro-maurusien. Deux grottes en particulier en ont livré un grand nombre: Afalou-bou-Rhummel, fouillée par C. Arambourg en 1928-1929 et Taforalt, fouillée de 1951 à 1955 par l'Abbé J. Roche. La première est en Algérie, sur la côte Est du

Golfe de Bougie, près de la zone Capsienne donc, l'autre se situe dans le Maroc oriental.

La description des Hommes d'Afalou a été fait par M. Boule, H. Vallois et R. Verneau (1934). Le type moyen de la série se caractérise par son crâne de grandes dimensions, le plus souvent dolicho ou mésocéphale, élevé. La glabelle, les arcades sourcilières, les mastoïdes, et les empreintes musculaires se montrent en général très développées. Le bord supérieur du temporal est fréquemment rectiligne. La face est courte, large, orthognathe, avec des pommettes se projetant en dehors. Elle apparaît donc disharmonique comparée au crâne. La largeur interorbitaire est grande, les orbites basses, les os nasaux saillants, le nez large ou moyennement large. Les branches horizontales de la mandibule divergent fortement, les angles goniaux sont projetés en dehors, le menton bien marqué, les dents précocement usées et certaines cariées. Ces spécimens se signalent aussi par un détail ethnique: sur presque tous les crânes, on remarque l'avulsion d'une ou plusieurs incisives supérieures. Enfin ces individus étaient de stature élevée, 1^m,72 en moyenne pour les hommes.

D'où venaient ils? Leur ressemblance avec certains crânes du Paléolithique supérieur d'Europe a fait penser que ces deux rameaux avaient une même origine, le Proche-Orient, et s'étaient développés parallèlement. Ceci ne peut encore être considéré que comme une hypothèse. On ne connaît que très peu les Hommes du Paléolithique supérieur du Proche-Orient et pas du tout, comme nous l'avons vu, ceux de l'Afrique du Nord dont ils pourraient tout aussi bien descendre.

Disons pour terminer que ce type ne s'est pas totalement éteint. Il se retrouve encore chez quelques nord africains et surtout aux Canaries, archipel espagnol de l'Océan Atlantique, où l'on a identifié leurs descendants dans certains guanches. Refoulés peu à peu de leur territoire par les envahisseurs médi-

terranéens, un certain nombre d'Ibéro-maurusiens a affronté la mer pour venir se réfugier dans ces îles. Nous pouvons donc sans être taxée de fantaisiste, nous faire une idée de l'aspect de ces Hommes de leur vivant.

Nous avons signalé tout à l'heure qu'un autre gisement ibéro-maurusien, la grotte de Taforalt, avait livré de nombreux squelettes. Ces Hommes appartiennent sans conteste au type de Mechta-Afalou que nous venons de décrire. Toutefois, ils n'en sont pas une réplique exacte, ils en diffèrent par quelques détails. Ainsi, les saillies du crâne, le relief musculaire en général, s'y montrent moins accusés, le frontal apparaît un peu moins développé et son arc sagittal est plus petit que celui du pariétal alors que l'inverse s'observe à Afalou. La suture temporo-pariétale forme une courbe davantage accentuée, les os wormiens sont beaucoup plus fréquents. La face voit sa largeur augmentée légèrement, certains nez sont leptorhiniens. Avec le squelette post-céphalique, nous avons retrouvé cette ressemblance associée à quelques divergences. Et pourtant, il est incontestable que ces deux séries appartiennent au même stock racial.

Taforalt est distant d'environ 700 kms d'Afalou. Il est donc à peu près certain que les Hommes de ces deux gisements n'ont pas eu de contact entre eux depuis leur séparation du tronc commun. Ils ont vécu en quelque sorte comme deux tribus isolées. Que Taforalt constitue un isolat, un groupement endogame et où, du fait de l'effectif restreint, une certaine consanguinité devait exister, nous en avons trouvé la preuve dans la fréquence d'une anomalie du sacrum. Cette malformation consiste en une déhiscence des apophyses épineuses, affectant surtout les dernières vertèbres constituant cet os. Nous avons à faire ici à ce que l'on appelle une spina-bifida occulta ou rachischisis sacré. Cette particularité n'est pas inconnue de nos jours mais elle touche principalement les vertèbres proches de la charnière lombo-sacrée

où elle se rencontre dans 14 à 24 % des cas, selon les auteurs. A Taforalt, la déhiscence, à des degrés variables, des apophyses épineuses des dernières vertèbres du sacrum s'observe dans près de 50 % des cas et l'on constate que le pourcentage est plus élevé parmi les spécimens correspondant aux couches archéologiques les plus récentes. Une mutation faisant apparaître un gène dominant doit être à l'origine de cette malformation. Or, dans de petits isolats, la fréquence d'un gène dominant augmente rapidement avec le temps. J. Sutter et L. Tabah (1951) citent l'exemple d'un village de l'Isère, situé loin des routes et où «à la fin du XVIII^e siècle, presque tous les habitants étaient porteurs d'un sixième doigt aux mains comme aux pieds. On a pu suivre au cours du XIX^e siècle, la disparition de l'anomalie avec le développement des routes, des chemins de fer et de la multiplication des échanges de toute nature. Reclus a décrit l'isolat protestant d'Orthez (Basses Pyrénées): cette population perdue au milieu d'un pays catholique, en avait été réduite, depuis la réforme, à une forte endogamie. L'existence d'un gène donnant l'épilepsie avait atteint à peu près toutes les familles, si bien que chaque foyer protestant avait une chambre spéciale où l'on étendait le sujet en crise. Dans le pays, épileptique était devenu synonyme de protestant. Le phénomène a regressé vers la fin du XIX^e siècle.»

Ainsi donc, une mutation qui dans une grande population passerait inaperçue peut, dans un isolat, du fait du petit nombre et de la consanguinité, s'installer plus ou moins définitivement comme un caractère inhérent au groupe et en modifier légèrement son aspect.

Il existe un autre facteur capable, dans de petits groupes, de contribuer à la diffusion d'un nouveau gène, c'est la «dérive génétique au hasard»; il a été mis en évidence par Sewall Wright. Il correspond au fait que certains gènes peuvent disparaître à

chaque génération alors que d'autres peuvent voir leur fréquence augmenter, de façon imprévisible. Le hasard qui préside à ce mouvement désordonné est lié à plusieurs causes dont la fécondité différentielle est peut-être la plus importante. En effet, les adultes d'une génération n'ont pas tous des descendants à la génération suivante: la stérilité, le célibat, la mortalité infantile empêchent une partie d'avoir des enfants alors que d'autres meurent avant d'avoir pu procréer. Il y a 60 ans, K. Pearson avait déjà mis ce facteur en évidence. Il avait estimé alors que le 1/5 ou le 1/6 seulement des adultes d'une génération était responsable de la moitié de la génération suivante. À la suite de recherches faites au Danemark, notamment, il était arrivé à cette conclusion que 25 % des familles donnaient naissance à 50 % des enfants; que les descendants de ceux-ci représentaient 78 % de la population suivante et à la troisième génération 98 %. J. V. Neel (1958) considère que, depuis 1940, 50 % des femmes sont les mères d'environ 88 % des enfants nés à chaque génération. R. A. Fisher (cité par J. V. Neel) apporte de son côté l'exemple théorique suivant; «Si, au commencement de la période envisagée, la population se compose de 97 % des familles les moins fécondes, et 3 % des familles les plus fécondes, en cinq générations, les deux lignées se trouvent à égalité et en cinq de plus, les situations sont renversées». Pour cet auteur la fécondité différentielle serait le principal responsable des changements génétiques observés actuellement d'une génération à l'autre.

Si en effet, tous les individus ne participent pas à la formation de la génération suivante, il peut s'en suivre une perte de gènes ou d'allèles qui risquera d'autant plus de se produire que la population sera d'effectif restreint. Supposons qu'aucune mutation n'intervienne pour remettre le gène en circulation, l'évolution de la population pourra alors se trouver orientée dans un certain sens. Un groupe sanguin, une stature exagérément élevée

ou petite, une couleur d'yeux, seront susceptibles de disparaître. C'est à ce facteur que l'on attribue d'ailleurs l'absence de groupe sanguin A_2 chez les Amérindiens et la fréquence tantôt élevée, tantôt nulle du groupe A_1 chez eux. D'autres exemples pourraient être proposés. Mais inversement, on pourra assister à une augmentation de fréquence d'un caractère: un gène peu répandu à une époque donnée risquera de le devenir lorsque les individus les plus féconds en seront porteurs.

Si l'influence de la fécondité différentielle est reconnue importante de nos jours dans de grandes populations, et encore plus dans des petites, on peut penser que son rôle n'a pas été négligeable au cours de l'évolution des groupes préhistoriques. La part dûe au célibat y était certainement minime, de même que dans les sociétés primitives actuelles, mais elle était compensée par celle d'une mortalité générale beaucoup plus forte.

Cette mortalité plus forte doit être imputée à plusieurs facteurs certains d'ordre économique et culturel ont pu jouer. Il n'est pas impossible que ces hommes aient pratiqué l'infanticide: un milieu trop pauvre pour nourrir plus d'un certain nombre de personnes, une gêne créée dans les déplacements imposés pour la recherche de la nourriture, pousse bien des Australiens à une telle extrémité (J. V. Neel, 1958). Des épidémies dans un groupe fermé peuvent aussi prendre des proportions catastrophiques, surtout si un manque d'hygiène total vient s'y ajouter. Mais il est une autre cause qui certainement a favorisé la mortalité: c'est la consanguinité. Il a en effet été prouvé que si les mariages entre apparentés à des degrés divers n'agissaient probablement ni sur les dimensions des familles ni sur la stérilité, ils augmentaient par contre la mortalité.

Des travaux récents ont souligné la part importante du facteur biologique dans la mortalité périnatale (c'est-à-dire dans la fréquence des morts à la naissance et jusqu'à un mois environ)

et dans les avortements spontanés. Dans les pays qui ont tenté de réduire la mortalité infantile, où l'hygiène est développée à son maximum, il est frappant de constater que les résultats se font surtout sentir pour les onze derniers mois de la première année. En Suède, par exemple, la mortalité infantile s'est abaissée de 93 à 28 pour 1 000 de l'année 1880 à l'année 1940, alors que pendant la même période, la mortalité à la naissance ne diminuait que de 29,4 à 25,2 pour 1 000. Les registres des décès indiquent en effet que les principales causes de ces dernières morts sont dues à des malformations, à la prématurité, à une débilité congénitale alors que celles après un mois ont davantage une origine infectieuse, alimentaire, tiennent davantage au milieu social. Que la consanguinité augmente la mortalité néonatale, et aussi la fréquence des anormaux, a été démontré par une enquête statistique faite dans trois départements français: le Loir et Cher, le Morbihan et le Finistère, et publiée en 1958 par J. Sutter.

L'accroissement de la mortalité et des anomalies avec les mariages entre parents s'explique d'ailleurs très bien sur le plan génétique. La consanguinité entraîne une augmentation des homozygotes à chaque génération. Or, on a remarqué que la majorité des mutations étaient désavantageuses et qu'elles l'étaient d'autant plus que leurs porteurs étaient homozygotes pour le gène responsable de l'anomalie; c'est ainsi que certains gènes peuvent provoquer la mort lorsqu'ils sont présents sur les deux chromosomes d'une paire chez un individu.

Nous avons vu qu'à Taforalt, les sacrumes se caractérisent par une fréquence élevée de spina bifida occulta. Cette anomalie est liée à un gène dominant qui, à l'état homozygote prend le phénotype spina bifida aperta lequel n'est pas viable: les individus qui en sont porteurs meurent très jeunes. Cette tare, entretenue par la consanguinité, associée à d'autres gènes léthaux que celle-ci a pu maintenir dans la population et à une

absence totale d'hygiène peut expliquer, en partie, la forte mortalité infantile observée à Taforalt. Nous avons en effet relevé la présence d'au moins 96 enfants, en majorité plus jeunes d'un an pour 6 adolescents et 80 adultes. Cette forte mortalité infantile n'est d'ailleurs pas particulière au gisement de Taforalt. Ainsi que H. Vallois vient de le mettre en évidence, elle se retrouve chez tous les Hommes préhistoriques.

A la fécondité différentielle, à la mortalité, comme facteurs responsables de la dérive génétique, nous associerons la masculinité, appelé encore sex-ratio, comme capable de modifier l'aspect moyen d'une population. On appelle ainsi le pourcentage de naissances masculines pour cent naissances féminines. Selon L. Livi (1941), dans la plupart des pays actuels on trouve une masculinité de 105-106, c'est-à-dire que pour 100 naissances de filles, il y a 105 ou 106 de garçons.

Mais dans de petites populations, les proportions peuvent être différentes. F. S. Hulse (1957) signale que dans certaines îles Marquises, la masculinité est de 5 hommes pour 2 femmes. J. Malaurie, L. Tabah et J. Sutter (1952) apportent le fait suivant à propos d'esquimaux de Thulé, au Groënland: «Il est né dans le district de Thulé, en 11 ans, 63 garçons et 49 filles, ce qui correspond à une masculinité à la naissance de 129. Or on sait que dans toutes les populations suffisamment nombreuses et pourvues de bonnes statistiques, la masculinité à la naissance est comprise entre 103 et 107. Le calcul des probabilités montre qu'avec un nombre de naissances aussi faible que celui enregistré à Thulé, on peut s'attendre, même en groupant les chiffres d'une dizaine d'années, à des déséquilibres de sexe considérables sans que l'on puisse conclure que la masculinité à la naissance soit biologiquement différente de celles des autres populations». Ce déséquilibre de sexe peut d'ailleurs être fatal au groupe. C'est ainsi, pour prendre un exemple historique, qu'à la fin

du XIX^e siècle, la communauté des Samaritains a failli disparaître (Gini 1956-57). Les Samaritains sont les descendants des 10 tribus du Nord de la Palestine qui se sont séparées, vers — 925 des deux tribus du Sud. Ils construisirent un temple sur le mont Guérizin et ne reconnurent plus celui de Jérusalem. La rupture fut alors totale entre les deux royautes. Ils forment actuellement un petit groupe, très refermé sur lui-même et dont le noyau principal se trouve à Naplouse, en Jordanie; quelques éléments se rencontrent aussi en Israël.

Selon J. Sutter et L. Tabah (1951) «en 1855 ils étaient 195, 65 hommes et 130 femmes; en 1872, 135: 80 hommes, 55 femmes; en 1881, 160, 98 hommes, 62 femmes». C'est le nombre élevé des femmes par rapport à celui des hommes en 1855 et, par suite, la faible natalité, qui, si cette situation s'était maintenue, aurait entraîné l'extinction du groupe. Nous pouvons aussi remarquer l'irrégularité de la proportion de chaque sexe et la rapidité avec laquelle elle varie d'une génération à l'autre. La disparition vers 1350 d'une colonie norvégienne fondée en 985 ou 986 sur la côte Ouest du Groënland (Gini, 1956-57) a été aussi attribuée à une masculinité anormale. Ces hommes ont toujours été en bons termes avec leurs voisins eskimos, leurs squelettes ne présentent aucune trace de dégénérescence. Par contre, ils montrent une disproportion croissante des sexes au cours des temps, au profit des femmes.

Une autre influence, moins extrême que celle que nous venons d'envisager d'une masculinité de valeur anormale, est la disparition d'un caractère lié au sexe.

La sélection a pu aussi intervenir pour modifier la composition d'un groupe. Son effet a certainement été moins fort chez les hommes qu'elle ne l'est chez les animaux. Même dans les sociétés primitives, l'Homme a pu protéger une infirmité qui, en fait, pouvait lui être utile. J. B. S. Haldane (1956-57) en donne

comme exemple l'avantage pour une petite tribu de chasseurs de posséder un ou deux myopes ou quelques infirmes car «bien que disqualifiés pour la chasse, ils étaient les seuls à avoir une vision assez fine de petits objets pour fabriquer avec efficacité des aiguilles ou des têtes de flèches... Si un homme infirme était gardé par ses compagnons, il pouvait et sans doute souvent faisait des harpons pour sa tribu».

Quoiqu'il en soit, l'Homme, comme les autres animaux, a été le jouet de la sélection, soit qu'il l'ait aidée en supprimant les plus faibles, les inadaptés, soit qu'il l'ait subie, la rigueur de la vie, le milieu, le remplaçant. En particulier, un changement de climat, un changement de biotope, lorsque par exemple la tribu émigrerait vers de lointaines contrées a permis certainement à la sélection de se manifester au maximum en favorisant la survie des éléments les mieux adaptés au nouveau milieu. La nature du sol, la nourriture qu'il impose, l'altitude, la température, l'humidité, les parasites caractérisant celui-ci ont certainement influencé le tri des individus. Nous ne rapporterons qu'une seule observation d'un de ces modes de sélection. Elle est due à A. C. Allison (1955).

La sicklémie ou drépanocytose, anomalie des globules rouges, se rencontre avec une fréquence particulièrement élevée dans la race noire. En Afrique, elle atteint en certains endroits jusqu'à 50 % de la population (Amba de l'Ouganda, selon G. A. Heuse, 1957). Parmi les Européens, seuls les Grecs montrent un pourcentage assez fort avec 15 à 24 % suivant les statistiques. Cette anomalie paraît ne pas affecter les Xanthodermes et les Australiens mais existe aussi chez les Veddoïdes (23 à 31 %). A l'état homozygote, c'est-à-dire à double dose, présent sur les deux chromosomes de la paire portant ce caractère, ce gène est nettement défavorable à son possesseur, entraîne le plus souvent la mort jeune. Il est donc curieux de l'observer avec une telle

fréquence, à l'état hétérozygote, chez les Noirs. On s'est aperçu que l'explication se trouvait en un avantage sélectif: les hétérozygotes pour la sicklémie résistent davantage à la malaria (A. C. Allison, 1955). L'immunité naturelle plus forte du Noir par rapport au Blanc à cette parasitose qui a fait écrire à certains auteurs que «la délimitation de la «race» noire suivait d'assez près celle du paludisme» (J. Sutter, 1956) est ainsi renforcée par cette anomalie héréditaire des globules rouges qui, de façon paradoxale, finit par constituer un avantage à son possesseur alors que dans un milieu non paludéen elle aurait continué à être défavorable.

Enfin, il ne faut pas oublier que le patrimoine héréditaire de chaque groupe a pu ne pas être exactement le même au départ, chacun correspondant à une région différente de la courbe de fréquence des caractères dans l'ensemble de la population.

Il n'est donc pas besoin de faire appel au métissage de l'un des groupes avec une autre race pour expliquer les différences entre Taforalt et Afalou. Le patrimoine héréditaire légèrement différent, une ou plusieurs mutations pouvant se produire et le caractère nouveau s'installer du fait de la consanguinité et de l'effectif restreint, la dérive génétique au hasard influencée par la fécondité différentielle, la mortalité, le masculinité, la sélection, tous ces facteurs agissant sur chaque génération font subir aux caractères propres à l'isolat un mouvement désordonné qui peut l'éloigner de l'aspect moyen de la souche originelle.

Nous pouvons donc résumer de la façon suivante nos connaissances actuelles sur le peuplement du Maghreb.

Au Paléolithique inférieur et au début du Paléolithique moyen, on trouve une nappe primitive, proche des Pithécanthropiens d'Asie ou des Prénéandertaliens d'Europe.

Du peuplement au Paléolithique supérieur, on ne peut encore rien dire.

Du Mésolithique on connaît par contre de nombreux vestiges. Le peuplement le plus ancien correspond à la culture appelée Ibéro-maurusienne. Les représentants, à l'aspect rude, grossier, vivaient en petites tribus. Leur origine est encore incertaine. Leur tranquillité sur le sol africain est de courte durée car un peuple venu, très probablement du Proche-Orient, les Capsiens ne tarde pas à déferler et s'installe à l'Est. Il ne se mélange que peu avec les Ibéro-maurusiens, sinon avec les tribus proches de leurs frontières communes. Mais au Néolithique ce petit noyau capsien éclatera et envahira tout le Maghreb.

Il n'est pas impossible, mais ceci demande encore à être confirmé, que les Hommes du Mésolithique portugais constituent l'étape finale d'une vague migratrice venue du Proche-Orient. Les Natoufiens de Palestine auraient donc été le foyer d'une vaste migration sur tout le pourtour du bassin Méditerranéen; celle-ci se serait arrêtée au Maroc et au Portugal devant la barrière alors infranchissable de l'Océan Atlantique.

BIBLIOGRAPHIE

I — Peuplement préhistorique de l'Afrique du Nord

- ARAMBOURG, C. — L'Atlantropus de Ternifine. *Libyca*, t. 2, n° 2, 1954, pp. 425-439.
 — A recent discovery in human paleontology: Atlantropus of Ternifine (Algeria). *American Journal of physical Anthropology*; n. s., t. 13, n° 2, 1955, pp. 191-201.
- ARAMBOURG, C. et BIBERSON, P. — The fossil human remains from the paleolithic site of Sidi Abderrahman (Morocco). *American Journal of physical Anthropology*; t. 14, n° 3, 1956, pp. 467-487.

- ARAMBOURG, C., BOULE, M., VALLOIS, H., VERNEAU, R. — Les grottes paléolithiques des Beni Segoual (Algérie). *Archives de l'Institut de Paléontologie humaine*, Mémoire 13, 1934, 242 p., 22 pl.
- BALOUT, L. — Les Hommes préhistoriques du Maghreb et du Sahara. Inventaire descriptif et critique (Paléolithique-Epipaléolithique-Néolithique). *Libyca*, t. 2, n° 2, 1954, pp. 215-425.
- — *Préhistoire de l'Afrique du Nord. Essai de chronologie*. Arts et Métiers graphiques, Paris, 1955, 544.
- BOULE, M. et VALLOIS, H. V. — *Les Hommes fossiles. Eléments de Paléontologie humaine*, Masson, Paris, 1^{re} édition, 1952, 583 p.
- BRIGGS, L. C. — Les hommes paléolithiques de Rabat et Tanger : étude comparative. *Bulletin de la Société d'Histoire naturelle de l'Afrique du Nord*, t. 39, 1948, pp. 105-114.
- — Tête osseuse de Khanguet el-Mouhaad (fouilles J. Morel). *Libyca*, t. 1, 1953, pp. 120-140.
- — The Stone age races of Northwest Africa. *American school of Prehistoric research, Peabody Museum, Harvard University*, Bulletin n° 18, 1955, 98 p.
- COON, C. S. — *The races of Europe*, New York, The Mac Millan Company, 1939, 739 p.
- PIVETEAU, J. — *Traité de Paléontologie*, t. VII, Primates, Paléontologie humaine, Paris, Masson, 1957, 675 p.
- ROCHE, J. — Chronologie absolue de l'Epipaléolithique marocain. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Sciences*, t. 246, 1958, pp. 3486-3487.
- SENYÜREK, M. S. — Fossil Man in Tangier. *Papers of the Peabody Museum of American Archaeology and Ethnology*, t. 16, n° 3, 1940.
- VAUFREY, R. — *Préhistoire de l'Afrique*, t. 1, Maghreb. Publication de l'Institut des Hautes Etudes de Tunis, t. 4, Masson, Paris, 1955, 458 p.
- VALLOIS, H. V. — Le squelette d'Aïn Meterchem. *Atti del 1.º Congresso internazionale di Preistoria e protoistoria mediterranea*, Florence, 1950, pp. 102-104.
- VALLOIS, H. V. et MOVIUS, H. L. JR. — *Catalogue des Hommes fossiles*, XIX^e Congrès géologique international, Alger, 1952, 320 p.
- VALLOIS, H. V. et ROCHE, J. — La mandibule acheuléenne de Témara, Maroc. *Comptes rendus des séances de l'Académie des sciences*, t. 246, 1958, pp. 3113-3116.

II — *Problème des Isolats*

- ALLISON, A. C. — Aspect of polymorphism in Man, *Cold spring Harbor symposia on quantitative Biology*, t. 20, 1955, pp. 239-255.
- BIRDSELL, J. B. — Hybrid variability and evolutionary analyses. *American Journal of Physical Anthropology*, t. 14, n° 2, 1956, pp. 378-379.
- — Some population problems involving Pleistocene Man. *Cold Spring Harbor Symposia on Quantitative Biology*, t. 22, 1957, pp. 47-69.
- BOYD, W. C. — *Génétique et races humaines. Introduction à l'Anthropologie physique moderne*. Paris, Payot, 1952, traduction française par F. Bourlière et J. Sutter, 361 p.
- COLOMBO, B. — On the sex-ratio in Man. *Cold spring Harbor symposia on quantitative Biology*, t. 22, 1957, pp. 193-202.
- COON, C. S., GARN S. M., BIRDSELL, J. B. — *Races, a study of the problems of race formation in Man*. Springfield, U. S. A. 1950, 153 p.
- FEREMBACH, D. — Les restes humains épipaléolithiques de la grotte de Taforalt (Maroc oriental). *Comptes rendus des séances de l'Académie des Sciences*, t. 248, 1959, pp. 3465-3467.
- GATES, R. R. — *Human Genetics*. The Mac Millan Company, New York, 1932, 2 Vol.
- GINI, C. — The Physical assimilation of the descendants of immigrants. *Acta Genetica*, t. 6, 1956-57, pp. 400-404.
- — The extinction of the Norse settlement in Greenland. *Ibid*, pp. 404-405.
- HALDANE, J. B. S. — Natural selection in Man. *Acta Genetica*, t. 6, 1956-1957, pp. 321-332.
- HEUSE, G. A. — La drépanocytose. Etat actuel de la recherche Anthropologique et observations sur la biologie des Noirs sicklémiqnes. *Bulletins et mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris*, t. 8, 10è série, n° 1-2, 1957, pp. 17-30.
- HULSE, F. S. — Exogamie et hétérosis. *Archives Suisses d'Anthropologie générale*, t. 22, n° 2, 1957, pp. 103-125.
- — Some factors influencing the relative proportions of human racial stocks. *Cold Spring Harbor Symposia on quantitative Biology*, t. 22, 1957, pp. 33-45.
- KAPLAN, B. — Environment and human plasticity. *American Anthropologist*, t. 55, 1954, pp. 780-800.
- LIVI, L. — *Trattato di Demografia*, Padoue, 1941, 268 p., t. 2.
- L'HERITIER, PH. — *Traité de génétique*, t. 1, Le mécanisme de l'hérédité. Génétique

- formelle; t. II, La génétique des populations, Paris, Presses universitaires de France, 1954, 518 p.
- MALAUURIE, J., TABAH, L., SUTTER, J. — L'isolat esquimau de Thulé (Groenland). *Population*, 1952, pp. 675-691.
- NEEL, J. V. — The study of natural selection in primitive and civilized human populations. *Human Biology*, t. 30, n° 1, 1958, pp. 43-72.
- ROCHE, J. — Chronologie absolue de l'Épipaléolithique marocain. *Comptes rendus des séances de l'Académie des sciences*, t. 246, 1958, pp. 3486-3487.
- SCHMORL, G., JUNGHANS, H. — *Clinique et radiologie de la colonne vertébrale normale et pathologique*, traduction française par J. L. Wolf Fried, Paris, Doin et Cie, 1956, 264 p.
- SUTTER, J. — Génétique des populations et connaissance de l'Homme. In L. Gedda, *Novant'anni della leggi Mendeliana*, Istituto Gregorio Mendel, Rome, 1956, pp. 454-471.
- — *Recherches sur les effets de la consanguinité chez l'Homme*, Imprimerie M. Declume, Lons-le-Saunier, 1958, 103 p.
- SUTTER, J. et TABAH, L. — Les notions d'isolat et de populations minimum. *Population*, t. 6, n° 3, 1951, pp. 483-498.
- SUTTER, J. et TABAH L. — Structure démographique et génétique de l'isolat des eskimos polaires (Thulé, Groenland). *Proceeding of the first international Congress of human Genetics, Copenhagen, August 1956*, part II, Bale, 1957, pp. 235-239.
- SUTTER, J. et TRAN NGOC TOAN — The problem of the structure of isolates and of their evolution among human populations. *Cold Spring Harbor Symposia on quantitative Biology*, t. 22, 1957, pp. 379-383.
- VALLOIS, H. — Les restes humains de la grotte de Dar es-Soltan. *Hesperis*, Institut des Hautes Etudes marocaines, n° 11, 1951, pp. 179-202.
- — Vital statistics in prehistoric population as determined from archaeological data, à paraître.

V Á R I A

Subsídios para o estudo da fiação e tecelagem em Portugal

Em vista a um próximo estudo global das indústrias caseiras primitivas de fiação e tecelagem em Portugal, que este Centro de Estudos se propõe levar a cabo próximamente, passamos a descrever alguns elementos relacionados com essas actividades, que recolhemos em recentes trabalhos em campo.

1) *Rocas do concelho de Viana do Castelo* — Por todo o País se encontra um tipo de roca extremamente simples, em que o bojo se obtém abrindo ou rachando o próprio pau de que o instrumento é feito, de modo a formar 4, 6, ou um número indeterminado de varetas ou *banços*, que em seguida se alargam com uma rodela de madeira ou cortiça metida no meio deles. A ponta mais grossa da vara é aquecida ao lume, e, enquanto quente, aberta com uma navalha, no sentido longitudinal, a uns 5 a 10 cm abaixo do topo, em rasgos de cerca de 20 cm de altura. Nas duas extremidades desses rasgos, é amarrado um fio de arame ou de algodão, que impede que as rachadelas se prolonguem. Do mesmo modo, enquanto os *banços* estão ainda quentes, é introduzida a referida rodela ou quadrado de cortiça ou madeira no meio deles, obrigando-os a fazer um bojo. Depois de limpa de quaisquer galhos, a vara é aguçada na parte de cima — a torre —, e, em alguns casos, ornamentada com entalhes decorativos simples.

Em determinadas regiões, porém, a par deste tipo geral, aparecem outros mais elaborados, que por vezes constituem um estilo local, mais ou menos característico. É precisamente o que acontece numa área que corresponde aproximadamente ao concelho de Viana do Castelo, onde além disso a roca regional se caracteriza por uma forma inteiramente original e diferente de todas as demais rocas do País, pela sua beleza e pela excelência das madeiras nela utilizadas nos casos mais representativos.

As rocas do concelho de Viana do Castelo são constituídas por uma peça de madeira torneada, de forma cónica afunilada, alargando para baixo, que faz as vezes do habitual *rocão*, e a que se dá o nome próprio de *roca*, embutida num *cabo*

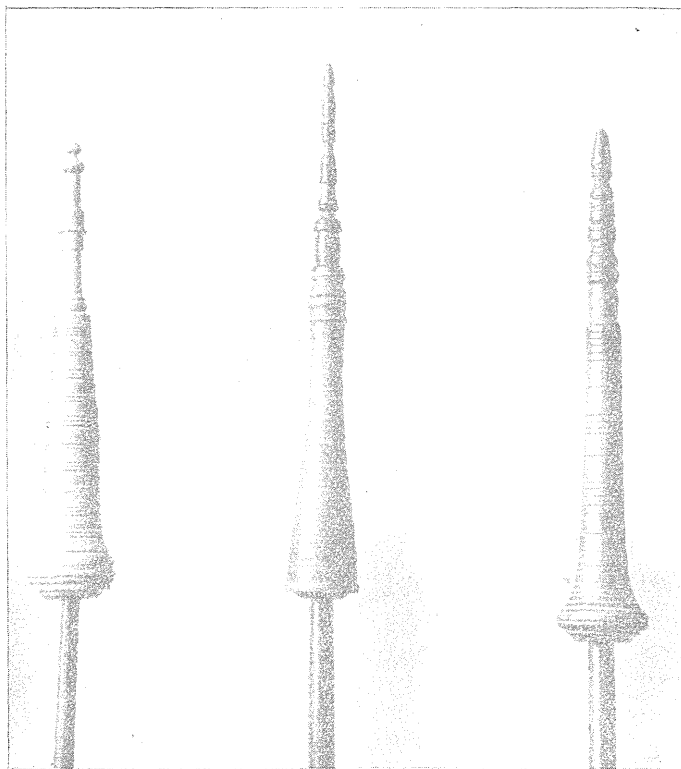


Fig. 1 — Rocas do Concelho de Viana do Castelo: a) Montedor; b) Santa Marta de Portuzelo; c) Perre (22,5 cm, 25 cm e 26 cm).

redondo e liso de madeira, feito à plaina, que nunca mostra quaisquer ornatos. A *roca* remata por uma fina pirâmula de madeira diferente, o *ciso*, delicadamente torneado (Fig. 1).

No *ciso*, entre dois frisos torneados, meramente decorativos como os demais, vê-se sempre uma parte lisa com cerca de

2 cm de altura, onde se prende a *correia* que se enrola à roda da estriga de linho para a segurar, e se firma por meio da *espicha*.

Com frequência, a *roca* é em madeira de buxo muito clara, e o *ciso* de pau preto, contrastando com aquela. Num. exemplar especialmente formoso, recolhido em Santa Marta de Portuzelo, o próprio *cabo* era desta última madeira. Por vezes, porém, *roca* e *ciso* formam uma peça única; temos dessa variante um exemplar de Montedor e outro de S. Lourenço da Montaria; mas em dois exemplares mais pobres — de Santa Marta de Portuzelo e de Perre — embora *roca* e *ciso* sejam também uma peça única, um torneado e coloração adequados no devido lugar, dão a aparência de um *ciso* independente.

Estas rocas servem para a fiação da lã, e principalmente do linho.

O linho em rama para a fiação, encontra-se em estrigas que têm as duas pontas amarradas. Para preparar a roca, desamarram-se as pontas e sacode-se a estriga, à vez, por cada uma delas, de modo a espalhar as fibras, que ficam muito soltas; e então, humedecendo a roca com saliva e segurando com a mão esquerda a estriga e com a direita o cabo da roca, que se vai rodando, enrola-se a estriga na roca sem a apertar. A estriga é mantida pela prisão da correia; mas esta, nas mãos de uma boa fiadeira, deve ser enrolada com uma nova rotação do cabo, e não passada com a mão à volta da estriga.

Para o linho fino, que requiere as fibras longas, a correia deve prender só no alto, para que aquelas se desfiem livremente, e o fio saia fino e igual; para a estopa e tomentos, que aproveitam as fibras curtas, é pelo contrário indispensável prender o *manelo* a toda a sua largura, para regular por igual a quantidade que se puxa de cada vez.

A *correia* prende-se com a *espicha* espetada entre as suas voltas. As *espichas* estão suspensas da extremidade livre da correia, e podem ser de madeira, folha zincada, ou osso. Têm uma forma aguçada, e são normalmente pequenas — cerca de 7 cm —, lisas ou com uma decoração muito simples, de motivos geométricos entalhados ou vazados. Existem porém *espichas* de luxo, com mais de 15 cm, em osso, profusamente decoradas com motivos de flores, corações, «signo salomonis», estrelas, coroas, galos, etc., em rendilhados finamente recortados ou vazados (Fig. 2).

Estas rocas não constituem artigo de feira nem de venda ao público. As mais ricas e requintadas são sempre objecto de ofertas; e mesmo as outras, são feitas ora pelas próprias pessoas da

casa, ora por pessoas amigas, ora, quando muito, por encomenda a um habilidoso local ⁽¹⁾.

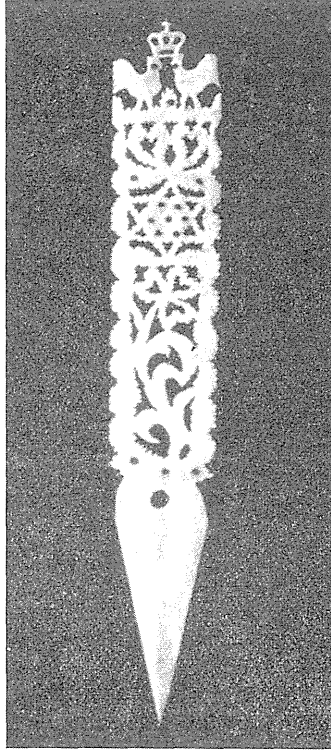


Fig. 2 — *Espicha* (15 cm) — Perre.

(1) Xaquín Lorenzo Fernandez — Notas Etnográficas da Terra de Lobeira — O Liño e a Lã, in: *Arquivos do Seminário de Estudos Galegos*, VI — Santiago, 1933, págs. 20-21 e fig. 10, dá nota, naquela região galega, de rocas que se assemelham às que estudamos, e que ali coexistem com outras de um ou dois rocões vulgares; e, ao contrário do que sucede entre nós, são aquelas precisamente as que se podem «mercar feitas», enquanto que as últimas se fazem em casa.

Por outro lado, na Jugoslávia, encontram-se dispersas por todo o país, embora em casos pouco frequentes e sem carácter regional, rocas perfeitamente idênticas às que descrevemos, mostrando também o ciso independente. O mesmo sucede na Bulgária, Polónia e Hungria. Cfr. Milovan Gavazzi, *Subdina Stare Slavenske Bastine kod Juznih Slavena*, Belgrado, 1959.

2) *O canhão de fazer meia* — No Leste Transmontano usava-se para fazer meia, antes do aparecimento das agulhas com pega na ponta, um instrumento muito simples, a que chamavam *canhão*, que consistia num simples pau maciço, com cerca de 30 cm de comprimento, que as mulheres firmavam na cinta, do lado esquerdo, e que tinha um buraco na extremidade que ficava de fora, no lugar da medula. Nesse buraco espetava-se um segundo pau, muito fino, que fazia de agulha, e com outro igual e a ajuda dos dedos, iam-se correndo os pontos da malha. O trabalho com o *canhão* era, ao que parece, rendoso, nada ficando a

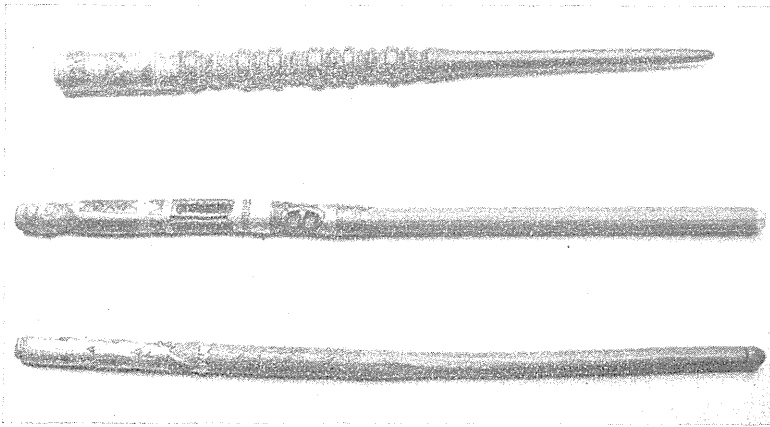


Fig. 3 — «Canhões» trasmontanos de fazer meia. a) e b) Montezinho;
c) Parâmio (Bragança).

dever ao que se obtém com as actuais agulhas. Este instrumento deixou há muito de se usar e está em vias de completo desaparecimento, sendo muito raros os exemplares que ainda se encontram; conhecemos quatro no Museu Etnológico de Belém, três dos quais têm a ponta onde fica o buraco revestida com uma placa de estanho mais ou menos ornamentada, de cerca de 10 cm de comprimento; (1) dois no Museu de Arte Popular, completa-

(1) A estes «canhões» transmontanos se refere J. Leite de Vasconcellos, in: Opúsculos, V. P. 452/4, (com menção do instrumento na Espanha e Itália). Relativamente à Espanha, vide também Rev. Dialect. Trad. Pop. Tomo XIV, cad. 1 e 2, Madrid, 1958, a propósito de motivos e sinais usados pelos pastores pirenaicos.

mente em madeira, primorosamente lavrada, provenientes de Terras de Miranda; e uma meia dúzia deles no Museu de Bragança. Na nossa colecção (1) possuímos um — que era de uma octogenária de Parâmio (Bragança) —, de marmeleiro, com motivos fitomórficos sobre um coração, e, do lado oposto, a cruz, e com a ponta, como nos do Museu de Belém, revestida de estanho, mostrando recortes e ornatos incisos (Fig. 3).

3) A *grama* — Em algumas regiões do País usa-se, para a preparação do linho em rama, um aparelho especial, cuja função corresponde aproximadamente à da espadela nortenha, e que se chama a *grama*. Jaime Lopes Dias, alude a ela (2) nos capítulos que dedica à manufactura do linho, e mostra numa fotografia o aparelho, mas não o descreve.

A *grama*, nas formas que conhecemos, é um aparelho muito tosco, feito de um galho, de cerca de 70 cm, grosseiramente afeiçoado e com uns 15 cm de grossura, escavado em cunha a todo o seu comprimento; nesse rasgo, entra, bem ajustado, um pau em forma de gume, a que se dá o nome de *graminho*, e que se articula numa das extremidades do galho, de modo a subir e descer como a guilhotina dos tipógrafos; o graminho é munido, na extremidade livre, de uma mãozeira (Fig. 4). No ponto da inserção do graminho ficam também as *pernas* da grama — um ramo em forquilha, com cerca de 90 cm de altura, ou até, por vezes, o simples prolongamento do próprio galho, que aí se bifurca. A grama usa-se para a limpeza das ramas do linho, que, depois de maçado com a *maça* que lhe fracturou a parte lenhosa, ficou cheio de palhas. Para a sua utilização, ela é apoiada em qualquer suporte a cerca de 60 cm de altura, firmando-se os pés

(1) Na nossa última visita a Trás-os-Montes, procuramos em vão obter um *canhão* que documentasse este velho sistema; o que possuímos, foi-nos enviado pelo Ex.^{mo} Sr. José Furtado Montanha, que com a maior amabilidade se empenhou em nos conseguir o que desejávamos, e a quem aqui testemunhamos o nosso agradecimento. O mesmo Ex.^{mo} Sr. anuncia-nos um próximo estudo sobre o *canhão* trasmontano, que um seu amigo deve publicar em Coimbra, e que ficamos aguardando com o maior interesse.

(2) Jaime Lopes Dias — *Etnografia da Beira*, vol. VI, págs. 215 e 218. Este Autor diz, em curiosa nota, que «o dia da grama era no concelho da Sertã... de festa grande nas famílias». Em Fratel (Ródão), o serviço é feito por raparigas — as *gramadeiras* — em grupo, num recinto próprio — o *gramadouro* —, e toma aspectos festivos: as *gramadeiras* enviam uma planta de linho seco a certas pessoas, que em troca lhes mandam flores, com que elas ornamentam a sua grama; mais tarde, os rapazes visitam os gramadouros. (Cfr. Joaquim Matoso de Oliveira Flores, *Contrastes da nossa Terra*, in: *Biblos*, VIII, págs. 712-713).

no chão. Com a mão direita na mãozeira, levanta-se o graminho; a mão esquerda empunha a estriga e poussa-a sobre o rasgo; dão-se, com o graminho, sucessivas pancadas rápidas na estriga ao mesmo tempo que esta se vai puxando (serra algarvia); ou então baixa-se o graminho, e, exercendo forte pressão sobre ele, puxa-se simplesmente a estriga (Beira Baixa); deste modo a pas-



Fig. 4 — Foz do Cobreão (Vila Velha do Ródão) — A grama.

sagem das ramas pelas quinas e gume da grama e do graminho trilha o linho e vai-o limpando das palhas que a maça deixou, e que constituem os tomentos. Por vezes, como é o caso em Corte da Seda (Alcoutim), o trabalho é feito, mediante remuneração, por um homem convocado para tal, que, em alguns pontos, traz mesmo a grama.

Em certas regiões, depois de gramado, o linho, é ainda espadelado ou espadanado com a espadela ou espadana (ou ainda tasquinhado com a tasquinha), para mais perfeita limpeza; mas em zonas muito rústicas, a grama é a única operação

de limpeza deste género, e, depois de gramado, o linho passa logo para o *sedeiro*, onde se faz a separação do linho, da estopa, e da estopinha.

Temos notícia da existência de aparelhos que correspondem à grama, mas que são de uma feição consideravelmente mais esmerada, na Dinamarca (1), na Suécia, na Irlanda, aqui de ferro (2), na Rússia (3), e na Suíça (4). Neste último país, por exemplo, o graminho é composto de dois paus paralelos, que entram em dois rasgos da grama. Entre nós, pelo menos actualmente, conhecemos a grama no Algarve, especialmente na Serra do Caldeirão, e numa área que corresponde aproximadamente à zona sul da Beira Baixa, da Sertã a Vila Velha do Ródão, e daí para cima, pelo menos até ao Fundão (5). No norte, a grama é desconhecida, e todas as operações de limpeza do linho são feitas com a espadela (6). Contudo, é possível que a sua área de difusão tenha sido muito mais vasta; de facto, Vieira dá a sua definição (*gramadeira*) — «pau de trilhar linho» — em termos gerais; e a esse respeito notamos que, em Vila Real, se dava o nome de *gramar* ao acto de pisar o linho (7); e mesmo no Alto Minho, em Luzio (Monção), em plena área da espadela, ouvimos o verbo *gramar*, para designar a acção de espadelar o linho.

BENJAMIM ENES PEREIRA

Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

(1) Numa pintura mural do Landbrugsmuseet, de Sorgenfri (Copenhague).

(2) Vid. *Folk-Live*, Tomo XVI, Estocolmo, 1952, pág. 42, fig. 3.

(3) Vid. Dmitrij Zelenin, *Slavischer Grundriss Russische (Ostslavische) Volkskunde*, Berlim, 1927, pág. 150.

(4) Vid. *Schweizerisches Archiv für Volkskunde*, Vol. 40, Basileia, 1942-44, pág. 177.

(5) José Manuel Malheiro do Vale, «A linguagem de Mouraz — Monografia dum falar da Beira-Alta», in: *Biblos*, vol. X, N.ºs 5 a 8, Coimbra, 1934, pág. 329, menciona a existência da grama (*gramadela*) em Mouraz, no concelho de Tondela.

(6) Note-se que enquanto que em Trás-os-Montes a fractura da parte lenhosa é também feita com a maça, no Noroeste usam-se actualmente, para esse fim, os engenhos de linho, geralmente movidos a água.

(7) *Revista Lusitana*, XII, pág. 102 (A. Gomes Pereira, «Tradições Populares e Linguagem em Vila Real»).

Mais algumas notas sobre ferramenta agrícola

Forcados e forquilhas

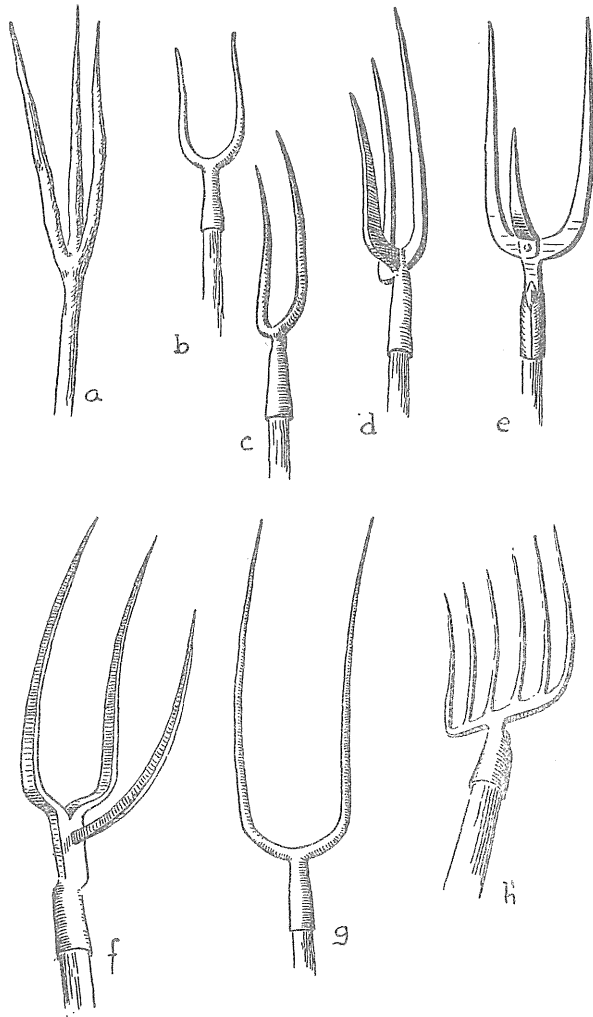
Forcados e forquilhas são instrumentos usados para carregar palha ou mato nos carros, fazer medas, separar nas eiras o grão das palhas, espalhar folhadas e estrumes etc., e consistem numa vara de madeira de 1,50 m a 1,70 m de comp., em cuja ponta há dois ou mais dentes de madeira ou ferro.

Os *forcados* mais simples não são mais que um galho delgado e direito de árvore, rematado por dois, três, ou mesmo quatro raminhos aguçados que servem de dentes (Des. 1-a). No Alentejo são mais vulgares os de dois dentes, enquanto que os de quatro aparecem com frequência pelo Norte transmontano. São usados mais ou menos por todo o país, e apenas em raros locais os feitos de ferro provocaram o seu total desaparecimento. O nome que lhes dão mais vulgarmente é o de *forcado* ou *forcada* e também *forcado de pau*, para o diferenciar do de ferro ⁽¹⁾. São usados para carregar os «molhos de pão», palhas, fenos e matos.

Para estes mesmos fins se emprega o utensílio de ferro de dois dentes encabado numa vara de madeira. Usado, como o anterior, por todo o país, ele foi já em algumas regiões, como no Alentejo, quase completamente substituído pela forquilha, de que falaremos adiante. Nas serras fronteiriças do Norte surgem forcados em que aos dois dentes bastante compridos (0,40 m) se opõe outro mais curto, para melhor prisão do material a agarrar (Des. 1-d, e, f). Em Monção existem deste género, com três dentes paralelos e um a opor-se-lhes. E em Montalegre aparecem com dois dentes apenas, muito compridos (0,60 m), encurvados lateralmente (Des. 1-g).

Pouco a pouco a *forquilha* vai substituindo o forcado. É um instrumento idêntico, com três a seis dentes muito delga-

(1) O termo *espalhadoura* emprega-se em Trás-os-Montes e em algumas zonas do Minho (*espalhadoura*, Vinhais; *espalhadeira*, Miranda, Vimioso; *espalhadouro*, Braga). Em Penela ouvimos *tornadoira*; e em Castelo Branco, *forquilha*.



Des. 1

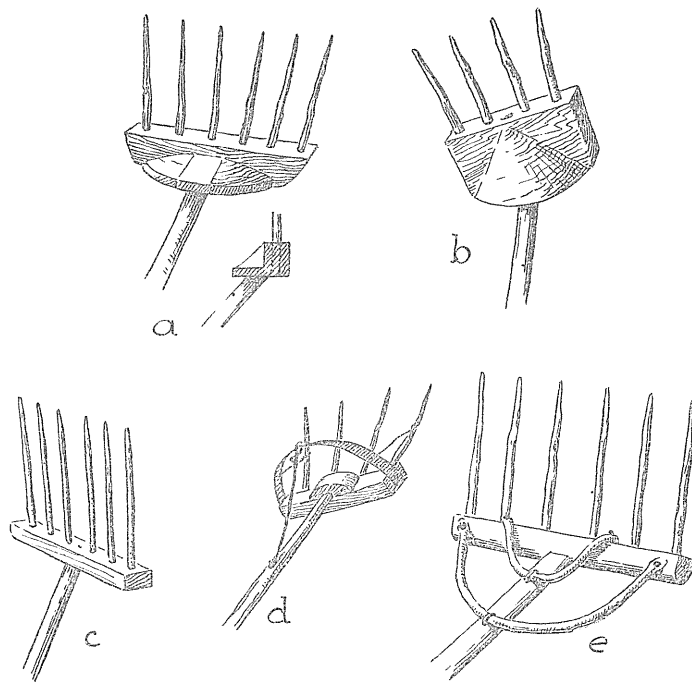
a — *Forcado*, de pau
 b — *Forcado*, Ferreira do Alentejo
 c — *Forcado*, Vila do Bispo
 d — *Forcanha*, Bouro

e — *Forcada*, Celorico de Basto
 f — *Forcada*, Boticas
 g — *Forcada*, Montalegre
 h — *Forquilha*

dos (Des. 1-h), fornecido geralmente pelas grandes oficinas metalúrgicas. Além dos usos já citados, serve também para espalhar

estrume nos campos. Encontra-se de norte e sul do país, quase sempre com o nome de *forquilha* (1).

A antiga *forquilha de pau* ou *forquilhão*, que se encontra no Alentejo e Algarve, é principalmente destinada ao trabalho das eiras. É com ela que, depois da debulha, separam o grão da



Des. 2

a — Forquilhão, Ferreira do Alentejo
b — Forquilha de pau, Vila do Bispo
c — Balde, Vila Viçosa

d — Forquilhão, improvisado para substituir
a forquilha, Beja
e — Bendo das folhas, Bragança

palha. É toda feita de madeira, com um cepo em que estão espetados os dentes (de zambujeiro ou oliveira) e o cabo, de modo a fazerem, este e aqueles, um ângulo bastante sensível (Des. 2-a, b). Pelo Alentejo têm geralmente mais dentes que no Algarve, onde as vemos com quatro apenas; forquilhas assim pequenas empre-

(1) Em Bragança ouvimos chamar-lhe *espalhadoura de arame*, e em Malhadas (Miranda) *bendo*. Por Ovar chamam-lhe *gadanho*.

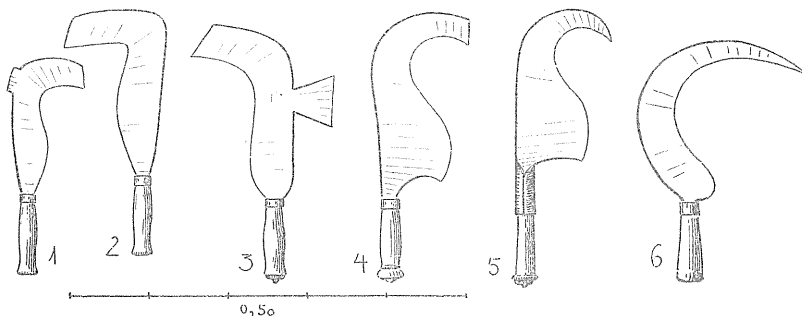
gam-se no Alentejo unicamente para espalhar as palhas nas eiras (*forquilhas pequenas*). Em Elvas, na limpeza do grão, usam mesmo duas espécies de forquilhas: uma, empunhada por homens em linha, os quais atiram para o ar a palha, que o vento leva; outra, com dentes mais cerrados, está nas mãos dum homem que torna a atirar o grão já *aventajado* pelos outros (1).

No lugar do cepo pode existir apenas uma travessa de madeira, semelhante à dos engaços de madeira; é o que acontece, por exemplo, no *balde* para as palhas, do desenho 2-c.

No Noroeste transmontano existe também um utensílio em que os planos do cabo e dos dentes fazem igualmente um ângulo apreciável. São os *bendos* empregados para carregar a folhada para as cortes, e conhecidos por isso por *bendos das folhas* (Des. 2-e).

Foices e roçadoiras

As foices ou são munidas de um cabo curto e empunhadas com uma só mão, ou trabalhadas com ambas as mãos e para isso encabadas em varas mais ou menos compridas.



Des. 3

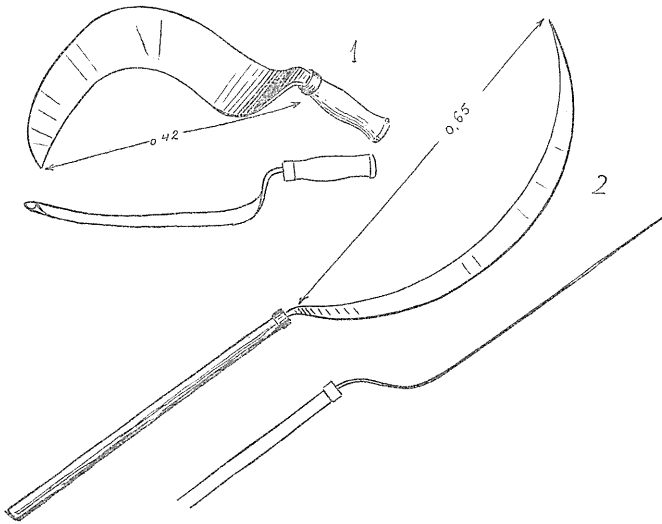
1 e 2 — Ermida (Régua)
3 — Moita (Alcobaca)
4 — Tecla (Celorico de Basto)

5 — Priscos (Braga)
6 — Dem (Caminha)

Foice de cabo curto — O seu nome mais vulgar é *fouce*; e também *podão* (ex. Leiria), *trinchete* (Gaia) e *quitelo* (ex. Celorico de Basto), ou *cutelo*.

(1) Silva Picão — *Através dos campos*. Lisboa, 1947, pág. 337.

É usada especialmente para podas e corte de ramos grossos, e para rachar lenha miúda. É por isso especialmente frequente no N.W. do país, onde as uveiras do enforcado exigem uma poda forte todos os anos, e as próprias vides pedem grossos cortes; faz aí parte da ferramenta diária do trabalhador rural, que a traz pendente do *gancho* preso ao cinto, sobre a anca. São feitas de uma lâmina de aço com uma parte larga, *peito*, prolongada pela *volta*, com um *encabadouro* para o *cabo* (1).



Des. 4

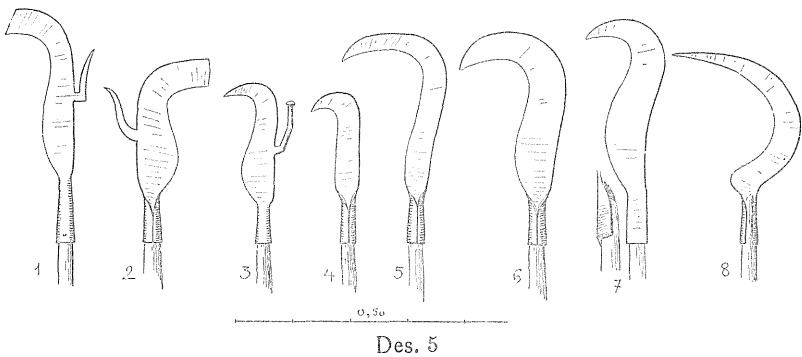
1 — *Foicinho*, Viana do Castelo2 — *Foição*, Gala (Figueira da Foz)

O desenho 3 mostra vários formatos de fouce, alguns guardados com um machado nas costas. A última, de Dem, usada para partir lenha, difere das outras; ela aproxima-se, pelo contrário, do *foicinho* da zona litoral ao norte de Viana do Castelo, e das margens dos rios Ancora, Coura e baixo Minho, empregado para roçar mato.

Este *foicinho* é uma peça interessante (Des. 4). Ao contrário do que acontece no resto do país, onde o mato é geralmente cortado com a enxada, por esta zona a norte de Viana essa operação faz-se quase sempre com aquele instrumento. A mulher —

(1) Nomenclatura colhida em Braga.

quase só há mulheres a trabalhar na lavoura — vai dobrando o mato com o pé e mão esquerdos, e cortando os caules assim expostos, junto ao chão, com golpes de foicinho. Por isso a mão e braço esquerdo são protegidos até ao cotovelo por uma *luva* grossa; o pé e a perna estão defendidos pela bota alta que ali faz parte da indumentária de trabalho. A mulher avança uns passos, cortando, e deixando o mato tombado para o lado; volta então para trás, dobrando-o sobre si e cortando sempre, até o deixar já empostado e pronto a carregar.



Des. 5

- | | |
|--------------------------------|--------------------------|
| 1 — Moita (Alcobaça) | 5 — Cimo do Alvem (Góis) |
| 2 — S. João do Campo (Coimbra) | 6 — Figueiró dos Vinhos |
| 3 — Pias (Cinfães) | 7 — Carrateira (Aljezur) |
| 4 — Cova da Lua (Bragança) | 8 — Verdemilho (Aveiro) |

O trabalho do foicinho é violento, mas muito mais rendoso que o da enxada. Levado frequentemente ao ferreiro para *cabrunhar*, é, depois de gasto, arranjado para segar serradela. A luva é um canudo de pano duro e fechado — dantes comprava-se para elas um pano especial, de burel; e aproveitam-se pedaços de velhos panos de lã, canos altos de botas fora de uso, ou sacos de linhagem.

Há alguns raros focinhos com embocaduras de ferro, onde metem um cabo de cerca de 60 cm e a que chamam *remangões*; são manobrados com as duas mãos, e utilizados sòmente para mato grosso e rijo.

Foice de cabo comprido — É conhecida vulgarmente por *roçadoura* ou *foice roçadoura*; e também sòmente *fouce* (e *foucisca* Gaia).

Serve para cortar mato, silvas, vegetação de bordas e socos, etc. Mostra muitas vezes a forma das foices de cabo

curto; sòmente, em lugar do machado, aparece um espigão com que erguem e mexem a ramagem cortada, ou que ajuda a *ensilvar* árvores de fruto ou muros, para evitar o roubo. Este espigão é direito ou curvo, e geralmente aguçado; vimos alguns embolados em Cinfães (Des. 5).

Em Aljezur, o alvado do cabo não é redondo, como habitualmente, mas facejado.

Em muitos casos (especialmente pelo Minho) usam foices velhas como roçaduras.

Terminamos com a referência ao instrumento utilizado no corte do junco no litoral de Aveiro e Coimbra, a que dão o nome de *foição* (Figueira da Foz) ou *junqueira* (Aveiro), e que de certo modo se aproxima do fouchinho de Viana, quando manobrado com ambas as mãos. Feito por ferreiros locais, a lâmina tem comprimentos que vão de 60 a 80 cm, e ora é quase plana como a do desenho 4, ora é enconcada como a duma gadanha. O comprimento dos cabos anda pelos 50 cm. O junco fornece, por estas zonas encharcadas do litoral, grande parte da matéria vegetal dos estrumes.

FERNANDO GALHANO

do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

Assadas de batatas na areia

Na faixa arenosa da região costeira do centro do País, nas praias de Mira, Tocha, etc. encontramos o costume das «assadas» de batatas, ou sejam batatas assadas na areia aquecida pelo fogo. Para tal, as pessoas afastam a areia ligeiramente para os lados de modo a formar um círculo de um metro de diâmetro mais ou menos, conforme a quantidade de batatas que pretendem assar, e acendem, na baixa desse círculo, uma fogueira de lenha que arde durante cerca de uma hora; retiram então o braseiro para os lados — usando uma espécie de rodo, que é um simples pau com uma pequena tábua pregada na ponta — e fazem uma cova larga e muito pouco funda, onde se deitam as batatas com a casca, de modo a ficarem, tanto quanto possível, separadas umas das outras. Deixam-nas descobertas durante uns momentos ⁽¹⁾ e

(1) Para que as batatas «ressoem» ao ar livre e não fiquem «ressoadas» e portanto menos saborosas (a expressão que ouvimos foi: «deixa *mijar* as batatas», antes de as cobrir com areia).

em seguida recobrem-nas com uma camada fina da areia quente que haviam afastado para os lados; quando esta não chega para tapar completamente as batatas, deitam-lhe areia limpa, ainda que fria. Voltam a pôr-lhe as brasas em cima e acendem mesmo uma nova fogueira, que arde durante cerca de meia hora (1), finda a qual as batatas devem estar assadas: para o verificar, tiram uma e apertam-na na palma da mão; se estiver assada, a batata desfaz-se em bocados (2).

Enquanto arde a fogueira, as batatas são mexidas de vez em quando, com o auxílio de um pau que se enterra na areia, quase ao raso do solo, de modo a passar por debaixo delas, sem lhes tocar, e que funciona a modo de alavanca, revolvendo-as juntamente com a areia sobre a qual elas se encontram.

Estas «assadas» têm geralmente o carácter duma refeição festiva e colectiva (3).

Quando há peixe, aproveitam as brasas que ficaram da «assada» e nelas assam esse peixe, que acompanha as batatas; outras vezes ainda com elas comem bacalhau cozido que é servido num alguidar, com cebola crua e azeite, no qual as molham à mão.

Nas assadas mais simples as pessoas sentam-se geralmente na areia ao lado do brasido onde vão assando o peixe; se se pretende dar um tom mais cerimonioso, uns caixotes e umas tábuas fazem as vezes de bancos e de mesa.

As batatas são apenas limpas da areia com a mão e comem-se com a casca. O peixe assado é pousado em qualquer caco improvisado.

O vinho é à discrição e todos bebem do mesmo copo ou caneca.

Porto, Junho de 1960.

BENJAMIM ENES PEREIRA

do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

(1) Dizem-nos que, quando a areia fica muito quente com a primeira fogueira, basta essa para assar as batatas, dispensando a segunda.

(2) José António Guerreiro Gascon, Subsídios para a Monografia de Monchique, 1955, pág. 363 fala de «magustos» de batatas assadas na terra, naquela região; e conhecemos ainda o mesmo costume em Cinfães nas «queimadas».

(3) Assim, assistimos na Praia do Mira a uma «assada» oferecida pelos remadores do remo «maião», num domingo; e no Palheiro, a outra, dos mordomos e músicos da festa de S. Pedro, em que reinava a maior euforia, e na qual toda a gente que se aproximava era convidada a participar. Contudo, na Praia de Tocha, vimos uma «assada» sem qualquer carácter festivo, como refeição de dois carpinteiros que aí andavam a trabalhar.

Congresso Internacional dos Investigadores do Conto Popular

Com o aparecimento do primeiro número da revista *Fábula*, teve início, no plano internacional, uma série de realizações tendentes a impulsionar e a organizar, em todo o Mundo, a investigação sistemática do conto popular.

Dentro do que fora programado, começou em Kiel, em 19 de Agosto de 1959, o *Internationaler Kongress der Volkserzahlungsforscher* que viu os seus trabalhos encerrados em Kopenhagen, no dia 29 do mesmo mês. Nele participou, a convite do Prof. Dr. Kurt Ranke, o autor da presente notícia como representante do Instituto de Investigação Científica de Angola.

Atendendo à importância do acontecimento e à situação da investigação daquele sector da Cultura em Portugal, hei por bem fazer um relato circunstanciado do mesmo, marginando-o com os comentários que me parecerem oportunos.

I — SOBRE A SITUAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO DO CONTO POPULAR EM PORTUGAL

Todo o investigador que aprofundou a cultura popular portuguesa teve ocasião de verificar que o conto (nas suas múltiplas espécies: *conto*, *estória*, *fábula*, *mito*, *conto jocoso*, etc.), é um dos seus elementos constitutivos mais importantes. Mas a par dessa constatação, uma outra o deve ter impressionado: a de que, tirante as colecções de Teófilo Braga, de Adolfo Coelho, Ataíde de Oliveira, Consiglieri Pedroso, Leite de Vasconcelos e Tomás Pires, pouco mais há que não sejam modestas contribuições para o estudo daquele elemento cultural. Mas a isto junta-se ainda o facto de aqueles Autores (embora muito respeitáveis) terem subordinado a sua investigação a cânones teóricos que hoje se consideram ultrapassados. Na verdade não atenderam à personalidade individual e social de quem conta, nem ao modo nem ao local como e onde se conta. Inclínados mais para o lado genético do conto não consideraram aquele como sendo o elemento de uma cultura *hic et nunc*. A investigação sistemática de áreas e complexos culturais foi desprezada. O conto interessou-lhes como elemento da cultura de um determinado *status* social, não como ingrediente da *Tradição*, esse ambiente que acompanha todo o ser humano seja qual for o tipo e a qualidade do vestuário que use. A problemática dos contactos de cultura foi ignorada e não se tentou qualquer espécie de interferência, através daquele elemento

da cultura, da personalidade moral do povo português. Não se fez uma sistematização rigorosa. E esta é importantíssima, pelo menos para aqueles que vêm interesse em ser aplicada ao conto uma espécie de matemática.

Se nada disto foi feito no que toca às principais colecções, muito pior é a situação das milhentas pequenas contribuições. Na verdade, estas são um mundo que se torna difícil coordenar dado o facto de se encontrarem dispersas por variadíssimas revistas e livros. Passa-se com o conto o mesmo que sucede com outro elemento cultural: as adivinhas.

Nestes termos, atendendo ao que vi e ouvi, à circunstância de ter sido o único delegado português e à realidade metropolitana, suponho ser minha obrigação anunciar alguns dos princípios que me parece deverem nortear o futuro estudo sistemático do conto popular em Portugal.

O primeiro princípio a ter em conta será o da necessidade do inventário de tudo que foi publicado até hoje no nosso País sobre este assunto.

E com a palavra *tudo* quero significar que se deve atender às próprias versões a que o autor imprimiu uma forma literária. Na verdade, estas, embora deturpadas, fornecem sempre pistas muito úteis.

Em segundo lugar, deverá fazer-se a classificação das espécies de acordo com as obras de Antti Aarne e de Stith Thompson. Simultaneamente tentar-se-á fazer a sua distribuição cartográfica e averiguar-se-ão os possíveis complexos culturais. Imediatamente se fará também a história crítica da investigação do conto popular em Portugal e a definição, tão exacta quanto possível, dos diferentes tipos de contos.

Uma vez na posse de todos aqueles elementos, deverá iniciar-se, à semelhança do que se faz na Roménia e em outros Países, a pesquisa sistemática, mediante fita magnetofónica, por todo o País das imensas espécies que até hoje ainda não foram recolhidas. Esta terá de se subordinar a uns tantos princípios para que, ao fim de tanto trabalho, se não chegue à conclusão de que metade ficou por fazer.

O primeiro grande princípio será o de que se deve atender não só ao que se conta, mas também a quem conta, como e onde se conta. Na verdade a cultura não é abstracta; existe porque o Homem existe. Por outro lado deverão registar-se não só as variantes mas também as constantes. Efectivamente, um bom atlas etnográfico ou uma boa investigação não dispensam a anotação destas. Em terceiro lugar, considerar-se-á que não só a classe social *povo* mas também todas as outras classes sociais são

passíveis de Etnografia. Nestes termos, a investigação sistemática deverá desenrolar-se em todos os escalões da pirâmide social. Como quarto princípio, é de salientar que os contos deverão ser considerados não só como *sobrevivência* de estados culturais ultrapassados mas também como elemento de uma cultura que existe *hic et nunc*. Deste modo, para além do seu aspecto genético, interessará o conto como sinal de possíveis contactos de cultura e como manifestação do Homem vivendo no momento que passa.

Todo este trabalho pressupõe a constituição de um arquivo nacional, à semelhança do *Nordisk Institut for Folkedigtning*, no qual deverão abundar microfilmes e fitas magnetofónicas.

Uma vez classificadas as novas espécies de acordo com as obras de Anti Aarne e de Siith Thompson, poderá proceder-se à elaboração do catálogo do conto popular português. Este deverá conter não só as espécies tal como foram ouvidas, acompanhadas dos elementos decorrentes da enunciação dos princípios expostos mas também a sua tradução numa das três línguas europeias: francês, inglês ou alemão.

Uma vez atingido este *desideratum*, terminou a função do etnógrafo que deverá ceder o passo ao etnólogo. A este competirá a interpretação dos elementos, o seu enquadramento na cultura portuguesa global. Nesta ordem de ideias, não deverá ele esquecer que a Cultura é una e que nela participa a própria cultura superior, o que implicará o estudo e a análise sistemática da literatura portuguesa.

II — CONGRESSO INTERNACIONAL DOS INVESTIGADORES DO CONTO POPULAR

A — *Actividades*

A actividade do Congresso Internacional dos Investigadores do Conto Popular dividiu-se em sessões culturais, exposições, digressões e leitura e comentário das comunicações. Digno de nota foi o diminuto número de recepções, sobretudo quando se o compara com o dos congressos que se realizam em Portugal.

Houve três exposições: uma de obras recentes da literatura especializada; uma outra com manuscritos, livros e desenhos de contos de fadas; a terceira versou a contribuição da Westphalie para o fundo dos contos populares alemães. Uma das sessões culturais foi dedicada à leitura de trechos das obras dos poetas Hermann Claudius, Friedrich Ernst Peters e Albert Mühl, a segunda foi preenchida com audição de música de câmara; na terceira foi representado o conto dramático de Chistian Jenssen *Die Gänsehir-*

tin am Brunnen; na quarta, realizada em Kopenhagen, foi representada a *Commedia dell'arte*. As digressões compreenderam a visita ao *Schleswig — Holsteinischen Landesmuseum*, ao *Museum für Vor und Frühgeschichte*, à *Schleswiger Dom* e ao *Schloss Glücksburg* e excursão à *Holsteinische Seenlandschaft*, visita à *Brauery Carlsberg* (Kopenhagen), excursão através de Kopenhagen e visita ao *Frilandsmuseum* (Kopenhagen).

Nas comunicações, lidas em alemão, francês e inglês, participaram cerca de setenta investigadores, representando vários Países, da Europa, América, Ásia e África.

CARLOS LOPES CARDOSO.

Lutuosa

Prof. Doutor A. A. Mendes Corrêa

O presente número da nossa Revista, órgão da *Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia* e, ultimamente também, do *Centro de Estudos de Etnologia Peninsular*, regista, com o maior desgosto, o falecimento em Lisboa, na madrugada de 7 de Janeiro de 1959, com quase 71 anos, do Prof. Doutor A. A. Mendes Corrêa, a cujos esforços, trabalho inteligente e vontade inquebrantável devemos a criação, com os Professores Aarão de Lacerda (Pai), Luís Viegas e Bento Carqueja, da Sociedade em 1918 e, no ano imediato, da Revista, em que tantos estudos da especialidade se têm publicado.

Diplomado, em 1911, pela antiga Escola Médico-Cirúrgica do Porto, de que foi aluno muito distinto, obtendo 19 valores na defesa da dissertação inaugural « O génio e o talento na Patologia », não quis, embora filho dum ilustre médico, desta cidade, enveredar pelo lucrativo exercício da clínica, mas, atraído pelos assuntos de Antropologia, Etnologia e Arqueologia, dedicou-se, com o maior entusiasmo, ao ensino e à investigação destas matérias na Faculdade de Ciências do Porto. A cadeira de Antropologia começou a funcionar ali em 1912 e, simultaneamente, os novos Museu e Laboratório Antropológicos que, mais tarde, por decreto de 29 de Dezembro de 1923 e por portaria de 21 de Janeiro de 1931, foram, com inteira justiça, considerados um



Allende Larrea

Instituto de Investigações Científicas, de que foi nomeado Director aquele cujo falecimento deploramos, e que por despacho ministerial de 16 de Maio de 1958 passaram a chamar-se *Instituto de Antropologia do Doutor Mendes Corrêa*, consagrando-se, por forma tão significativa, os méritos invulgares daquele catedrático que um dia escreveu que havia procurado, com os seus colaboradores, «manter acesa a chama sagrada que haviam ateado os precursores sob cujo patronato científico e intelectual se colocou a Escola antropológica portuense» (1).

Queria referir-se à feliz iniciativa do grupo dos alunos da Academia que fundaram em 1888 a Sociedade Carlos Ribeiro e no ano seguinte a «Revista de Ciências Naturais e Sociais», à qual em 1899 sucedia a monumental revista «Portugália», fundada por Ricardo Severo e Rocha Peixoto, com a colaboração assídua de Fonseca Cardoso, primeiro, e de José Fontes, em seguida. Essa revista pode considerar-se um dos mais grandiosos monumentos da nossa cultura, disse Mendes Corrêa.

Acolhedor e afável, conversador atraente, escrevendo desde o seu tempo de estudante com facilidade e elegância, falando com vibrante eloquência, não admira que a carreira de Mendes Corrêa fosse uma contínua ascensão e conquistasse admiradores e amigos nos meios cultos nacionais e estrangeiros. Assim, em 1911, era nomeado assistente de Ciências Biológicas na nossa Faculdade de Ciências, onde no ano seguinte iniciava o ensino de Antropologia e em 1913 se apresentava ao concurso de provas públicas com uma dissertação sobre «Os criminosos portugueses (Estudo de Antropologia Criminal)», assunto muito da sua predilecção, bem como tudo quanto dissesse respeito à Psiquiatria. Desempenhou o cargo de juiz-adjunto e médico antropológico da Tutoria Central da Infância.

Em 1919 foi nomeado professor ordinário de Geografia e Etnologia da antiga Faculdade de Letras, agora felizmente renascida, e em 1921 promovido a professor catedrático da Faculdade de Ciências da nossa Universidade, de que foi durante alguns anos director, como foi o sucessor do sábio Gomes Teixeira na direcção dos respectivos «Anais». Foi membro da antiga Junta de Educação Nacional, hoje Instituto de Alta Cultura, e fez parte de várias comissões de reforma de ensino universitário.

Não admira que Mendes Corrêa, com as qualidades de que era dotado e com os numerosos trabalhos que continuamente

(1) A. A. Mendes Corrêa — Os estudos de Antropologia na Academia Politécnica do Porto. Porto, 1937.

publicava, fosse bem conhecido e deveras apreciado, dentro e fora de fronteiras. Foram muitas as viagens que realizou, os congressos em que tomou parte, as conferências que proferiu e as missões de estudo de que foi encarregado. Não esquecerei, além das viagens ao Brasil em 1934 e 1937, a missão científica especial à Guiné portuguesa em 1946 e outra a Timor em 1953.

Concederam-lhe muitas condecorações (em Portugal, Espanha, Brasil, Itália, Bélgica e França) nomearam-no membro de variadas colectividades científicas dos países atrás mencionados e ainda da Alemanha, Inglaterra e Áustria. E as Universidades de Lyon, Mompilher e Witwatersrand (Johannesburg) quiseram-no para seu Doutor *honoris causa*.

Era Vice-Presidente da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências e, à data da sua morte, presidente da secção de Ciências da Academia de Ciências de Lisboa. Era, ainda, vogal da direcção do Centro de Estudos Demográficos do Instituto Nacional de Estatística, membro da Junta Nacional de Educação (secção de Antiguidades e Escavações), presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e director, a partir de 1946, da Escola Superior Colonial em Lisboa. Era director da *Enciclopédia Luso-Brasileira*.

É digno de especial registo os cargos que ocupou, de 1936 a 1942, de Presidente da Câmara Municipal do Porto e de procurador à Câmara Corporativa. Foi também deputado, de 1945 a 1956, à Assembleia Nacional.

A ele se deve, quando presidiu aos destinos da Vereação, o instalar-se o Arquivo Histórico da Cidade no torreão medieval que se admira junto à Sé, no belo terreiro de D. Afonso Henriques, donde tantos trabalhos têm saído, e surgido várias exposições curiosas, e, quer neste quer nos outros cargos que desempenhou, sempre pugnou pelos interesses da Ciência e da Cultura, sem esquecer a valorização, nestes sectores, das nossas Províncias Ultramarinas.

Recorde-se, ainda, o que se lhe ficou devendo na organização e funcionamento do XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica e IV Sessão Internacional de Antropologia, que em 1930 trouxeram ao Porto, onde parte dos trabalhos decorreu, grande número de notáveis figuras europeias da especialidade, e, bem assim, o I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, reunido com tanto êxito nesta cidade em 1934, por motivo da magnífica Exposição Colonial Portuguesa no edifício e jardins do Palácio de Cristal.

Tudo isto está ainda bem vivo na nossa memória agradecida, como tenho bem presente a sentida e grandiosa homenagem que

os seus admiradores e amigos lhe prestaram em 1957 nas Salas da Sociedade de Geografia de Lisboa, de que Mendes Corrêa era presidente. Então, ilustres oradores enalteceram com eloquência e vibração as qualidades do consagrado e os serviços por ele prestados à Nação e à Ciência, e as suas publicações (à roda de trezentas) reuniram-se numa expressiva exposição bibliográfica. E Mendes Corrêa, no discurso de agradecimento, afirmava a sua convicção de ser fundamental para o prestígio e progresso do nosso País a valorização das gerações novas no campo da cultura superior, da técnica e da investigação científica. E, cheio de entusiasmo, mais uma vez proclamou a necessidade de termos legiões de jovens investigadores nos mais variados domínios, tarefa que julgava necessário prosseguir e mesmo intensificar.

Que este entusiasmo pela Ciência e pela Cultura seja transmitido à mocidade estudiosa e oxalá ela saiba honrar a valiosa herança que recebeu!

Não vou aqui analisar a obra do Mestre que perdemos. A isso destinaremos uma sessão, como por minha boca foi prometido. Nela, vários oradores focarão especiais facetas do seu notável labor. Agora, apenas quero recordar, como nota final, as duas homenagens que em vida lhe prestamos; uma, em 6-V-1951, quando entregamos à Sociedade de Antropologia o busto de Mendes Corrêa, obra do escultor Pinto do Couto; outra, quando, por motivo da sua jubilação, lhe oferecemos o volume XVII dos «Trabalhos da Sociedade de Antropologia e Etnologia» que lhe foi dedicado e se pode considerar um magnífico livro jubilar, graças à valiosa colaboração dos seus colegas e amigos, nacionais e estrangeiros.

Mendes Corrêa, pelos dotes da sua viva inteligência e pelas suas invulgares qualidades de trabalho, honrou a Universidade, a cidade onde nasceu e passou a melhor parte da sua vida, e o País, por cujo prestígio lutou, tornando conhecidas e respeitadas nos grandes centros as investigações antropológicas nacionais. Por isso, bem merece que todos os estudiosos o recordem com a maior saudade e gratidão.

HERNÂNI MONTEIRO.

D. Juan Amades Gelats

En plena producció, cuando todavia esperabamos mucho de su gran actividad, el 17 de Enero ha fallecido en Barcelona casi repentinamente este gran folklorista español.

Havia nacido en Barcelona el 23 de Julio de 1890. De origen modesto desde muy joven se vió obligado a trabajar, pero no por eso dejó de estudiar. Como buen catalán era gran excursionista, aprovechaba cualquier fiesta para salir al campo. Su espíritu observador le llevaba a recoger todo lo que le parecia curioso, y en un principio hizo una magnífica colección entomologica especialmente del Llano de Barcelona. Pero pronto se sintió atraído por la vida del pueblo, y recogió canciones, coplas, modos de decir objetos, estampas con lo que formó un magnífico archivo, dedicándose plenamente a los estudios foiklóricos.

En seguida su colaboración se hizo imprescindible a todas las entidades que se dedicaban al estudio de la vida popular. En 1915 al fundar-se en la Universidad de Barcelona el «Arxiu d'Etnografia i Folclor» fué uno de sus principales colaboradores. Por aquel entonces se dedicaba de un modo especial a la recolección de cuentos, cantares y refranes. Colaboró en la fundación de la «Obra del Cançoner Popular de Catalunya» recogiendo más de diez mil melodias de todos los aspectos de la música, tradicional.

Colaboró en el «Institut de la Llengua Catalana» llevando a término varias búsquedas de vocabularios de más de veinte oficios diferentes. Formó parte del comité foiklórico de la II Exposición Internacional de Barcelona celebrada en 1929.

Fué fundador de la sección de Etnografia del Museo de Arqueologia de Barcelona cuyos fondos pasaron al Museo de Artes e Industrias Populares instalado en el Pueblo Español del Parque de Monjuich, del que Amades fué conservador instalando varias salas, trabajo que se complementó con el de Violant, habiendo sido los dos técnicos de este interesante Museo.

Era colaborador del Centro de Estudios de Etnologia Peninsular, y del Instituto de Musicologia ambos dependientes del Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Trabajó eficazmente como miembro del Instituto Municipal de Historia de la ciudad de Barcelona.

Con ser muy importante la labor realizada por el Sr. Amades en todas las instituciones citadas y algunas mas, lo verdaderamente ingente de su obra son sus publicaciones. Deja publicados más de 120 libros, algunos de varios volúmenes como la «Imatge-ria Popular Catalana» que consta de siete volúmenes ricamente ilustrados, el «Costumari Catala» con cinco tomos de unas 600 páginas, dedicando cada uno a un grupo de fiestas y actividades en Cataluña siguiendo el curso del año. Esta obra obtuvo el segundo premio del Concurso Internacional Pitré celebrado en Palermo en 1958. En 1933 comenzó la edición de la «Biblioteca de Tradicions Populars» trabajo que cesó en 1936, y en esos años

pocos editó 42 volúmenes de los cuales era autor. El número de separatas grandes se aproxima a cien, y los artículos y charlas por la radio casi a diario durante siete años son innumerables. Al momento de morir deja en prensa 9 libros y 17 artículos.

Aunque especialista en el folklore de la zona catalana, se interesaba por el de toda España, y ultimamente se dedicaba con especial intensidad al cuento popular español, siendo el colaborador español en la obra de Stith Thompson.

Todo su valor científico, y su acendrado amor al trabajo, no habían disminuido sus cualidades humanas: era de una gran bondad, sumamente alegre, con esa grata alegría que da el tener la consciencia bien tranquila. Suplia su gran defecto físico, la falta casi total de vista, en sus últimos años, con su gusto por la conversación, sabia hablar con todos y a la vez que enseñaba aprendía, era una delicia charlar con él, sus correrías por toda Cataluña le hacían recordar comentarios oportunos de lo que se estaba tratando. No habría podido el Sr. Amades por su falta de vista trabajar solo con la eficacia que lo hizo, pero encontró en su esposa Enriqueta Mallofré una eficaz colaboradora que le acompañó en sus excursiones muchas veces sin ninguna comodidad al querer llegar a los rincones más recónditos de la tierra catalana. Luego ella y su hermana Consuelo le ayudaban en el trabajo de despacho, esto debemos agradecerse los todos. Que Dios le tenga en Gloria.

NIEVES DE HOYOS SANCHO.



REVISTA BIBLIOGRÁFICA

A. DELATTRE et R. FENART — *L'Hominisation du crâne* — Editions de la Recherche Scientifique — Paris, 1960.

Trata-se dum estudo de morfogénese explicativa do crânio humano, a partir das modificações de forma observadas desde os Mamíferos inferiores e analisadas, considerando o crânio orientado segundo o método vestibular.

Afirma-se que a morfologia craniana está intimamente relacionada com a atitude corporal, em virtude da gravidade impor que a perpendicular ao plano dos canais semicirculares externos seja paralela à direcção segundo a qual aquela força actua. No caso particular do Homem, o aumento do volume cerebral impõe uma modificação da morfologia do crânio e a gravidade, dada, a atitude bípede, determina uma báscula para trás e para baixo do andar posterior da base, com consequente desenvolvimento compensador da região parieto-occipital da abóbada.

As reservas que legitimamente levanta a interpretação dinâmico-evolutiva das diferenças morfológicas entre os crânios das diversas espécies de Mamíferos, reservas que os autores admitem ao salientarem que os termos tracção, rotação, etc., significam que tudo se passa como se se produzisse uma tracção, rotação, etc. — em nada diminuem o interesse deste trabalho, a todos os títulos notável.

J. PINTO MACHADO.

BERTIL, LUNDMAN — *Umriss der Rassenkunde des Menschen in Geschichtlicher Zeit* — Copenhagen, 1952.

Neste esboço de Raciologia humana na época histórica, o A. principia por descrever os principais caracteres das raças humanas como sejam: estatura, cabeça, face, pele, grupos sanguíneos e forma do corpo, bem como as suas alterações com o tempo.

O aumento da estatura, que nalgumas regiões se tem verificado em países mais industrializados, atribui-o o A.; segundo investigações suas na Suécia, às modificações da alimentação.

A prega mongólica é um carácter infantil, diz o A., que desaparece com a idade e, em geral, tanto mais tarde, quanto maior for a pureza da respectiva raça mongólica.

Não trata dos caracteres fisiológicos, por estarem pouco investigados, a não ser os grupos sanguíneos que necessitam dum tratamento puramente estatístico para mostrarem qualquer parentesco de raças.

Trata, depois, da sistemática das raças, da Europa e das outras partes do Mundo, que é valorizada com 34 cartas indicando a distribuição dos principais caracteres antropológicos.

A. ATHAYDE.

FRITZ KRÜGER — «El Mobiliario popular en los Países Romanicos»
«Los Asientos» — In «Anales del Instituto de Lingüística»,
Tomo VII — Mendoza, 1959.

O Autor, a quem se devem já alguns trabalhos preliminares sobre este assunto, dedica aos «assentos» a segunda parte da obra acima citada. A primeira parte, em que estuda as outras peças de mobiliário, será brevemente publicada pela «Revista Portuguesa de Filologia de Coimbra». E não tardará o aparecimento de «Las Formas y Designaciones de la Cuna em los países Romanicos», na «Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares», de Madrid. Assim, de um momento para o outro, vê o Autor posto em letra de fôrma o resultado do trabalho de muitos anos, e ficam os estudiosos do mobiliário com uma obra maciça de informações do maior valor.

A parte «Asientos», sendo embora fundamentalmente um estudo filológico, tem, contudo, ao mesmo tempo, um enorme interesse etnográfico; o próprio Autor, definindo o seu critério e o seu método, declara, de entrada, que procura «esclarecer as origens dos diversos tipos de móveis: a sua evolução até ao aparecimento dos estilos artísticos no mobiliário da casa rural, sempre com base nas condições geográficas, sociais e culturais que têm contribuído para a sua formação e desenvolvimento».

Depois de lembrar que os habitantes da Europa se sentavam primitivamente no chão, por desconhecimento de assentos, constata a permanência desse costume em várias zonas do nosso con-

tinente, especialmente no Sueste; mas mesmo nos países românicos o caso é frequente, nomeadamente à volta da lareira. No exercício de profissões artesanais, como a da cestaria, é também essa a maneira de se sentarem. A estas observações segue-se a citação dos bancos individuais, os nossos *mochos* e *tropeços*, feitos de cortiça ou de pedaços de tronco, maciços ou com pernas, por vezes com espaldar, etc.; e dos bancos compridos, desde os mais rudes, feitos de pedra ou tronco deitado, aos mais elaborados, com pernas e espaldar, e dos quais os bancos de lareira (já raros ou mesmos desaparecidos em alguns países, pelo alteamento ou modificação da lareira, merecem referência especial.

Vêm depois os arquibancos, simultaneamente caixa e assento, nos países escandinavos combinados com o madeiramento das paredes, e também retirados em muitos sítios da beira da lareira pelo motivo que já apontamos, relativamente ao tipo anterior.

No capítulo referente às cadeiras, detém-se o Autor na discussão da sua origem, constatando a maior difusão de cadeira de assento de palha ou material entrançado, na Europa meridional. São interessantes, apesar de pouco desenvolvidas, as observações referentes à leveza da cadeira, que relaciona com a benignidade do clima, permitindo que a vida doméstica decorra fora da cozinha, e à sua altura, que faz depender da maior ou menor influência do móvel citadino; etc..

É verdadeiramente notável o número de informações, notas e citações, que serviram ao Autor de base para realizar este trabalho. Só, na verdade, uma recolha constante de dados, produto de observações directas, estudos aturados e um aproveitamento extremo de material bibliográfico, levados a cabo durante longos anos, lhe permitiu juntar os elementos que, em séries densas, constituem o alicerce da sua obra.

FERNANDO GALHANO.

GEORGES OLIVIER — *Pratique Anthropologique* — Paris, 1960.

Os «*Elements de Anthropologie*» que Topinard publicou em 1885 continuam, ainda, em muitos países, a fornecerem as normas para observações antropológicas em Antropologia Física em muitos países latinos onde a língua alemã é pouco cultivada, impedindo, assim, a consulta do *Lehrbuch der Anthropologie* de Martin, que nesta última edição, actualmente em publicação, sai sob a autoria de Martin-Saller.

Era pois conveniente ou traduzir o livro de Martin ou, pelo menos, publicar em pequeno resumo em qualquer língua latina, tornando acessível a todos a técnica antropológica, baseada no tratado de Martin que é a geralmente seguida, depois da publicação da primeira edição em 1914.

Apesar de Juan Coenas ter publicado no México, um tratado de «Antropologia física» em espanhol, este livro de Georges Olivier vem preencher uma lacuna que há muitos anos existia, por se referir à técnica antropológica no vivo e no esqueleto, não esquecendo os grupos sanguíneos e uns elementos de estatística.

Esta obra está escrita com muita clareza, sendo o texto acompanhado de numerosas gravuras muito elucidativas.

A. A.

GEORGE M. FOSTER — *Culture and Conquest. América's Spanish Heritage* — «Viking Fund Publications in Anthropology», n.º 27 — Nova York, 1960.

No século que se segue à conquista da América Central e Meridional pelos espanhóis, assiste-se a um dos casos mais completos de contacto de culturas que a história nos oferece (no dizer do Autor «em nenhum outro tempo na história houve um tão importante grau de contacto de culturas entre povos de tradições completamente distintas»). De um lado o índio americano, de culturas que iam das mais primitivas às mais evoluídas, mas tendo de comum a ausência completa de elementos de civilizações estranhas; do outro os povos peninsulares cuja cultura tinha raízes no longínquo mundo pré-histórico, e se fora enriquecendo com as sucessivas invasões de romanos, germanos e árabes. («Nenhuma tradição cultural quatrocentista do Velho Mundo era mais rica que a da Península Ibérica»).

Inúmeros traços comuns caracterizam as culturas espanho-americanas: a mesma língua, a mesma planta de cidades e aldeias, desenvolvida com preconcebida regularidade à volta da praça onde está a igreja e os edifícios públicos, a mesma divisão nítida de classes sociais, a mesma religião, um igual individualismo quase anárquico e um simultâneo respeito pelo «chefe», a aspiração geral a uma vida sem trabalho; e também as ferramentas e técnicas agrícolas, certos materiais e pormenores da habitação, muitos utensílios profissionais, etc., e ainda regras e tabus sociais. Para lhes estudar a origem e processo de introdução, começa o

Autor por se referir às várias formas de aculturação, acabando por definir o que entende por «conquest culture», que foi o processo que se desenvolveu no caso que nos interessa. Segundo ele, a «conquest culture» caracteriza-se por, a par da contribuição desordenada dos indivíduos que chegam — as suas preferências alimentares, superstições, medicina popular, música, etc. — haver a introdução organizada de novos elementos culturais, feita por organismos oficiais, pela Igreja, ou por grandes companhias comerciais.

Segue-se o exame do modelo de «conquest culture» que acompanha o estabelecimento do domínio espanhol na América, e a selecção dos elementos introduzidos. O Estado e a Igreja compreenderam a impossibilidade da introdução e assimilação de todos os elementos culturais espanhóis, extremamente variados pela diversidade geográfica e humana desta nação. Com efeito, certas formas ibéricas aparecem reduzidas a uma limitada variedade, e o próprio catolicismo surge simplificado. Mas mesmo em elementos de divulgação não dirigida se nota o mesmo fenómeno de simplificação; os utensílios e técnicas agrícolas e piscatórias são, por exemplo, baseados em formas espanholas, mas apresentam apenas um número reduzido dessas formas; e a mesma selecção se nota em elementos do folclore. O Autor dá a explicação dessa selecção.

Apesar da América latina ser uma das áreas da Terra mais bem estudada no seu aspecto etnográfico, é muito grande entre os estudiosos americanos a ignorância deste fundo comum que a cultura espanhola constitui. É a sua divulgação que o Autor pretende dar com este seu trabalho; percorrendo a Espanha ele próprio, e com uma leitura vastíssima, ele pôde realizar uma obra indispensável aos investigadores americanos, e mesmo utilíssima a quem pretenda ter uma síntese bastante completa da cultura espanhola. Todas as suas facetas são abordadas mais ou menos pormenorizadamente, e cada capítulo termina por uma «comparação e comentário» ao mesmo tema, como ele se apresenta na América.

O livro termina voltando à discussão que levanta este caso de contacto de culturas, descrevendo as reacções do índio diante das formas espanholas, e do espanhol perante os elementos da cultura índia, e até perante os espanhóis doutras regiões da Espanha.

F. G.

J. LOURENZO FERNANDEZ — *Enredos* — Revista de dialectologia y tradiciones populares, Tomo XIV, 3.º, pag. 269, Madrid, 1958.

O assunto parece ser tão familiar ao A. que bem se pode supor ter ele passado a sua infância no local a que o trabalho se refere. Porém, como os brinquedos e jogos infantis que ele descreve em relação a Lobeira, no S. W. da província de Orense, existem em muitas outras regiões galegas, e mesmo muito poucos deixarão de se encontrar em Portugal, o interesse deste estudo ultrapassa o âmbito restrito da localidade nomeada; o próprio A. afirma que a maioria desses jogos e brinquedos não parecem ter grande originalidade, e são muito comuns.

Na longa e pitoresca apresentação dos jogos e brincadeiras, vemos a criança divertir-se pelo ano fora, em *joguetes* sossegados ou corridos, e quase assistimos ao fazer das gaitas de cana, das pistolas de sabugueiro, das gaiolas para grilos, etc. Toda a gama de passatempos infantis é mostrada pelo A. na sua prosa viva e fresca, e o trabalho quase se lê com um sorriso de saudade.

Desenhos muito claros ilustram o artigo.

F. G.

JOSÉ PÉREZ VIDAL — *Catalogo de la coleccion de cucharas de madera y asta* — Publicação do Museu do Povo Espanhol.

Este catálogo continua a série dos já publicados pelo mesmo museu, referentes a colecções nele expostas. Como os anteriores, ele não se limita à simples citação ou descrição dos objectos em causa: colheres de madeira e de chipre; na rápida resenha histórica que a antecede pode-se seguir a evolução deste utensílio desde os tempos remotos do neolítico ao período grego e romano, a diversificação que sofreu em certa época da Idade Média, e suas formas e maneiras de o usar desde aí até aos nossos dias, etc.

A colher de madeira tem, como é natural, mais longa referência, quer porque o seu emprego foi mais amplo que o das de chipre — ela foi até muito tarde a colher usada pelo povo —, quer porque a madeira se presta mais à ornamentação, e abundarem por isso os exemplares «bordados».

Escusado será lembrar quanto ganha qualquer colecção exposta num museu quando acompanhada por um guia como este, que nos dá, de maneira curta, mas agradável e completa, o resumo do que se conhece sobre o assunto.

F. G.

- R. VIOLANTE Y SIMORRA — El arado y el yugo tradicionales en Cataluña — Revista de Dialectología y Tradiciones Populares, Tomo XIV — 3.º p. 306/353, e 4.º p. 441/497.

Pretendendo esclarecer certas afirmações erradas, e precisar pormenores deficientemente estudados, o Autor percorre a Catalunha, comarca por comarca, e anota os mais pequenos detalhes de arados e jugos, e respectiva nomenclatura.

Baseado nessa densa informação, ele estabelece um certo número de conclusões, uma das quais corrige o mapa de difusão dos arados espanhóis de Aitken e Caro Baroja. Elas servem-lhe também para relacionar os arados catalães tradicionais com os outros arados de Espanha, e procurar as suas origens.

O trabalho é ilustrado com muitas fotografias e esplêndidos desenhos.

F. G.

- R. VIOLANTE Y SIMORRA — Posible origem y significado de los principales motivos decorativos y de los signos de propiedad usados por los pastores pirenaicos — Revista de dialectología y tradiciones populares, XIV, 1.º e 2.º, pag. 78/163.

Tem a arte popular de entalhado em figuras geométricas e relevos escultóricos, especialmente a pastoril, uma origem comum? As figuras nela representadas têm apenas um significado decorativo, ou possuem também qualquer valor mítico ou religioso? A estas duas perguntas a resposta do A. é afirmativa; para esta conclusão ele divide esses motivos encontrados em objectos pastoris pirenaicos, em cinco grupos — figuras geométricas, temas florais, figurações zoológicas e antropomórficas, temas inspirados na religião católica, e motivos vários de marcas, letras, nós, etc. — constata a identidade de certas marcas de gado com essas figuras de decoração arcaica; e descreve por fim cada motivo segundo a sua expansão geográfica e histórica. Os pontos, o ziguezague e os dentes de serra, as várias cruces, os círculos e as espirais, as rosetas, etc. São estudados separadamente, com inúmeros exemplos colhidos por si ou tirados duma bibliografia muito vasta.

Tratando em seguida da origem e significado simbólico de alguns dos motivos estudados, o A. enfileira com os que opinam de que muitas dessas figuras pré-históricas são estilizações cada vez mais esquemáticas de figuras de animais e de homens, deri-

vando outras da estilização do círculo, ligadas a cultos solares; e que muitas possuem, sem qualquer dúvida, o poder de amuleto ou talismã.

Conclui por afirmar que não existe pròpriamente uma arte pastoril pirenaica, pois ela se assemelha na parte ornamental, à de muitos outros países. Ela não passou, na maior parte dos casos, da decoração geométrica simples. Os seus motivos decorativos são quase todos os das culturas pré-históricas; eles aparecem daí para cá com uma continuidade notável, não só neste género de arte incisa, mas até em monumentos arquitectónicos. Esta própria continuidade confirma, segundo o Autor, certos valores míticos a eles ligados, talvez claros e precisos até à Idade Média, transformados de então até agora em mais ou menos vagos signos tutelares.

Citando a opinião contrária, que nega qualquer sentido mágico aos motivos decorativos estudados, e os reduz a desenhos de fácil factura e grande poder ornamental, o A. presta-lhe talvez uma atenção demasiadamente pequena. Isto em nada diminui, certamente, o mérito do trabalho, utilíssimo pela cópia de informação recolhida, e indispensável a quem quer que se proponha estudar a arte pastoril.

F. G.

VICENTE RISCO — *Fieras de Romance* — in «Revista de Dialectologia y tradiciones Populares», Tomo XIV — Cuaderno 1.º e 2.º — Madrid, 1958.

Impressionado desde criança pelas imagens horríveis das feras dos romances e folhetos de cordel, impressos a partir dos princípios do século XVII, o Autor tenta dar neste estudo uma explicação sobre a sua origem.

Depois de uma descrição das «feras» que conhece, e dos malefícios que cada uma cometia, pode-se constatar que elas não representam quaisquer animais conhecidos, mas aparecem como uma mistura de formas humanas e de bichos de várias espécies. Ferozes, devorando animais domésticos e pessoas, só pela intervenção de poderes sobrenaturais elas são vencidas e mortas, para convicção dos incrédulos.

Segundo relata o Autor, «no mito babilónico da criação... descreve-se o caos primordial como algo de tenebroso em que se misturam todas as formas animais e humanas em figuras monstruosas, que... estavam representadas nas paredes do templo de Belo, na Babilónia. A eles presidia uma figura feminina cha-

mada Mumu Tiamat». A semelhança que as feras de romance da época barroca possuem com a imagem desta figura mitológica é notável. Ela pode-se explicar pelo conhecimento vago de figuras lendárias dum passado remoto, criadas pelo terror do homem diante de um mundo material desconhecido e apavorante, e diante do seu próprio mundo interior, não menos aterrorizante, terror que amedronta o homem actual, apesar da sua pretensa segurança de civilizado.

O Autor, que se move com o maior à vontade neste labirinto confuso das crenças e mitos, termina o trabalho pela comparação das imagens das feras de romance com as figuras mitológicas da antiguidade.

F. G.

VICENTE RISCO — *Una parroquia gallega en los anos 1920-1925*
— *Revista de dialectologia y tradiciones populares*, XV, 4.º,
pag. 401.

A situação geográfica, a descrição da casa e da cozinha, as técnicas agrícolas e os gados, o regime de propriedade e a organização familiar, os costumes, festas, crenças, etc., da aldeia de S. Pedro de Sabariz (Orense), constituem uma curta mas curiosa monografia duma pequena comunidade rural galega, no momento em que se não havia ainda precipitado a decadência da cultura tradicional.

É escusado encarecer a utilidade deste género de trabalhos.

F. G.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

(Antigos «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia»)

VOL. XVIII — FASC. 1-2

SUMÁRIO:

ABEL VIANA:

Vidros romanos em Portugal (pág. 5).

J. R. SANTOS JÚNIOR e ROGÉRIO AZEVEDO:

Gravuras rupestres de Linhares — Ensaio interpretativo
(pág. 43).

ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA e FERNANDO GALHANO:

Pisões Portugueses (pág. 63).

D. FEREMBACH:

A propos des hommes fossiles Nord-Africains (pág. 121).

Vária: — Subsídios para o estudo da fiação e tecelagem em Portugal (BENJAMIM ENES PEREIRA); Mais algumas notas sobre ferramenta agrícola (FERNANDO GALHANO); Assadas de batatas na areia (BENJAMIM ENES PEREIRA); Congresso Internacional dos Investigadores do Conto Popular (CARLOS LOPES CARDOSO); Lutuosa (HERNÂNI MONTEIRO, NIEVES DE HOYOS SANCHO) (pág. 141).

Revista bibliográfica: — DELATTRE et FENART (166); FOSTER (169); KRÜGER (167); LORENZO FERNANDEZ (171); LUNDMAN (166); OLIVIER (168); PÉREZ VIDAL (171); VICENTE RISCO (173 e 174); VIOLANTE Y SIMORRA (172).